
FCE Bank plc
**ANNUAL REPORT
AND ACCOUNTS**
for the year ended 31 December 2014

NOVA

Definições

Definições

Para o objetivo deste relatório

- i. **"Relatório Anual e Contas 2014"** significa as demonstrações financeiras anuais consolidadas do FCE no e para o ano findo a dia 31 de dezembro de 2014.
- ii. **"Relatório Intercalar"** significa os relatórios intercalares e as demonstrações financeiras consolidadas do FCE até e para o semestre findo a 30 de junho de 2014.
- iii. **"Sociedade"** significa o FCE Bank plc., incluindo todas as suas sucursais europeias, mas excluindo as suas subsidiárias e SE.
- iv. **"Europa"** significa os 19 mercados onde o FCE presta serviços financeiros. São eles: Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália; Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça.
- v. **"Grupo"** ou **"FCE"** significa a Sociedade e respetivas subsidiárias e SE.
- vi. **"FCSH"** significa a FCSH GmbH, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei da Suíça, uma subsidiária direta da FCI.
- vii. **"FCI"** significa a Ford Credit International, Inc., uma sociedade constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, uma subsidiária direta da Ford Credit.
- viii. **"Ford Credit"** ou **"FMCC"** significa a Ford Motor Credit Company LLC, uma sociedade de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e uma subsidiária indireta, detida a 100%, da Ford
- ix. **"Ford"** significa a Ford Motor Company, uma sociedade constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e a empresa-mãe do Grupo. Em certos casos, este termo pode incluir a Ford Motor Company e todas ou parte das suas afiliadas.
- x. **"Forso"** ou **"a Forso JV"** significa uma sociedade financeira de joint venture estabelecida com a CA Consumer Finance, uma subsidiária de crédito ao consumo do Credit Agricole S.A. em junho de 2008, que proporciona aos clientes e agentes financiamento automóvel nos mercados nórdicos.
- xi. **"Capital com Base no Risco"** ou **"CBR"** – é um processo que atribui capital com base numa avaliação do risco inerente em cada localização. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para refletir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital revistos. O CBR permite que o risco/retorno das localizações individuais seja avaliado na perspetiva do FCE.
- xii. **"Entidades estruturadas"** ou **"SE"** significa uma entidade não suscetível de falência, cujas operações estão limitadas à aquisição e financiamento de ativo específico (que pode incluir a emissão de títulos garantidos por ativo e a realização de pagamentos sobre esses títulos) e sobre a qual o FCE não tem, normalmente, qualquer participação legal ou controlo de gestão.
- xiii. **"PRA"** é a autoridade reguladora prudencial, um organismo não governamental independente que é uma subsidiária do Bank of England. É responsável pela regulamentação prudencial (como os requisitos de capital e de liquidez) das empresas sistemicamente importantes, incluindo bancos (bem como seguradoras e algumas empresas de investimento) no Reino Unido.
- xiv. **"FCA"** é a Autoridade Supervisora da Conduta Financeira e atua como entidade reguladora da "conduta" das empresas reguladas pela PRA, supervisionando a condução dos negócios por parte das empresas. A FCA tem como objetivo promover a confiança e a transparência nos serviços financeiros e dar maior proteção aos consumidores de serviços financeiros no Reino Unido.

Para obter uma lista abrangente de definições, consulte o "Glossário de termos definidos" com início na página XXX.

Relatório estratégico 2014

Relatório estratégico para o ano findo a 31 de dezembro de 2014

Mensagem do Presidente	5
Destaques	6
Mensagem do Diretor-geral	7
Descrição do negócio	9
Conformidade regulamentar	12
Risco.....	14
Governo da sociedade.....	18
Pessoal.....	23
Resumo de desempenho empresarial	25
Resumo do desempenho do resultado líquido.....	25
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	27
Posições vencidas de retalho	28
Capital e financiamento	29
Perspetivas futuras	33

Relatório do Comité de Auditoria 2014

Relatório do comité de auditoria	34
---	-----------

Relatório dos Administradores

Relatório dos Administradores	36
--	-----------

Demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes aos membros do FCE Bank plc.....	41
Demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral.....	43
Demonstrações da posição financeira.....	44
Demonstração de fluxos de caixa.....	45
Demonstrações de alterações no capital próprio.....	46
Índice das notas às demonstrações financeiras	47
Notas às demonstrações financeiras consolidadas.....	48

Outras informações

Principais rácios e termos financeiros	122
Locais de operações na Europa	123
Relatório dos auditores independentes aos membros do FCE Bank plc – por país.....	124
Glossário de termos definidos	126
Endereços de páginas de Internet.....	128

Administradores e consultores do FCE Bank plc

Administradores:	Todd Murphy – Presidente Nick Rothwell – Diretor-geral John Coffey – Diretor Executivo, Diretor de Risco Paul Kiernan – Diretor Executivo, Finanças Charlie Pratt – Diretor Executivo, Marketing, Vendas e Marca e Operações John Callender – Diretor Independente Sênior Charlotte Morgan – Diretora Não Executiva John Reed – Diretor Não Executivo Alex Romer-Lee – Diretor Não Executivo Tom Schneider – Diretor Não Executivo Suzanna Taverne – Diretora Não Executiva
Secretário da Sociedade:	Eugene Scales
Sede Social:	Sede Eagle Way Brentwood Essex CM13 3AR Reino Unido
Auditores Independentes:	PricewaterhouseCoopers LLP 7 More London Riverside Londres SE1 2RT Reino Unido

Mensagem do Presidente

O FCE Bank fez um progresso considerável nas suas prioridades estratégicas aprovadas pela Administração durante 2014. Estas prioridades estão em consonância com a sua missão singular de apoiar de forma rentável as vendas dos produtos automóveis da Ford Motor Company na Europa, cumprindo os requisitos financeiros dos agentes e dos clientes da Ford.

O Conselho manteve-se ativamente envolvida na direção estratégica e no planeamento de capital e liquidez a longo prazo do banco, bem como nos ajustamentos contínuos da apetência pelo risco do banco. Este trabalho não se destina apenas a apoiar o crescimento do negócio e outros resultados englobados na mensagem do diretor-geral Nick Rothwell; é essencial para a continuação da viabilidade do FCE Bank.

Para fazer face aos desafios ambientais e aos requisitos regulamentares presentes e futuros, o Conselho tomou uma série de medidas durante o ano para melhorar mais a sua governação global. Tal incluiu a separação das funções do Presidente e do Diretor-geral em setembro de 2014, refletindo melhores práticas da Sociedade no Reino Unido. Tendo desempenhado funções tanto executivas como não executivas no Conselho do FCE desde 2009, tive a honra de ser escolhido para assumir a função de Presidente.

O FCE Bank também nomeou dois novos Administradores não executivos (NED) para o Conselho durante 2014.

Em abril de 2014, John Reed foi nomeado para o Conselho. John traz a sua experiência como NED do Bank of the Philippine Islands (Europa), onde é presidente do Comité de Auditoria e de outras funções de NED que desempenhou, incluindo na Selftrade, na Innovation Finance e, mais recentemente, como Presidente do EFG Private Bank. Também é antigo NED do Tesco Bank.

Charlotte Morgan foi nomeada como NED em outubro de 2014. É Revisora Oficial de Contas e Tesoureira com uma extensa experiência em serviços financeiros, incluindo o Standard Chartered plc, onde foi Diretora da Tesouraria e Impostos empresariais do grupo e do grupo de participações ED&F Man. Charlotte é membro dos comités seniores da associação de tesoureiros empresariais e da Associação Fiscal Internacional.

Além disso, Alex Romer-Lee chegou ao fim do seu mandato como NED, após 8 anos de serviço no Conselho e deixará o cargo a 31 de março de 2015. Alex tinha sido previamente o nosso Diretor Independente Sénior e agradeço-lhe pelo valioso aconselhamento e pela experiência de negócio abrangente que trouxe ao FCE.

John Callender, que foi nomeado como NED em março de 2011, sucedeu a Alex como Diretor Independente Sénior.

Uma função essencial de governação fornecida pelos nossos NED é a de presidir os Comités da Administração. Além dos nossos novos NED, o Conselho aproveitou a oportunidade para alterar os presidentes dos comités, incluindo do Comité de Auditoria, presidido por John Reed, o Comité de Remuneração, presidido por Suzanna Taverne e o recentemente estabelecido Comité de Risco, presidido por John Callender. O Comité de Risco irá melhorar a abordagem integrada e abrangente a toda a Sociedade do FCE para a identificação e a gestão do risco, bem como para melhorar a qualidade do risco ao nível da Administração no relato e na monitorização.

A excelente relação profissional entre os representantes não executivos, executivos e de acionistas no Conselho é evidente pela clara direção estratégica, a forte governação e o enfoque permanente em cumprir as necessidades dos principais acionistas do FCE.

Com expectativas para 2015, acredito que o FCE está bem posicionado para beneficiar de um crescimento continuado no seu balanço e adaptar-se e ser bem sucedido no desafiante mercado europeu, uma vez que apoia a Ford Motor Company, os seus agentes e os seus clientes.

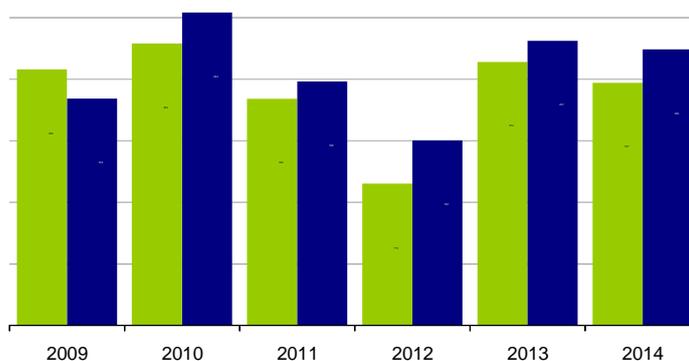
O diretor-geral do FCE, Nick Rothwell e a sua experiente equipa de líderes sénior obtiveram resultados sólidos em 2014. Como tal, termino esta mensagem agradecendo-lhes pelo seu empenho no sucesso do nosso negócio.

Todd Murphy
Presidente, FCE Bank plc
19 de março de 2015

Destques

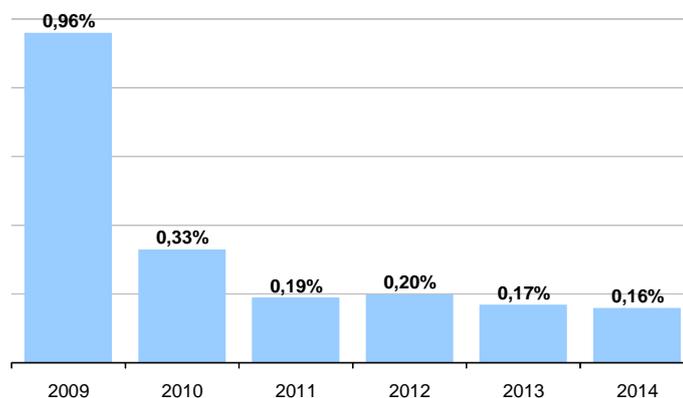
Resultados antes de impostos (PBT) £ Milhões

- PBT
- Resultado líquido das atividades operacionais como calculado na página 23



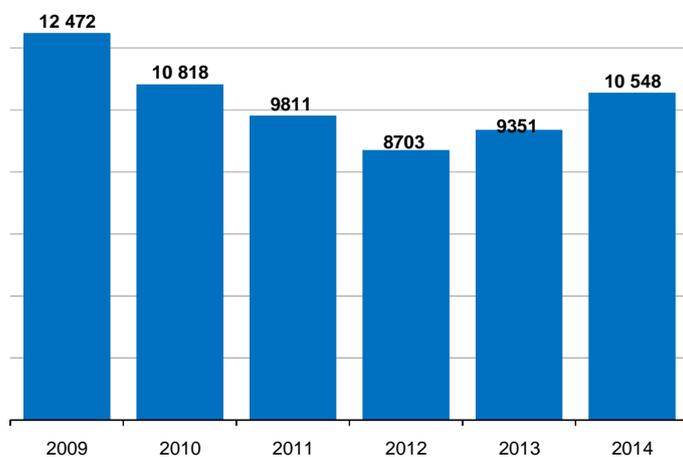
Rácio de perda de crédito

- Perdas líquidas como uma % da média dos empréstimos concedidos líquidos e adiantamentos (exclui rubricas extraordinárias)



Total de empréstimos e adiantamentos líquidos £ Milhões

- Total de empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes



Mensagem do Diretor-geral

Na conclusão da minha mensagem de 2013 sublinhei o empenho do FCE em ajudar a Ford Motor Company a vender mais veículos a mais clientes satisfeitos no ano seguinte. Tenho o prazer de comunicar que ultrapassámos os nossos objetivos para as nossas métricas de crescimento principais e que o FCE continua a financiar a venda a retalho de mais de um em três novos veículos Ford na Europa. É igualmente um prazer comunicar que o nosso crescimento tem sido cuidadosamente controlado e que o nosso rácio de perda de crédito continua a estar perto dos níveis historicamente baixos do FCE. Além disso, os nossos agentes e clientes comunicam o aumento dos níveis de satisfação com os nossos serviços financeiros personalizados que são prestados com um extraordinário serviço ao cliente.

Os sólidos resultados do FCE representam um esforço de equipa que conta com as competências e a dedicação de cerca de 1600 colaboradores do FCE em 15 países europeus. Agradeço-lhes sinceramente pelo seu trabalho árduo durante o ano e pelo seu compromisso com um futuro forte e rentável para a nossa Sociedade.

Os aspetos a destacar do desempenho do FCE Bank em 2014 são:

Rentabilidade

Os resultados líquidos das atividades operacionais foram ao encontro das nossas expectativas, mas ligeiramente inferiores a 2013. Isto explica-se por uma margem mais baixa que reflete, principalmente, uma provisão única na Alemanha, parcialmente compensada pelo crescimento da carteira do FCE.

O FCE não pagou quaisquer dividendos em 2014. Com base nos pressupostos atuais, prevê pagar dividendos em 2015. Isto está de acordo com o plano de capital do FCE.

Ativos e carteira

A carteira do FCE cresceu cerca de 12,8% em relação a 2013, refletindo, principalmente, o crescimento do nosso negócio por grosso e da nossa carteira no Reino Unido. Tal como em períodos anteriores, a maioria dos negócios do FCE está focada no Reino Unido e na Alemanha, que, em conjunto, representam 66% dos nossos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes.

Eficácia operacional

O FCE continua a investir na reestruturação das suas operações para aumentar a eficiência. O resultado mais tangível deste investimento em 2014 foi o estabelecimento de um novo centro de negócios em Manchester, Reino Unido. Este centro irá gerir as funções de concessão de crédito e administração por grosso para agentes da Ford no Reino Unido. Sujeito a consulta e à aprovação da comissão de trabalhadores em cada local afetado, a intenção é gerir agentes de outros locais na Europa (excluindo a Alemanha) a partir de Manchester. Isto ajudará o FCE a tornar-se num parceiro ainda mais eficiente e financeiramente viável para a Ford. O nosso investimento em Manchester representa a confiança do FCE no seu futuro e o nosso compromisso em prestar serviços de excelência aos nossos agentes e um ambiente de trabalho de topo para a nossa equipa.

Vendas

O FCE continuou a aumentar a sua percentagem de registos da Ford durante o ano e agora financia 38,1% em comparação com 35,3% em 2013. A nossa estreita integração com a Ford em cada local na Europa, faz com que os produtos Ford sejam mais acessíveis para os clientes de retalho e de frota. Além disso, continuamos a trabalhar com uma série de organizações parceiras cuidadosamente escolhidas para o fornecimento de produtos, incluindo seguros e serviços de locação completos. Esta abordagem garante-nos que temos uma ampla gama de serviços financeiros automóveis e permite-nos aprofundar e fortalecer relações com os nossos clientes ao longo da nossa rede europeia.

Financiamento

O FCE continua a ter uma notação de investment-grade de todas as três maiores agências de notação de crédito, está bem capitalizado e tem acesso a fontes de financiamento adequadas de diversas fontes. Para mais detalhes sobre os fundos angariados durante 2014, consulte a página 26 do relatório estratégico.

Gestão do risco

Ainda que o ambiente económico europeu continue a ser um desafio, o FCE geriu as suas carteiras por grosso e a retalho para que estas tenham um desempenho de acordo com as nossas expectativas. O nosso rácio de perda de crédito de 0,16% continua a estar perto dos níveis historicamente baixos do FCE. Isto demonstra a capacidade do FCE para alavancar o seu conhecimento abrangente sobre o negócio de financiamento automóvel e a força dos seus procedimentos de geração e assistência.

Serviço ao cliente

Além do nosso novo centro de negócios em Manchester mencionado acima, o FCE continua a investir em tecnologia que aumenta a experiência dos seus clientes e os agentes da Ford. Estes novos sistemas também apoiam o compromisso contínuo do FCE relativamente ao tratamento justo dos nossos clientes.

Tanto os clientes como os agentes, de acordo com os resultados dos inquéritos internos do FCE, continuam a manifestar um elevado nível de satisfação com os serviços da Sociedade. Igualmente, a equipa pan-europeia do FCE continuou a registar pontuações fortes e estáveis de satisfação no nosso inquérito anual de satisfação do pessoal.

Perspetivas

Olhando para 2015 e para o futuro, os nossos planos permanecem centrados na nossa intenção de continuar a fazer o nosso negócio crescer de forma controlada. Ao fazermos isso, estaremos a apoiar o crescimento da quota do mercado de retalho na Ford europeia e a servir mais dos seus clientes de modo a gerar maior lealdade para com a marca Ford e o agente.

Relatório estratégico 2014

A maioria dos especialistas do setor esperam um maior crescimento no setor dos veículos na Europa em 2015, apesar da recuperação económica mista da região. O FCE está a trabalhar de perto com a Ford Motor Company à medida que planeiam os lançamentos de veículos para 2015 e continuará a fornecer à Ford ofertas financeiras e de seguros relevantes no momento da venda no concessionário. Além disso, o FCE espera aumentar a sua participação em segmentos como o financiamento de veículos comerciais e usados. Ao ajudar a Ford a vender mais veículos, com mais frequência e a mais clientes

satisfeitos, o FCE continuará a aumentar a sua quota de vendas da Ford, gerando uma carteira de empréstimos em crescimento e continuando a oferecer mais valor à Ford e aos seus clientes.

Nick Rothwell
Diretor-geral, FCE Bank plc.
19 de março de 2015

Visão geral de negócios: Descrição do negócio

Estrutura organizacional

O FCE é um banco registado no Reino Unido autorizado pela Autoridade Reguladora Prudencial (PRA). O FCE é uma subsidiária direta da FCSH GmbH (FCSH) que, por sua vez, é uma subsidiária direta da Ford Credit International (FCI). A FCI é detida a 100% pela Ford Motor Credit Company LLC (Ford Credit) que é, por sua vez, detida a 100% pela Ford Motor Company (Ford).

Estatuto regulamentar

O FCE é regulado pela Autoridade Supervisora da Conduta (FCA) e pela PRA e está autorizado a desempenhar um leque de atividades reguladas no Reino Unido e através de uma rede de sucursais em dez outros países europeus e está sujeito à supervisão consolidada através de várias diretivas da UE.

Missão

O objetivo do FCE é ser reconhecido como o líder no fornecimento de serviços e produtos financeiros para a área automóvel à Ford, aos seus clientes e agentes bem como proporcionar valor ao acionista de forma consistente. O seu negócio é mais bem descrito no contexto dos seus três grupos de clientes principais – operações automóveis da Ford, clientes de venda a retalho e agentes.

Clientes e produtos

O FCE apoia as operações automóveis da Ford, fornecendo:

- um serviço ao cliente de alta qualidade que já provou aumentar a lealdade do cliente à marca Ford;
- uma rede pan-europeia de financiamento de marca dedicada a apoiar a venda dos produtos Ford;
- apoio de gestão do risco financeiro para garantir a continuidade e a viabilidade da rede de distribuição de agentes da Ford;
- apoio especializado para os principais segmentos de negócio e de cliente e expansão em novos mercados.

O FCE apoia os clientes de venda a retalho da Ford a adquirirem os seus veículos Ford, fornecendo:

- empréstimo ao consumo para clientes de venda a retalho para a compra ou a locação de veículos (referido como "Retalho");
- acesso a produtos de seguros para proteger os clientes quando conduzem veículos Ford;
- produtos de financiamento para clientes de empresas ou frotas.

O modelo de negócio do FCE vai para além do simples fornecimento do acesso a clientes para a compra ou a locação de um veículo motorizado através do financiamento. O FCE empenha-se para permitir ao cliente substituir o seu veículo as vezes que este desejar, ao mesmo tempo que mantém pagamentos mensais acessíveis. A presença do FCE no espaço comercial permite ao cliente beneficiar da conveniência de obter financiamento e seguro no concessionário, bem como do serviço prestado por uma organização dedicada a tratar o cliente com justiça e respeito.

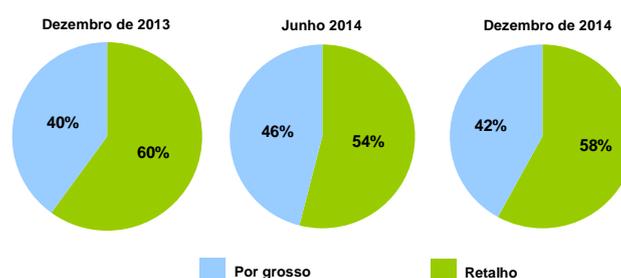
O FCE permanece focado no melhoramento da experiência do cliente desenvolvendo novos serviços, incluindo a sua presença online orientada para o cliente em vários locais.

O FCE apoia os agentes da Ford a venderem veículos Ford, fornecendo:

- financiamento para veículos novos e usados detidos no inventário (referidos como "Por grosso");
- uma apreciação e compreensão do negócio do agente automóvel e do financiamento necessário para otimizar o seu modelo de negócio através de diferentes ambientes económicos.

O facto de o FCE fornecer um serviço ao cliente de alta qualidade juntamente com o produto certo de financiamento para o cliente impulsiona uma maior lealdade para com a marca e o revendedor. Os estudos de mercado em diferentes países e setores mostram de forma consistente que existe uma probabilidade significativamente maior de os clientes do FCE comprarem o seu próximo veículo junto do mesmo revendedor.

Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos por segmento de produto



Visão geral de negócios: Descrição do negócio

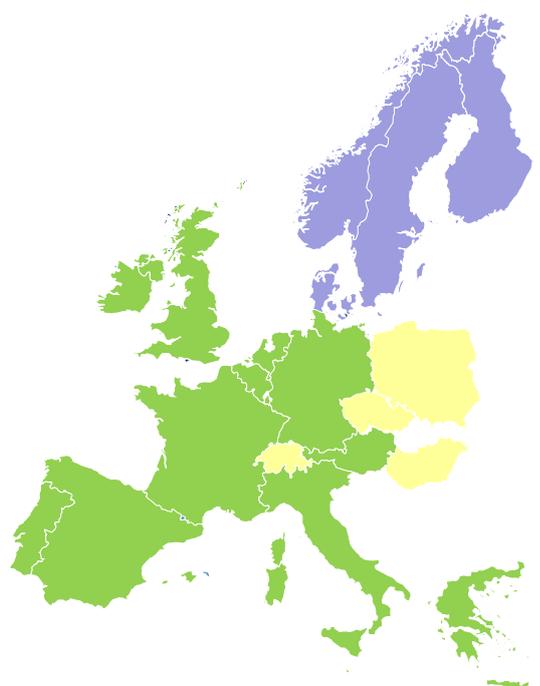
Presença operacional

O FCE opera diretamente em 15 países europeus através de uma rede de sucursais e subsidiárias, fornecendo serviços financeiros oficiais para a Ford e empregando cerca de 1600 pessoas.

A Sociedade possui igualmente uma divisão de Financiamento Comercial Mundial (WTF), que fornece financiamento a distribuidores e importadores em cerca de 60 países.

Além disso, o FCE detém uma participação de 50% menos uma ação na Forso Nordic AB (Forso), que oferece serviços financeiros automóveis na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

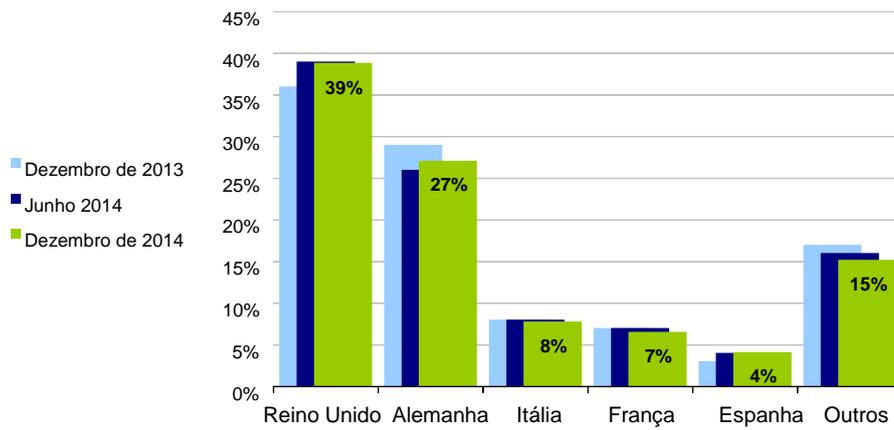
O FCE concede, atualmente, empréstimos a cerca de 801 000 clientes de venda a retalho em toda a Europa e dá financiamento por grosso a cerca de 1300 grupos de agentes. Os maiores mercados do FCE são o Reino Unido e a Alemanha, sendo que o mercado do Reino Unido representa, aproximadamente, 39% do total da carteira do FCE, a Alemanha representa cerca de 27% e a Itália é o seguinte maior mercado com 8%.



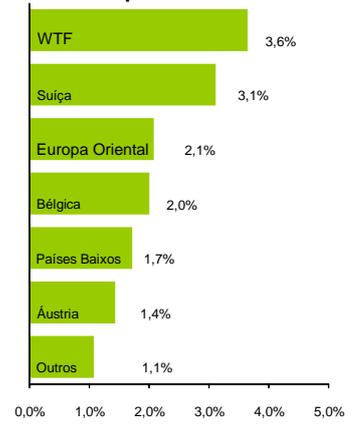
Mercados servidos por:

- Sociedade e sucursais do FCE
- Subsidiárias do FCE
- Joint venture da Forso Nordic AB

Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes por mercado



"Outros" por mercado



Visão geral de negócios: Conformidade regulamentar

Contexto regulamentar

O FCE mantém as autorizações regulamentares e permissões para os locais onde opera. No Reino Unido o FCE está autorizado pela PRA e é regulado pela FCA e pela PRA, para realizar várias atividades reguladas - quer no Reino Unido quer na sua rede de sucursais europeias. A FCA assumiu o papel de regulador do crédito ao consumo do Gabinete para o Comércio Justo (OFT) a 1 de abril de 2014. Nesse momento, o FCE recebeu permissões intercalares de crédito ao consumo por parte da FCA. Como banco regulado ao abrigo da PRA e da FCA, o FCE preencheu um formulário de "variação de permissões" para se candidatar a permissões de crédito de consumo completas.

O FCE está sujeito à supervisão consolidada, através de várias diretivas da UE, com a PRA e a FCA como as entidades reguladoras do FCE para as operações de todas as suas sucursais europeias. Cada local pode também estar sujeito a requisitos regulamentares locais do próprio estado através de reguladores locais e/ou bancos centrais. No seu papel de regulador local estatal, a PRA procura promover a segurança e solidez da estabilidade do sistema financeiro do Reino Unido, enquanto a FCA procura proteger os consumidores, melhorar a integridade do sistema financeiro do Reino Unido e promover a concorrência eficaz. A PRA e a FCA supervisionam empresas através de várias ferramentas regulamentares. Estes métodos incluem a recolha de informação dos retornos estatísticos e prudenciais, relatórios obtidos de pessoas especializadas, visitas a empresas e reuniões regulares com a direção.

A abordagem de supervisão da PRA assenta de forma significativa na apreciação dos principais riscos para os objetivos da PRA. A PRA recorre a um processo de avaliação contínua em vez de auditorias pontuais. O modelo de supervisão da FCA assenta em três pilares que permitem aos seus supervisores realizar um trabalho de supervisão aprofundado e estruturado nas empresas com mais potencial de exporem os clientes ou a integridade do mercado ao risco.

A PRA e a FCA definiram requisitos para bancos e outras instituições financeiras para obedecerem a matérias como adequação de capital, limites para exposições elevadas, liquidez e regras de conduta no negócio. Alguns destes requisitos derivam de diretivas europeias, com exemplos conforme descrito abaixo.

No Reino Unido, a agenda regulamentar é consideravelmente formada e influenciada pelas diretivas e propostas que emanam da UE. Várias diretivas europeias foram ou estão a ser atualmente implementadas, por exemplo, a diretiva de crédito ao consumo (Consumer Credit Directive), a diretiva de mediação de seguros (Insurance Mediation Directive) e a diretiva de requisitos de capital (Capital Requirements Directive).

Supervisão de alterações regulamentares do FCE

O FCE monitoriza e implementa alterações regulamentares proativamente e avalia e controla a sua exposição a riscos regulamentares através de um programa de monitorização de conformidade calendarizado. Como exemplo, quando a FCA assumiu a regulação e a supervisão das atividades de crédito de consumo do Gabinete para o Comércio Justo, o FCE monitorizou a transação e alinou as suas práticas comerciais para demonstrar conformidade e adesão aos requisitos de crédito de consumo da FCA. Não só o FCE cumpre as regras da PRA e da FCA, mas também se certifica de que os requisitos relevantes da UE são englobados e implementados no âmbito das suas políticas e procedimentos.

Processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP).

Anualmente, o Conselho de Administração aprova o ICAAP do FCE, que se baseia nos principais riscos para o capital do FCE, na redução do risco, na apetência pelo risco, nos testes de esforço e no planeamento do cenário.

Avaliação de adequação da liquidez individual (ILAA)

Pelo menos anualmente, o Conselho de Administração aprova o documento ILAA do FCE que resume a abordagem do FCE relativamente à gestão do risco de liquidez, incluindo governação, comunicação, testes de esforço, planeamento contingente e requisitos de liquidez.

Pilar 3

Os documentos Pilar 3 do FCE satisfazem os requisitos de divulgação adicionais disponíveis no sítio Web do Grupo em www.fcebank.com.

Plano de recuperação e resolução (RRP)

O FCE mantém um RRP aprovado pela Administração em conformidade com os requisitos regulamentares. Descreve ações de recuperação plausíveis que o FCE poderia implementar no caso de pressões graves para a) repor o negócio em condições estáveis e sustentáveis ou b) efetuar a sua resolução de forma organizada, com o mínimo impacto no sistema financeiro.

Basileia III/Diretiva de Requisitos de Capital IV

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia desenvolveu um conjunto abrangente de reformas com vista a fortalecer a regulamentação, supervisão e gestão do risco do setor bancário. Basileia III, que foi implementado na Europa através da quarta iteração da diretiva de requisitos de capital, inclui regras regulamentares acerca do capital, da liquidez, da alavancagem e do governo da sociedade. O FCE alinou as suas práticas comerciais com as alterações

Visão geral de negócios: Conformidade regulamentar

que entraram em vigor em 2014 e continua a fazê-lo à medida que são implementadas mais alterações.

Regulação de Infraestruturas do Mercado Europeu - Regulamento (UE) 648/2012 (EMIR)

A EMIR tem como objetivo reduzir o risco nas transações de derivados do mercado de balcão (derivados OTC) através de uma combinação de medidas que incluem a obrigatoriedade de comunicação das transações, compensação e depósito de garantia. A EMIR foi transposta para a lei a 16 de agosto de 2012, com a sua implementação dependente da

publicação de normas técnicas adicionais. As principais datas em 2014 foram cumpridas e o FCE está em processo de alinhar as suas práticas comerciais para cumprir a próxima fase esperada de implementação, incluindo compensação e depósito de margem.

Visão geral de negócios: Risco

Apetência pelo risco

A apetência pelo risco do FCE é estabelecida pelo Conselho de Administração e é claramente definida, controlada e gerida através da Estrutura de Apetência pelo Risco. O FCE estabeleceu processos dinâmicos e formalizados para a identificação dos riscos que enfrenta.

O FCE está exposto a vários tipos de risco. Os principais riscos identificados atualmente são: riscos de crédito (retalho e por grosso), de valor residual de veículos, operacionais, de mercado, de concentração, de liquidez, de grupo e de conduta. Estes são descritos mais pormenorizadamente em baixo.

Gestão do risco

O FCE toma, principalmente, uma abordagem de empréstimo de ativos garantidos de modo a minimizar o risco de perdas inesperadas. O FCE analisa e procura continuamente melhorar as práticas de gestão do risco, em linha com as melhores práticas da indústria.

O FCE gere cada forma de risco exclusivamente no contexto da sua contribuição para o risco global. As decisões comerciais são avaliadas numa base de risco ajustada e reconhecimento de risco e os preços dos produtos são estabelecidos de acordo com estes riscos.

Os riscos são supervisionados e monitorizados pelo Conselho, pelo Comité de Risco do Conselho e pelo Comité Executivo. Por conseguinte, a Estrutura de Apetência pelo Risco do FCE está integrada na estrutura de Governação do FCE e informa os processos/políticas de gestão do risco diários, para minimizar o risco de perdas inesperadas. O FCE acompanha de perto os riscos de acordo com a apetência pelo risco definida e aplica ações e controlos de mitigação de risco fortes e pró-ativos, desenvolvidos com base em 50 anos de experiência no campo especializado do empréstimo no setor automóvel.

A gestão do risco do FCE segue o modelo das três linhas de defesa que garante uma definição clara das responsabilidades entre as operações diárias, a monitorização e a supervisão, bem como garantias independentes.

Primeira Linha de Defesa

A primeira linha de defesa é o pessoal operacional e a gestão de departamentos com responsabilidade pelos seguintes procedimentos e controlos sólidos para reduzir quaisquer riscos inerentes às operações comerciais, em conformidade com as políticas, a apetência e os controlos de risco acordados.

O FCE tem um quadro de controlo integrado com controlos prescritos, concebido para integrar os seus sistemas e processos diários, incluindo ferramentas de auditoria de autoavaliação e requisitos de relato para a segunda linha de defesa.

Segunda Linha de Defesa

As equipas situadas na sede, como Conformidade, Risco, Finanças, Operações e o Gabinete de controlo interno (ICO) fazem a monitorização da segunda linha de defesa e são responsáveis pela supervisão dos procedimentos e controlos pan-europeus executados pela gestão da linha de negócio.

Cada uma das funções de controlo na segunda linha de defesa reportam a um ou mais comités do FCE, conforme delegado pelo Conselho.

Os comités monitorizam e desafiam os indicadores de desempenho, revêm várias informações de gestão e indicadores principais de risco e encaminha, quando necessário, através da estrutura de governo do FCE.

Terceira Linha de Defesa

A terceira linha de defesa fornece garantia independente ao Comité de Auditoria e inclui o gabinete geral dos auditores ("GAO") da Ford. Os auditores do GAO, fazem a auditoria das linhas da frente do negócio e das funções de supervisão para garantir que estão a desempenhar as suas funções ao nível de competência exigido.

O FCE também reconhece a importância do Comité de Risco, do Comité de Auditoria, dos NED, dos auditores externos e dos consultores no fornecimento de visões e desafios independentes sobre a gestão do risco do FCE e do quadro de controlo que leva a ações contínuas de melhoria conforme e quando necessário.

Principais riscos e incertezas

Para além dos riscos que o FCE enfrenta durante o decurso normal do negócio, alguns riscos e incertezas estão fora do controlo direto do FCE. Esta secção descreve, em linhas gerais, as áreas específicas nas quais o FCE é particularmente sensível a tais riscos.

As notações de crédito do FCE e da Ford Credit têm sido estreitamente associadas aos pareceres das agências de notação da Ford. As notações de crédito inferiores resultam, de modo geral, em custos de empréstimo mais elevados e acesso reduzido aos mercados de capitais. A Ford da Europa fornece atualmente um conjunto de programas de marketing que aplicam incentivos financeiros para gerar um aumento das vendas de veículos. Estes incentivos financeiros geram um negócio significativo para o FCE. Se a Ford tivesse decidido alterar a ênfase desses incentivos financeiros, tal poderia causar um impacto negativo na quota de financiamento do FCE relativamente a veículos da marca Ford.

Risco de crédito

Como fornecedor de produtos financeiros para a área automóvel, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda por consequência do não pagamento do cliente a retalho ou agente de acordo com os termos do contrato.

Visão geral de negócios: Risco

Embora o risco de crédito tenha um impacto significativo no negócio do FCE, é mitigado pela maioria dos planos de financiamento a retalho, locação e por grosso do FCE, tendo o benefício de um plano de retenção de títulos ou um juro dos títulos semelhante no veículo financiado. No caso de incumprimento de um cliente, o valor da garantia reempossada fornece uma fonte de proteção. O FCE gere ativamente o risco de crédito nas carteiras a retalho e por grosso para equilibrar os níveis de risco e retorno.

Gestão do risco de crédito a retalho (Consumo e Comercial)

Os produtos a retalho (venda de veículos a prestações, compra a prestações, venda condicionada e contratos de locação financeira) são classificados por termo e se o veículo financiado é novo ou usado. Esta segmentação é utilizada para assistir na fixação do preço do produto para garantir que os fatores de risco são adequadamente considerados.

A subscrição do crédito ao consumo a retalho inclui, tipicamente, uma análise dos escritórios do crédito de cada requerente juntamente com uma análise interna e um processo de verificação. Os modelos de classificação do risco de crédito a retalho baseados em estatísticas são, tipicamente, utilizados para determinar a solvabilidade dos requerentes. O desempenho da carteira é monitorizado regularmente e os processos e modelos de origens do FCE são analisados, revalidados e recalibrados conforme seja necessário. A estratégia de gestão de perda de crédito a retalho baseia-se na extensa experiência.

O FCE também fornece financiamento automóvel para entidades comerciais, incluindo empresas de aluguer diário. Cada pedido de empréstimo comercial é cuidadosamente avaliado com base nas informações solicitadas e suportadas pelos dados do gabinete de crédito sempre que disponíveis.

Na maioria dos locais, o FCE realiza atividades de gerações, assistência e recolhas centralizadas. A centralização oferece economias de escala e melhora a consistência do processo. Os Centros de Serviço de Apoio ao Cliente do Reino Unido e Alemanha aplicam tecnologia de assistência avançada e técnicas e controlos avançados de gestão do risco. Estes incluem modelos comportamentais do cliente que são utilizados na assistência de contrato para garantir que os contratos recebem uma atenção de cobrança adequada.

A retoma é considerada como último recurso. Um veículo retomado é vendido e os proveitos são aplicados ao montante a dever na conta. A cobrança do saldo remanescente continua após a retoma até que a conta seja paga na totalidade ou até que seja considerado economicamente incobrável pelo FCE.

Risco do valor residual do veículo

É o risco das receitas reais realizadas pelo FCE no momento da venda de um veículo devolvido no final do contrato serem inferiores ao previsto no início do contrato. O FCE está preparado para incorrer em risco do valor residual do veículo, predominantemente, no que diz respeito aos veículos da marca Ford, como fator chave nas suas ofertas de produtos e no desejo estratégico de promover conceitos de Gestão do Ciclo de Negócio (TCM). Os valores residuais do veículo são definidos com base numa avaliação cuidada

de fontes internas e externas e sujeita a revisão e aprovação pelo comité adequado.

Os contratos TCM, que são a grande maioria dos contratos para os quais o FCE aceita risco do valor residual do veículo, são tipicamente definidos abaixo do valor de mercado esperado num montante igual a 5-8% do preço de tabela do veículo de modo a gerar capital para o cliente no final do contrato. Outros contratos são estabelecidos pelo valor futuro esperado do veículo.

Esta abordagem prudente de estabelecer valores residuais de veículos, juntamente com outros elementos de mitigação comprovados, reduz a potencial volatilidade proveniente deste risco.

Relativamente à carteira de locações operacionais do FCE, o risco residual é reduzido por um acordo com a Ford, ao abrigo do qual a Ford indemniza o FCE pela maioria das perdas de valor residual e recebe o benefício da maioria dos ganhos de valor de residual.

Para informação adicional, consulte a Nota 39 "Valores residuais de veículos".

Gestão do risco de crédito por grosso

O FCE estende o crédito comercial a agentes franqueados que vendem veículos Ford principalmente para comprar stocks de veículos novos e usados (financiamento por grosso de veículos) e financiamento para veículos de concessionário (p. ex. veículos de substituição ou demonstração) e, numa medida bastante inferior, financiamento por grosso para peças de substituição e empréstimos para capital de exploração e aquisições de imóveis. Na grande maioria dos produtos de financiamento do FCE a concessionários, a garantia advém do ativo automóvel subjacente.

Cada pedido de empréstimo do concessionário é avaliado, levando em conta a situação financeira do mutuário, garantias apresentadas, a capacidade de pagamento do serviço da dívida e outros fatores financeiros e qualitativos.

Todas as exposições ao crédito estão agendadas para revisão, pelo menos, anualmente, pelo comité de crédito adequado. Os processos de verificação de ativo encontram-se implementados e incluem auditorias físicas dos stocks dos veículos com uma maior frequência de auditorias para os agentes de maior risco. Além disso, os pagamentos de financiamento dos stocks são monitorizados para detetar desvios adversos aos típicos padrões de pagamento, caso no qual são tomadas ações adequadas.

Outra gestão do risco de crédito

O Grupo pode igualmente incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, depósito, taxa de juro ou derivado de moedas com o FCE. Para mais detalhes sobre estes riscos consulte a Nota 38 "Risco de crédito"

Visão geral de negócios: Risco

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou fracassados ou de acontecimentos externos. Esta definição de risco operacional inclui eventos tais como falhas de processos informáticos, erro humano e falhas na estrutura organizacional e lapsos nos controlos internos, fraude ou ameaças externas.

O FCE toma uma abordagem pró-ativa relativamente à gestão do risco operacional e continua a procurar oportunidades de melhoria no seu Quadro de Risco Operacional. O FCE segue os princípios do modelo das "Três linhas de defesa", tal como documentado na página 11, para gerir e reduzir o risco operacional através de um quadro de governação sólido.

O Subcomité de Risco Operacional, um subcomité do Comité de Risco Operacional Executivo (ORC), coordena a identificação, controlo e monitorização dos riscos operacionais em todas as linhas de negócio, áreas de produto e geografias. O Comité de Risco Operacional Executivo tem a responsabilidade final pelo risco operacional e por promover a utilização de uma gestão sólida do risco operacional no FCE. As principais áreas de foco do ORC são a implementação de políticas, processos e procedimentos adequados para controlar ou reduzir uma exposição a perdas significativas para garantir que existem procedimentos e planos de contingência adequados para minimizar o risco de falhas de processos informáticos e para garantir a manutenção de acordos de contingência adequados a todas as áreas, de modo a garantir que o FCE pode continuar a funcionar na eventualidade de uma interrupção imprevista.

Um princípio orientador é que a gestão é, a todos os níveis, responsável por gerir o risco operacional, incluindo o risco de reestruturação e isto aplicar-se-á ao novo centro de negócios em Manchester (tal como descrito na mensagem do diretor-geral). O FCE mantém igualmente uma forte cultura de controlo interno na organização através do Programa de Revisão de Controlo Modular, um processo de controlo de autoavaliação utilizado em todo o negócio.

O FCE é indemnizado ao abrigo das apólices de seguro por determinados riscos operacionais que incluem saúde e segurança. Não obstante estas medidas de controlo e esta cobertura de seguro, o FCE permanece exposto ao risco operacional que poderia causar um impacto negativo no seu negócio e nos resultados das operações.

Risco de mercado

É o risco de impactos adversos nos lucros do FCE, como resultado das alterações às taxas de câmbio e às taxas de juro. As exposições à taxa de juro e de câmbio são geridas pelo FCE como uma parte integrante do seu programa de gestão do risco global, que reconhece a imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura reduzir os potenciais efeitos adversos nos resultados operacionais do FCE.

O FCE reduz a sua exposição ao risco de mercado através da utilização de derivados da taxa de juro e de câmbio. A estratégia para utilização de derivados do FCE foi concebida apenas para reduzir o risco; os derivados não são utilizados

para efeitos especulativos. Para mais detalhes, consulte a Nota 40 "Risco de mercado".

Risco de concentração

O risco de concentração é o risco resultante da concentração de posições por parte do FCE em regiões geográficas, setores e grandes concessionários e frotas. O FCE está preparado para a exposição ao risco de concentração de acordo com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e com os requisitos regulamentares, sempre que tal seja consistente com o cumprimento da sua missão de fornecedor de financiamento automóvel de captação.

Devido ao enfoque do FCE no setor automóvel, a sua carteira por grosso é o segmento de negócio que está mais exposto ao risco de concentração. No entanto, a visão do FCE é de que este risco é reduzido por uma série de características positivas do seu modelo de negócio por grosso, tais como a retenção de títulos, a natureza de curto prazo do financiamento e o valor realizável do ativo dentro de um prazo razoável.

A carteira de retalho é composta por empréstimos individuais a clientes de retalho e locação, em múltiplos mercados e a análise do FCE indica granularidade suficiente na carteira para que não constitua um risco de concentração significativo.

Risco de pensões

Este é o risco que surge das obrigações do FCE como resultado da participação em planos de pensão definidos para os colaboradores. As obrigações de benefícios de reforma mais significativas para o FCE estão relacionadas com os planos de pensões do Reino Unido e "Foveruka Alemanha". Estes são, principalmente, os planos da Ford nos quais o FCE é um empregador participante. O FCE reconhece que existe volatilidade inerente nos mercados de investimento que irá afetar as responsabilidades dos esquemas a dada altura e que as responsabilidades de pensão aumentam ao longo do tempo à medida que os pressupostos de longevidade se estendem e o equilíbrio entre a força de trabalho ativa e pensionistas atinge a maturidade. Para os planos no Reino Unido a Ford é responsável por financiar qualquer défice que possa surgir ocasionalmente.

O FCE utiliza atuários internos e externos para rever responsabilidades de pensão, que é uma parte essencial do planeamento de capital do FCE.

O FCE, em conjunto com a Ford, incentiva especialistas em gestão de pensões interna baseada nos EUA a auxiliarem com recomendações para os Gestores de Fundos de Pensões do Reino Unido sobre estratégias de investimento e gestão de responsabilidades.

Visão geral de negócios: Risco

Riscos de liquidez e recursos de capital

O risco de liquidez é a possibilidade de não conseguir responder às obrigações financeiras presentes e futuras nas datas de vencimento. A estratégia de financiamento do FCE consiste em centrar-se na diversificação de fontes de financiamento e investidores, de modo a gerir o risco de liquidez em todas as condições de mercado. O FCE é financiado, principalmente, através dívidas, titularização e ações não garantidas, com dívida que, em média, atinge a maturidade após a liquidação dos ativos.

O FCE detém liquidez sob a forma de numerário e capacidade dedicada. A capacidade dedicada do FCE encontra-se sob a forma de capacidade dedicada em titularização (não incluindo cláusulas de alterações adversas relevantes, convénios financeiros restritivos e ativadores de notação de crédito) e facilidades de crédito comprometidas não garantidas de forma contratual (com termos semelhantes à exceção de determinados convénios).

Para informações adicionais, consulte a Nota 17 "Titularização e financiamento relacionado" e a Nota 41 "Risco de liquidez".

Os processos integrados na governação do FCE incluem previsão e comunicação de liquidez mediante tolerâncias ao risco, testes de esforço/cenário e planeamento contingente. O Conselho de Administração do FCE reconhece que a liquidez pode ser afetada pelos seguintes fatores potenciais de risco de liquidez, que são importantes para o FCE:

- Risco de financiamento por grosso;
- Risco de ativos não transacionáveis;
- Risco de viabilidade da franquia;
- Risco de concentração de financiamento;
- Risco de liquidez de divisas cruzadas;
- Risco de liquidez no próprio dia; e
- Risco extrapatrimonial.

O FCE tem apetência pelo risco em relação a qualquer um destes tipos.

Risco de grupo

Este consiste no risco de perda devido à associação do FCE com a sua empresa-mãe. Como uma sociedade financeira do setor automóvel de captação, o FCE tem uma exposição inerente à Ford, no entanto, esta situação é cuidadosamente monitorizada através do processo de monitorização de Grande Exposição do FCE e minimizada através de uma forte adesão às políticas internas que asseguram uma abordagem com valores normais de mercado em todas as transações e serviços com a empresa-mãe. O FCE impulsiona alguns serviços fornecidos por outras áreas da Ford Credit e da empresa Ford; no entanto, estes serviços são geridos e regulados por acordos de nível de serviço internos e documentados que preveem tipicamente capacidades delimitadas.

Risco de conduta

Como banco registado, o risco de conduta é o risco para a experiência do consumidor e para a marca do FCE resultante de fracos resultados para os consumidores que poderão, em determinadas circunstâncias, levar à intervenção ou a ações de controlo por parte do regulador.

O objetivo do FCE é demonstrar e garantir resultados justos para os consumidores através do ciclo de vida do risco de conduta que inclui governação de produtos, experiências de retalho de consumidores com o FCE e processos de pós-venda. O risco de conduta é gerido no seio de cada uma das operações de negócio do FCE com a supervisão central da função de verificação do cumprimento do FCE.

O FCE oferece produtos financeiros bem estabelecidos aos seus clientes e efetua controlos abrangentes para garantir que os seus processos de venda, incluindo a introdução de novos produtos, ou alterações a produtos existentes, garantem resultados justos para os clientes, bem como para cumprir todos os requisitos regulamentares. O FCE também monitoriza as experiências de retalho dos clientes, incluindo os processos de pós-venda, através da monitorização de dados de desempenho, como métricas de reclamações, bem como através de inquéritos periódicos.

Visão geral de negócios: Governo da sociedade

Governo da Sociedade

Os Administradores consideram que um governo eficiente das sociedades é um fator chave subjacente às estratégias e operações do FCE. Apesar de o FCE ter alguns títulos de dívidas cotados em Bolsas de Valores, o FCE não tem capital próprio cotado. Por este motivo, a Sociedade tem significativamente menos obrigações de relato quando comparada com uma empresa com capital social cotado. No entanto, o FCE optou por cumprir a maioria dos princípios estabelecidos no Código sobre o Governo das Sociedades aplicável no Reino Unido (o "Código"), exceto as disposições não adequadas a uma subsidiária detida a 100%.

O FCE realiza regularmente uma avaliação comparativa com as diretrizes mais recentes sobre o governo das sociedades, efetuando todos os ajustes que considere necessários e apropriados.

Controlo Interno

O FCE desenvolveu controlos internos para garantir que o negócio é conduzido num enquadramento de controlo forte e bem definido. Estes controlos internos adequam-se bem às procuras em evolução do governo das sociedades em ambientes multinacionais regulados. Poderá encontrar informações adicionais sobre o ambiente de controlo interno no "relatório do Comité de Auditoria" que começa na página 30.

O Conselho de Administração

A Sociedade é controlada através do seu Conselho de Administração cujos principais papéis são:

- promover o sucesso do FCE para benefício do conjunto de partes interessadas;
- fornecer liderança para o FCE, particularmente no que diz respeito ao governo, responsabilidade social e ética da Sociedade;
- aprovar os objetivos estratégicos do FCE;
- assegurar que os recursos financeiros necessários e outros recursos sejam disponibilizados à direção para lhes permitir cumprir esses objetivos;
- operar dentro de um quadro de controlos eficazes que permite a avaliação e gestão de riscos principais;
- assegurar que os clientes sejam tratados com justiça e respeito;
- assegurar conformidade com os enquadramentos regulamentares.

Além disso, o Conselho tem a derradeira responsabilidade de garantir que o FCE possui os sistemas de governo das sociedades e controlo interno adequados aos vários ambientes de negócio nos quais opera. O Conselho avalia regularmente todos os riscos que afetam o negócio e os processos preparados no negócio para os controlar. O processo está centrado nos principais riscos, estando documentada formalmente a mitigação, transferência ou aceitação dos riscos.

Os controlos do FCE são baseados nos controlos padrão da Ford para salvaguardar o ativo, verificar a exatidão e fiabilidade dos dados financeiros e não financeiros, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão a políticas gestoras prescritas. As declarações políticas que regem a gestão dos riscos operacionais, de crédito e de tesouraria são revistas, pelo menos, anualmente.

O Conselho revê a estratégia comercial do FCE, bem como os planos de negócio, financiamento e liquidez, orçamento operacional anual, estrutura do capital, política de dividendos e contas estatutárias. O Conselho também revê o desempenho financeiro e operações de cada um dos negócios do FCE e outros relatórios de negócio e apresentações da direção.

O Conselho é responsável pela constituição apropriada de Comités do Conselho e revê as suas atividades e termos de referência como parte de uma revisão anual do governo da sociedade. Ente os objetivos financeiros e globais para a Sociedade, há uma clara divisão de responsabilidades entre a gestão do Conselho e a responsabilidade executiva da gestão da Sociedade. Durante 2014, as funções de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-geral foram divididas em dois cargos distintos, refletindo as melhores práticas corporativas do Reino Unido. O Presidente do Conselho de Administração é responsável por liderar o Conselho de Administração e por garantir que este mantém a sua eficácia. Por seu turno, o Diretor-geral é responsável pela gestão do FCE.

Cada um dos Administradores Executivos é responsável pela conduta e desempenho do seu negócio ou função em particular, dentro da estratégia de negócio acordada. Possuem autoridade total para agir, sujeitos aos poderes e limites de aprovação reservados estabelecidos pelas políticas e diretrizes do Conselho e da Sociedade. Todos os Administradores são igualmente responsáveis, nos termos da lei, pela condução apropriada dos assuntos da Sociedade. Todos os Administradores têm acesso ao conselho e serviços do Secretário da Sociedade e podem obter consultoria profissional independente a custo da Sociedade na persecução dos seus deveres, se necessário. É mantido um registo dos conflitos de modo a assegurar que a gestão de conflitos é realizada eficazmente.

Em 2014, o Conselho reuniu-se sete vezes. Os seguintes temas foram abordados nas reuniões do Conselho de Administração:

"Estratégia" O Conselho juntamente com a direção sénior do FCE realiza, pelo menos, uma reunião de estratégia da direção sénior por ano fora das instalações na qual a estratégia da Sociedade é revista tendo em consideração o ambiente económico externo, a estratégia da Ford Motor Company e a necessidade da Sociedade em proporcionar valor ao acionista. Esta direção estratégica informa acerca das análises do Conselho ao longo do ano.

Visão geral de negócios: Governo da sociedade

"Plano de negócios" O Conselho analisou o plano de negócios a cinco anos, o orçamento anual e as previsões mensais que são concebidos para refletir a estratégia do FCE.

"Declarações sobre a apetência pelo risco, ICAAP, RRP e ILAA" O Conselho analisou, levantou questões e aprovou as Declarações sobre a apetência pelo risco, a ICAAP, o RRP e a ILAA do FCE.

"Mercados de Especial Relevo" à luz do ambiente externo desafiante, o Conselho conduziu análises aprofundadas das operações do FCE nos Países Baixos, na Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, de modo a assegurar que os riscos que enfrentam estes locais são consistentes com a Apetência pelo Risco do FCE e refletem com rigor o ICAAP e ILAA do FCE.

Administradores Não Executivos (NED)

Os NED desempenham papéis-chave na contabilidade regulamentar e empresarial. O Conselho considera cinco dos atuais sete NED como sendo independentes, visto não terem nenhuma relação de negócio material com o FCE (diretamente ou como um sócio, acionista ou responsável de uma organização que tenha uma relação com o FCE) e nem representam o único acionista nem têm qualquer envolvimento na gestão diária do FCE ou suas subsidiárias.

Como tal, trazem objetividade e opinião independente para o Conselho, que complementa as competências, experiência e o conhecimento pormenorizado do negócio dos Administradores Executivos. Além disso, desempenham um papel vital na governação do FCE através da sua integração no Comité de Auditoria, no Comité de Risco e no Comité de Remuneração.

A cada NED é fornecido, aquando da nomeação, uma carta estabelecendo os termos da sua nomeação, os honorários a serem pagos e o compromisso de tempo esperado do Administrador. A carta também cobre assuntos como a confidencialidade da informação e faz referência ao Seguro de Responsabilidade dos Administradores e Responsáveis da Ford. As cartas de nomeação dos NED são rescindíveis através de um aviso com um mês de antecedência por qualquer parte.

Todos os NED independentes são nomeados para o Comité de Auditoria, para o Comité de Risco e para o Comité de Remuneração.

A nomeação de um NED tem a duração inicial de três anos, renovável por um segundo período até três anos por mútuo

acordo. Em determinadas circunstâncias, pode ser acordado um período adicional de até três anos. Os Estatutos do FCE exigem que todos os Administradores se reformem e candidatem a nova nomeação em cada Assembleia-Geral Anual (AGM).

Todos os anos, os NED realizam uma reunião com o Presidente para debaterem o planeamento de sucessão do Diretor Executivo, o governo da sociedade e quaisquer outros assuntos relevantes. Periodicamente, o Conselho revê o número de Administradores Executivos e NED para manter um equilíbrio apropriado para o controlo e direção eficazes da sociedade. Atualmente o Conselho do FCE é composto por onze membros, quatro administradores executivos e sete NED, dos quais cinco são considerados independentes.

O Código recomenda a nomeação de um Diretor Independente Sénior (SID) para servir como interlocutor para o Presidente e para servir como intermediário para os outros administradores quando necessário. A função do SID é desempenhar um papel de liderança junto dos outros NED, representando as opiniões coletivas ao Presidente, Conselho e aos representantes do acionista do FCE. Callender foi nomeado para a função de SID a partir de 1 de novembro de 2014, para substituir Romer-Lee que teve esta função desde 2008. Romer-Lee irá reformar-se em março de 2015.

O papel de todos os NED é:

- rever e dar um parecer objetivo sobre o relato financeiro da Sociedade, incluindo a melhor prática relevante;
- manter relações de trabalho eficazes com os auditores da FCA, da PRA e do FCE;
- dar uma visão objetiva da gestão da sociedade;
- fornecer um conhecimento profundo e objetivo da direção estratégica da Sociedade e um papel de consultoria sobre as ações estratégicas pretendidas e potenciais implicações para a sociedade;
- rever a aplicação do relato financeiro e compreender a posição financeira da Sociedade e desafiar construtivamente a sua gestão eficaz; e
- proporcionar aos restantes membros do Conselho diferentes perspetivas sobre estratégia e outras questões que a Sociedade enfrenta.

Os NED reúnem-se posteriormente na ausência da gestão do FCE, e o SID preside normalmente a essas reuniões.

Visão geral de negócios: Governo da sociedade

Seleção dos Administradores

Poderá recorrer-se a agências de recrutamento especializadas para empregar NED adequados. Além disso, as nomeações diretas são feitas quando se exija competências e experiência específicas e o FCE poderá consultar os seus auditores ou outros consultores profissionais sobre os candidatos apropriados quando se requeira competências financeiras especializadas. As entrevistas formais são realizadas com direção da Sociedade antes de um candidato preferencial conhecer os restantes membros do Conselho, incluindo o SID e os outros NED.

Os Administradores Executivos são selecionados através de um processo do Comité de Desenvolvimento Pessoal da Ford Credit. Os planos de sucessão para Administradores e outras nomeações de topo são revistos com representantes seniores da empresa-mãe do FCE e dos NED. As propostas para todas as nomeações de Administrador são então submetidas a aprovação da Sociedade pela Direção do acionista e pelo Comité de Governo da Sociedade da Ford antes de serem submetidas ao Conselho de Administração da Sociedade para aprovação legal formal.

O FCE reconhece o valor de ter um Conselho diversificado e que a diversidade no seu sentido mais lato é um elemento de vantagem competitiva. Esta filosofia aplica-se ao seu grupo de gestão como um todo e as políticas do FCE sobre a igualdade de oportunidade, diversidade e inclusão suportam este princípio essencial do trabalho. O FCE acredita que um organismo de gestão realmente eficaz deverá incluir e fazer uma utilização excelente das diferentes competências, experiências, perspetivas, contextos, etnias, idades, géneros e outros atributos. Considerando a composição do seu Conselho, o FCE considera todos os aspetos da diversidade, não se limitando aos mencionados acima, para estabelecer e manter um equilíbrio apropriado das competências e experiências.

Ao selecionar candidatos adequados para as funções executivas e não executivas, quer seja do grupo mais abrangente da Ford quer seja externamente, os candidatos são procurados de entre um conjunto o mais abrangente possível. São avaliados com base no mérito em relação a critérios objetivos e com a atenção devida aos benefícios da diversidade no Conselho. É a visão estratégica do FCE para obter uma representação de uma diversidade apropriada em todos os grupos de gestão, incluindo no Conselho, através da aplicação transparente de políticas e processos justos sem quaisquer barreiras injustas.

Os Administradores do FCE são pessoas aprovadas pela FCA e pela PRA e as novas nomeações estão sujeitas a aprovação da FCA e da PRA.

Formação dos Administradores

São consideradas as necessidades de formação de todos os Administradores e na sua nomeação beneficiam de uma introdução abrangente ao negócio do FCE, à gestão do risco e contexto regulamentar. Além disso, é dada formação periódica ao Conselho e, em 2014, os tópicos incluíram CRD IV e Basileia III, apresentações sobre riscos fiscais, política e estratégia, gestão do risco do Conselho e supervisão e branqueamento de capitais.

Ocasionalmente, o FCE identifica outras necessidades de desenvolvimento para os Administradores executivos e para os Administradores não executivos para os ajudar a exercer as suas responsabilidades. Em 2014 este processo resultou na identificação de vários programas de formação para vários aspetos dos deveres e responsabilidades do Administrador, governo da sociedade e assuntos de conformidade regulamentar e geral. Subsequentemente, os membros do Conselho frequentaram formação relativamente a:

- governo do Conselho;
- Apetência pelo risco e tolerância ao risco;
- Gestão estratégica de ativos e passivos ("ALM") e gestão de capital;
- Tirar o máximo partido da avaliação do Conselho;
- Desenvolvimentos em liquidez do banco e práticas e regulamentos de capital.

Estão planeadas mais formações para 2015.

Além disso, há, pelo menos, uma reunião de estratégia de gestão sénior que é realizada todos os anos e para a qual os NED são convidados e encontra-se disponível um dia de formação, conforme requerido, para os NED, onde são debatidos assuntos e desenvolvimentos. Ocasionalmente, a Ford desenvolve programas de formação para vários aspetos dos deveres e responsabilidades do Administrador, governo da sociedade e assuntos de conformidade regulamentar e geral.

Avaliação e remuneração dos Administradores

Cada Diretor Executivo é avaliado pelo processo de avaliação de desempenho do FCE e a remuneração é determinada em linha com a política de remuneração global da Ford Credit e da Ford. Os representantes seniores da Ford Credit avaliam o desempenho do Presidente.

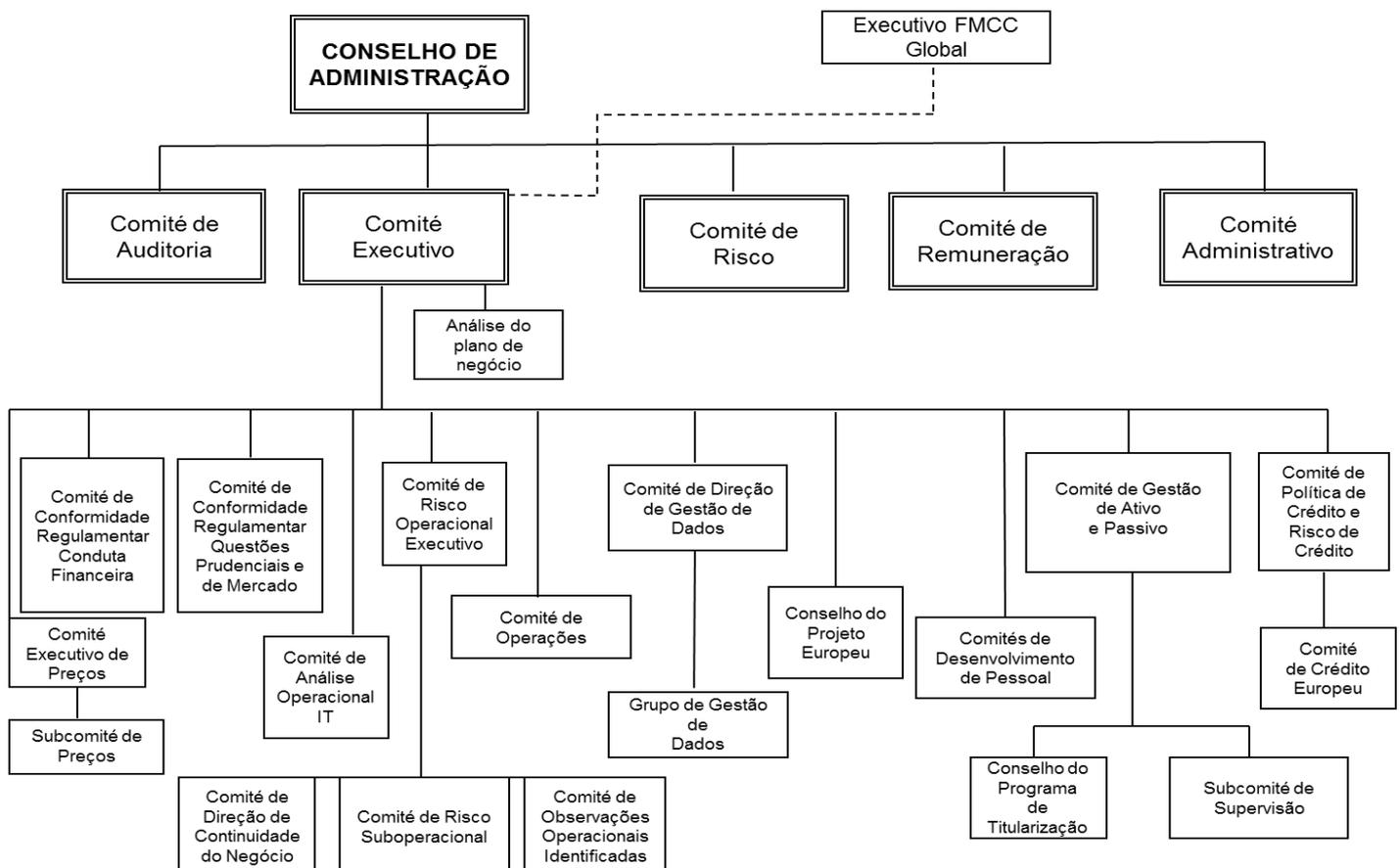
Os NED recebem uma tarifa plana pelos seus serviços. É pago um subsídio adicional aos NED para refletir as suas responsabilidades adicionais (por exemplo, Presidente do Comité de Remuneração, Presidente do Comité de Auditoria e Presidente do Comité de Risco). Os níveis dos honorários são revistos periodicamente e o nível dos honorários é aprovado por representantes seniores da Ford Credit. Os NED não recebem qualquer remuneração adicional nem participam em quaisquer acordos de incentivo.

Visão geral de negócios: Governo da sociedade

Comitês do Conselho

Cinco Comitês reportam diretamente ao Conselho. Cada um dos Comitês tem a autoridade delegada específica e os termos de referência detalhados que são revistos anualmente com um relatório sobre as atividades de cada Comitê apresentado em cada assembleia do Conselho de Administração. O FCE analisa a composição dos Comitês regularmente para garantir que existe um equilíbrio adequado e uma boa mistura de competências e de experiência.

O gráfico seguinte demonstra a interdependência do Conselho e dos Comitês que lidam com o governo das sociedades. O FCE possui uma abordagem integrada ao Governo de Risco e os termos de referência para cada um dos Comitês abaixo incluem informações sobre os riscos cobertos.



Comitê de Auditoria

As informações adicionais sobre o Comitê de Auditoria e o seu trabalho podem ser encontradas no relatório do Comitê de Auditoria.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo (CE) presidido pelo diretor-geral do FCE, é responsável por fornecer orientação, monitorizar o desempenho e garantir que o FCE tem capacidades, recursos e controlos eficazes para cumprir o seu Plano de negócios. O CE tem nove membros, quatro dos quais são Administradores executivos. O CE consiste em pessoas responsáveis pelos componentes-chave do negócio; tecnologia de informação, jurídico e conformidade, estratégia, finanças, operações e gestão do risco. É exigido que o diretor-geral ou qualquer dos Administradores

executivos esteja presente como um dos seis membros necessários para se constituir um quórum. O CE reúne-se mensalmente e reuniu-se doze vezes durante 2014.

Comitê de Risco

O Comitê de Risco é um Comitê delegado do Conselho criado em março de 2014 para fornecer supervisão e aconselhamento ao Conselho relativamente às exposições ao risco do FCE e para garantir que existe um sistema adequado de gestão do risco. O Comitê é convocado todos os trimestres e os membros são todos NED independentes, sendo que dois constituem um quórum.

Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração (RemCo) é constituído pelos NED independentes, o Presidente, o diretor-geral e o Diretor de Risco. É responsável por determinar e acordar com o Conselho a política para remuneração do Pessoal do FCE conforme definido nos códigos de remuneração. A política de remunerações do FCE é consistente e promove uma gestão do risco eficaz, em conformidade com os requisitos dos códigos de remuneração dos reguladores.

Comité Administrativo

O Comité Administrativo, em nome do Conselho, é responsável pela revisão e aprovação dos termos e condições dos empréstimos do FCE e outras questões relacionadas com a tesouraria. Tal é efetuado em conformidade com as declarações políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração. O Comité Administrativo também considera e aprova outros assuntos quotidianos a si delegados para os quais seja legalmente exigida uma deliberação e/ou documentação formal para prestar prova da aprovação em vez de aprovação sob as autoridade delegadas de gestão geral.

A constituição do Comité Administrativo inclui todos os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que cada dois Administradores constituem quórum. O Comité Administrativo não tem um calendário formal de reuniões e reúne-se conforme necessário.

Subcomités

Diversos subcomités foram criados e reúnem-se regularmente e abrangem todas as áreas do negócio. Os subcomités que reportam à CE encontram-se listados abaixo. Além disso, O CE pode, posteriormente, nomear grupos de trabalho ou comités de direção para tratar de riscos específicos de negócio e oportunidades.

"O Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito (Comité de Política de Crédito)" é presidido pelo diretor-geral do FCE e determina, em nome do Conselho, a política de crédito geral do Grupo numa base pan-europeia. Supervisiona e analisa o risco de crédito comercial e a retalho e o risco do valor residual do veículo. Reporta a cada assembleia completa do Conselho realizada durante o ano. Quatro dos dez membros do Comité de Política de Crédito são membros do Conselho de Administração. O Comité de Política de Crédito consiste em pessoas responsáveis pelos componentes-chave do negócio; mercados britânico, alemão e europeu, e funções centrais pan-europeias como a gestão do risco e finanças.

Existem requisitos de quórum para o Comité de Política de Crédito, com combinações diferentes de participantes permitidas, a fim de assegurar que um membro do Conselho de Administração esteja sempre presente, além da representação apropriada de áreas-chave do negócio. O

Comité de Política de Crédito procura reunir-se mensalmente.

"Os Comités de Conformidade Regulamentar (RCC)" são responsáveis por monitorizar e gerir a conformidade regulamentar dos riscos de conduta e prudenciais que o FCE enfrenta em todas as linhas de negócio, áreas de produto e geografias. O comité monitoriza e avalia as alterações regulamentares e legislativas e determina a resposta do Grupo ou as alterações necessárias.

O Comité de Análise Operacional da Tecnologia de Informação (ITOR) é responsável por garantir que o FCE Bank plc recebe um serviço de TI eficiente, eficaz e ágil.

"O Comité de Risco Operacional Executivo (ORC)" tem a responsabilidade global de analisar e monitorizar os principais riscos operacionais e promover a utilização de uma gestão sólida do risco operacional no FCE. O ORC é presidido pelo Diretor de Risco

O ORC possui três subcomités: Comité de Direção de Continuidade do Negócio, Comité de Risco Suboperacional e Comité de Observações Operacionais Identificadas.

"O Comité de Gestão de Ativo e Passivo (ALCO)" é convocado mensalmente e presidido pelo diretor-geral do FCE. Supervisiona o plano de financiamento e a gestão de liquidez do FCE. O Comité possui dois subcomités: Conselho do Programa de Titularização e Subcomité Supervisor.

"O Comité de Operações (OC)" é convocado mensalmente e presidido pelo Diretor Executivo, marketing, vendas, marca e operações. O OC é um organismo decisor que supervisiona as atividades das áreas de vendas, marketing e operações do FCE. O OC fornece orientações sobre políticas e implementação de objetivos estratégicos.

"O Comité de Direção de Gestão de Dados (DMSC)" dá orientação e toma decisões relativamente a questões de gestão de dados no âmbito do Grupo. O DMSC fornece informações e orientação às funções de controlo do FCE sobre integridade, proteção, transferência e violações de dados.

"O Comité Executivo de Preços" (EPC) é responsável por analisar questões de preços e aprovar ações e estratégias relativas a preços no âmbito do FCE.

"O Conselho do Projeto Europeu (EPB)" supervisiona a gestão dos projetos estratégicos do FCE e é convocado todos os meses para analisar, aprovar e dar prioridade a grandes projetos estratégicos.

"Os Comités de Desenvolvimento de Pessoal (PDC)" dirigem o desenvolvimento de pessoal, carreiras e planeamento de recursos. Os subcomités são compostos por membros da direção, que são auxiliados por representantes dos Recursos Humanos

Visão geral de negócios: Pessoal

Estratégia de pessoal

As políticas e práticas de pessoal do FCE reconhecem totalmente o estado da Sociedade como um banco regulado, domiciliado no Reino Unido e, deste modo, as normas de comportamento e ética que tem de cumprir. O FCE procura ser um "Empregador de Eleição". Coloca bastante ênfase no desenvolvimento dos colaboradores juntamente com uma estratégia de retenção para garantir que as competências e experiência necessárias para apoiar os objetivos do negócio são retidas. Em conformidade com o planeamento de sucessão da Sociedade, a estratégia de pessoal do FCE inclui a utilização de Comitês de Desenvolvimento de Pessoal para apoiar o recrutamento e desenvolvimento de colaboradores e garantir um planeamento de sucessão eficaz para as funções principais. O FCE tem uma filosofia de remuneração e benefícios direcionada para conseguir competitividade geral no mercado externo, através da recompensa pelo contributo para o desempenho do FCE e da retenção das principais competências. O FCE trabalha um sólido quadro de formação e competências para dar aos indivíduos as competências, o conhecimento e a especialização de que necessitam para assumirem eficientemente as suas responsabilidades. De acordo com a política de formação e desenvolvimento da Sociedade, são elaborados planos de desenvolvimento individual anuais para todos os colaboradores, nos quais se identificam necessidades de formação e desenvolvimento, incluindo o tratamento justo dos clientes, a conformidade, a gestão do risco e o desenvolvimento de liderança.

O FCE está empenhado em diversificar no local de trabalho. Esta abordagem valoriza as diferenças proporcionadas pela cultura, etnia, raça, género, incapacidade, nacionalidade, idade, religião, crenças, educação, experiência e orientação sexual. O FCE utiliza as opiniões dos colaboradores para melhorar os processos e promover uma cultura baseada na honestidade e no respeito.

As candidaturas de emprego por pessoas com deficiência são sempre inteiramente consideradas, tendo em conta as aptidões do candidato em questão. No caso de os membros do pessoal ficarem incapacitados, todos os esforços serão enviados para que o seu emprego junto do FCE se mantenha e para que se arranje o apoio adequado. Faz parte da política do FCE assegurar que a formação, desenvolvimento profissional e promoção de pessoas com deficiência sejam, na medida do possível, idênticos aos dos outros colaboradores.

Consistente com o princípio de diversidade, o FCE opera igualmente uma política de Dignidade no Trabalho que promove um ambiente empresarial no qual os colaboradores, clientes e fornecedores são valorizados por si próprios e pelo seu contributo para o negócio. O FCE está empenhado em conduzir o seu negócio com integridade e utilizando os talentos de todos os colaboradores através do fornecimento de um ambiente livre de discriminação, assédio, intimidação e vitimização.

O FCE exige que os seus colaboradores atuem com integridade e demonstrem um comportamento ético, tal como estabelecido nos Manuais de Colaboradores e políticas relacionadas. Isto é apoiado por uma cultura fortemente centrada na identificação, controlo e governo de riscos, como parte do Quadro de Risco Operacional, e por uma equipa de Direção que demonstra, através das suas ações e comportamentos, tomadas de decisão baseadas em princípios.

Comunicação com colaboradores

O FCE mantém todos os colaboradores informados das suas atividades a um nível nacional, pan-europeu e global, através de publicações internas, intranet e publicação dos seus relatórios externos e demonstrações financeiras. O FCE realiza um inquérito anual de satisfação do pessoal com um feedback e um processo de planeamento de ação orientado para o diálogo contínuo entre a gestão e o pessoal. Além disso, a direção realiza reuniões regulares desagregadas ao longo do ano com os colaboradores. Tal permite à direção comunicar as informações empresariais essenciais, incluindo os fatores que afetam o desempenho financeiro e económico do FCE, permitindo simultaneamente um diálogo sobre assuntos empresariais através de sessões de perguntas e respostas. O FCE cumpre igualmente a legislação europeia e nacional relevante na totalidade, no que se refere a procedimentos de informação e consulta.

Práticas de emprego

O FCE cumpre totalmente a legislação relevante decretada pelos parlamentos europeu e nacional relativamente às políticas e processos dos Recursos Humanos (RH). O FCE assegura que as políticas e procedimentos de RH cumprem os objetivos de PRA/FCA relevantes e outros requisitos regulamentares nacionais. A Sociedade está igualmente empenhada nas políticas e processos de melhores práticas dos RH, no apoio aos objetivos de negócio e em linha com a sua estratégia de "Empregador de Eleição".

Comunidade

O FCE tem um compromisso de longa data para com as comunidades em toda a Europa nas quais trabalha. Isto inclui fornecer programas de experiência profissional estruturados para jovens nos seus escritórios e encorajar os colaboradores do FCE a contribuírem para a sua comunidade local, durante o horário de expediente ou no seu tempo livre. Consequentemente, o FCE permite que todos os colaboradores usem até 16 horas de trabalho normais pagas por ano (equivalente a dois dias de trabalho pagos) para investirem em projetos da comunidade.

Visão geral de negócios: Pessoal

Pensões

Os Administradores Executivos e a maioria dos colaboradores do FCE estão a obter benefícios como membros dos vários planos de reforma administrados pela Ford. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 34 “Obrigações de benefícios de reforma”.

Saúde e Segurança

O FCE está empenhado em garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos seus colaboradores e proporcionar e manter condições de trabalho seguras. O FCE considera a conformidade legislativa como um mínimo e, quando apropriado, procura implementar padrões mais elevados.

O FCE também reconhece as suas responsabilidades para com todas as pessoas nas instalações do FCE, tais como fornecedores, visitantes e membros do público, e garante, na medida do razoavelmente praticável, que estas não estão expostas a riscos para a sua saúde e segurança.

O FCE opera um modelo de governação de saúde e segurança personalizado para satisfazer as necessidades de negócio específicas do FCE e o perfil de risco de saúde e segurança.

O Comité Executivo opera um sistema de gestão que identifica incidentes e ações e promove as melhores práticas em saúde e segurança em toda a organização, incluindo rondas de segurança regulares para complementar a vigilância de gestão local.

O Conselho de Administração recebe e revê um relatório anual sobre o desempenho da saúde e da segurança por parte do Diretor dos recursos humanos.

Resumo de desempenho empresarial

Vista geral

O objetivo principal do FCE é apoiar de forma rentável as vendas dos veículos da Ford. O FCE trabalha com a Ford para maximizar a satisfação e a lealdade dos clientes e dos agentes, oferecendo uma ampla variedade de produtos de financiamento e um serviço excepcional. Como resultado, o FCE está posicionado de forma única para impulsionar o aumento das vendas, melhorar a satisfação do cliente e a lealdade do proprietário à Ford e direcionar os lucros e as distribuições de volta para a Ford para apoiar o seu negócio geral, incluindo o desenvolvimento de veículos.

O FCE melhora continuamente os processos, focado na satisfação dos clientes e dos agentes, ao mesmo tempo que gere os custos e garante uma utilização eficiente do capital.

Ambiente Empresarial

Durante o período, o FCE continuou a registar um ambiente de negócio desafiante com uma recuperação económica gradual e distribuída de forma inconsistente em todos os seus mercados. O FCE beneficiou da relativa estabilidade económica nos seus dois maiores mercados, o Reino Unido e a Alemanha, com o Reino Unido a registar um desempenho particularmente forte.

O total de vendas no setor automóvel na Europa aumentou para 14,5 milhões de veículos. Este aumento, juntamente com o crescimento da quota do mercado da Ford e com uma maior penetração do financiamento, resultou no aumento das vendas do FCE para 512 000 contratos.

Resultados das vendas

	2014	2013
Vendas no setor automóvel na Europa Ocidental (fábricas de veículos)	14,5	13,7
Quota da Ford no mercado automóvel na Europa Ocidental	7,9%	7,8%
Novos contratos do FCE como uma percentagem das vendas da Ford	38,1%	35,3%
Vendas do FCE de contratos a retalho/locação novos e usados (milhares)	512	450

Satisfação do cliente

O FCE realiza inquéritos regulares independentes para avaliar a satisfação dos clientes e dos revendedores. Os inquéritos avaliam a satisfação através de uma diversidade de questões, incluindo a satisfação global com o FCE. Os resultados são apresentados como resultados médios numa escala de 10 pontos.

Os resultados do inquérito de satisfação dos agentes (DSI) de 2014 permaneceram estáveis em 8.9 por "satisfação global", mas houve uma melhoria em vários atributos do inquérito. Um ponto forte essencial do FCE é a relação sólida que mantém com os seus concessionários e o nível de apoio que lhes é fornecido.

A satisfação dos clientes também permaneceu relativamente estável em 9.2. A maioria dos atributos é avaliada pelos clientes muito positivamente, incluindo o "tratamento justo" e a probabilidade de utilizar a Ford Credit novamente.

Índices de Satisfação	2014	2013
Índice de Satisfação do Cliente	9,2	9,3
Índice de Satisfação do Agente	8,9	8,9

Resumo do desempenho do resultado líquido

Os resultados antes de impostos (PBT) do FCE de 197 milhões de libras em 2014 diminuíram cerca de 17 milhões de libras comparando com o ano anterior.

Os resultados líquidos das atividades operacionais de 224 milhões de libras em 2014 diminuíram cerca de 7 milhões de libras comparando com o ano anterior.

Para avaliar o desempenho, o FCE monitoriza uma série de medidas, como volumes de vendas, margem, incumprimentos e custos operacionais os quais são utilizados para explicar as alterações no PBT ao longo dos anos e são descritos mais detalhadamente na página seguinte.

Desempenho do resultado líquido

	Notas	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Resultados líquidos das atividades operacionais		£ 224	£ 231
Rubricas extraordinárias	9	-	(27)
Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e resultados em derivados cambiais		(27)	10
Resultados antes dos impostos (PBT)		£ 197	£ 214

Resumo de desempenho empresarial

Resumo do desempenho do resultado líquido (continuação)

"Volume" (Indicador-chave de desempenho: novos contratos do FCE como uma percentagem das vendas da Ford). As alterações no PBT atribuídas ao volume são principalmente impulsionadas pelo volume de contratos de financiamento de veículos novos e usados, a medida em que adquirimos contratos de venda a prestações a retalho e os prazos desses contratos, o preço de venda dos veículos financiados e a medida em que fornecemos financiamento por grosso, incluindo o nível de inventários dos agentes.

O aumento do PBT em 2014 resultante de um volume mais elevado explica-se pelo aumento nas vendas de veículos novos da Ford e uma maior quota de financiamento, bem como um aumento nos valores a receber de financiamento por grosso, refletindo stocks de agentes superiores.

"Margem" (Indicador-chave de desempenho: rácio de margem) a rentabilidade é igual ao total do rendimento menos a depreciação para o período dividido pela média dos empréstimos concedidos líquidos e adiantamentos a clientes para o mesmo período.

As alterações na margem são principalmente impulsionadas pelas características da carteira, incluindo a combinação de produtos, taxas de renovação e a prazo, pressupostos de preços que refletem o ambiente competitivo e os custos previstos e os spreads dos empréstimos.

A margem do FCE reduziu de 4,8% em 2013 para 4,2% em 2014, reduzindo o lucro antes de impostos em aproximadamente 55 milhões de libras, incluindo a provisão única na Alemanha (consulte a Nota 28 "Provisões" para mais informações).

O volume líquido e o movimento da margem apresentados abaixo representam o total do rendimento ao longo dos anos, menos o movimento ao longo dos anos na depreciação de ativos fixos tangíveis. Consulte a demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral.

"Perdas de crédito" (Indicador-chave de desempenho: rácio de perda de crédito) reflete-se como as perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos na demonstração de resultados. As alterações na provisão para perdas de crédito são essencialmente impulsionadas por alterações em tendências históricas em perdas e recuperações de crédito, alterações na composição e dimensão da nossa carteira atual, alterações em tendências em valores de veículos utilizados historicamente e alterações nas condições económicas.

O rácio de perda de crédito do FCE para 2014 é de 0,16% (2013: 0,17%).

"Gastos operacionais" (Indicador-chave de desempenho: rácio de eficiência de custos) refletem-se nos gastos operacionais na demonstração de resultados. As alterações nos gastos operacionais são essencialmente impulsionadas por custos com pessoal assalariado, custos com as instalações e custos associados à geração e assistência de contratos de clientes.

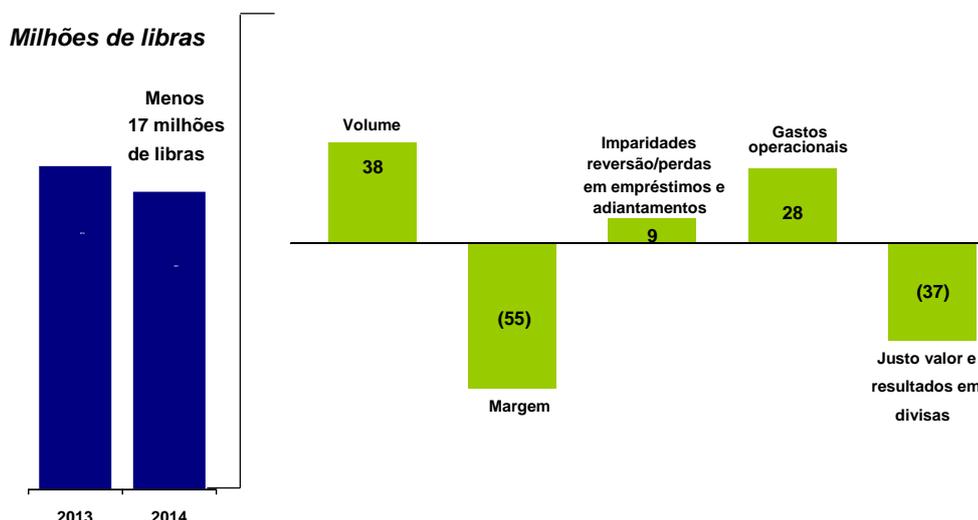
A melhoria nos gastos operacionais inclui a não recorrência de uma contribuição referente ao fundo de pensões extraordinário em 2013. Consulte a Nota 9 para mais informações.

O rácio de eficiência de custos para o FCE, excluindo as rubricas extraordinárias, foi reduzido de 2,2% em 2013 para 2,0% em 2014, refletindo eficiências operacionais continuadas.

"Justo valor e resultados em divisas" está essencialmente relacionado com o ajuste da avaliação de mercado para os derivados.

A deterioração do PBT resultante do justo valor e das divisas deve-se, essencialmente, ao desempenho desfavorável nos ajustes da avaliação de mercado, principalmente relacionados com os movimentos das taxas de juros. Consulte as notas 7 e 8 para mais informações.

Resultados antes de impostos para o exercício de 2014 em comparação com 2013 (Melhor/(pior) do que no ano anterior)



Resumo de desempenho empresarial

Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes

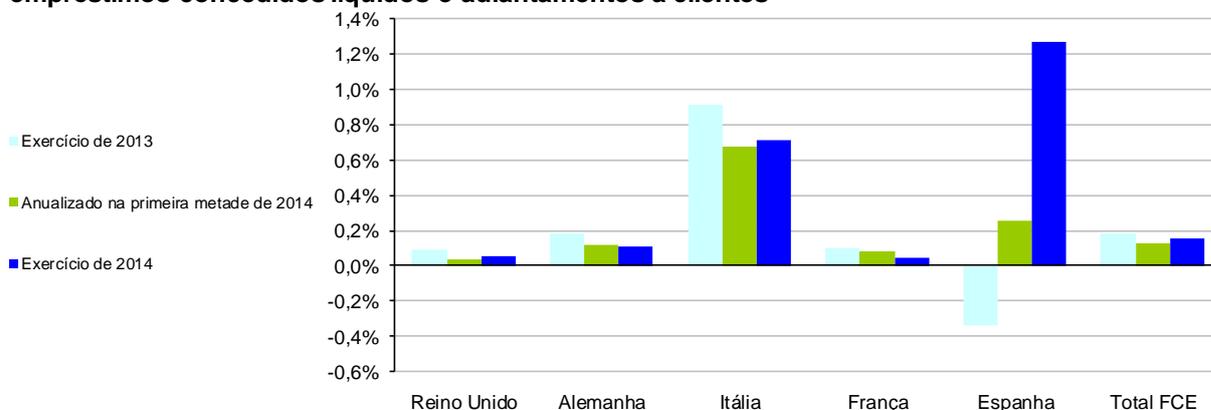
Os empréstimos e adiantamentos do FCE por tipo de produto a 31 de dezembro de 2014 foram os seguintes:

Os empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes aumentaram em 2014. O crescimento da carteira reflete o aumento nas vendas de contratos e stocks de agentes mais elevados.

	Notas	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Retalho excluindo locação financeira		£ 5215	£ 4662
Locação financeira		855	903
Por grosso		4478	3786
Empréstimos líquidos e adiantamentos	14	£ 10 548	£ 9351

Perdas de crédito líquidas

Perdas líquidas de crédito como uma percentagem da média dos empréstimos concedidos líquidos e adiantamentos a clientes



Este gráfico mostra as perdas líquidas de crédito anualizadas para o financiamento de vendas no mercado por grosso e a retalho, como uma percentagem da média dos empréstimos concedidos líquidos e adiantamentos a clientes ajustado a rubricas extraordinárias. Para mais informações sobre rubricas extraordinárias, consulte a Nota 9 "Rubricas extraordinárias".

O FCE continuou a verificar um bom desempenho na rubrica perda de crédito no mercado do Reino Unido e da Alemanha, os seus dois mercados mais fortes, bem como o mercado francês. O desempenho da perda em Itália reflete o ambiente económico desafiante contínuo, no entanto, o desempenho melhorou em relação ao ano anterior. O desempenho em Espanha inclui uma perda gradual de 4,6 milhões de libras em empréstimos em imparidade anteriores.

Resumo de desempenho empresarial

Posições vencidas de retalho

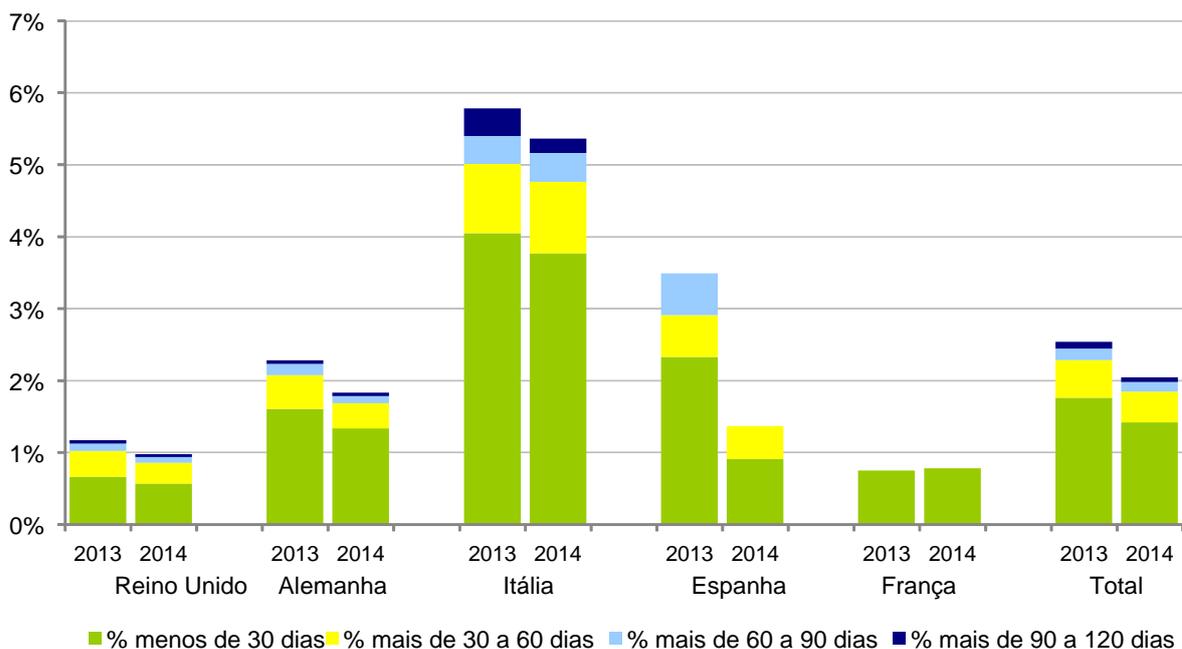
Um ativo financeiro é definido como "vencido" quando uma contraparte falha um pagamento quando este seja devido contratualmente. No caso de uma prestação vencida, a classificação de vencido aplica-se ao valor total do empréstimo pendente.

As tabelas seguintes apresentam uma análise geográfica dos contratos de retalho que se encontram vencidos mas não individualmente em imparidade, para as cinco maiores localizações; todas as outras localizações estão incluídas em "Outros". Os contratos de retalho vencidos são analisados por estado de pagamento vencido e são apresentados em comparação com os empréstimos líquidos e adiantamentos em cada localização a 31 de dezembro.

Análise de posições vencidas de retalho

Os empréstimos líquidos e adiantamentos registaram um crescimento homólogo e o FCE registou em 2014 uma melhoria geral nas posições vencidas, consideradas como proporção do total de empréstimos líquidos e adiantamentos do retalho, em comparação com 2013. Particularmente, registaram-se melhorias notáveis no Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha. Consulte a tabela abaixo para mais informações.

Contratos vencidos em % de empréstimos e adiantamentos a retalho por local e por ano



Resumo de desempenho empresarial

Capital

A 1 de janeiro de 2014, o novo Regulamento relativo a requisitos de capital e a Diretiva de requisitos de capital alterada, implementaram Basileia III na União Europeia (UE), conhecidos coletivamente como CRD IV. O CRD IV inclui requisitos melhorados para:

- a qualidade e a quantidade de capital;
- a base para os novos requisitos de liquidez e de alavancagem;
- novas regras para o risco da contraparte; e
- novas normas macroprudenciais, incluindo um amortecedor de capital contracíclico e amortecedores de capital para instituições sistematicamente importantes.

A política do FCE consiste em gerir o seu capital base para níveis definidos que excedem todos os requisitos regulamentares atuais esperados futuros e apoiam mudanças antecipadas no ativo e taxas de câmbio. O FCE permanece fortemente capitalizado, mantendo um capital bastante superior ao capital mínimo do CRD IV numa base "fully loaded". A 31 de dezembro de 2014, o rácio Common Equity Tier 1 (CET1) "fully loaded" do FCE era de 16,3% e o rácio total do capital regulamentar do CRD IV era de 18,6%.

A adequação de capital regulador consolidado do FCE é gerida pelo Comité de Gestão de Ativo e Passivo mensal (ALCO), no qual são monitorizadas as posições de adequação de capital reais e projetadas relativamente aos requisitos de recursos de capital determinados pela avaliação interna (ICAAP) e pelos níveis regulamentares mínimos.

Dividendos

Não foram efetuados quaisquer pagamentos de dividendos em 2014, o que está de acordo com o plano de capital do FCE.

Rácio de alavancagem

O CRD IV introduziu uma nova medida, o rácio de alavancagem, como ferramenta de monitorização e todos os bancos ficaram sujeitos à obrigação de reporte à PRA como parte do relato comum (modelos COREP) a partir de 1 de janeiro de 2014. O CRD IV permite um período transitório em que os bancos devem divulgar o rácio de alavancagem a partir de 1 de janeiro de 2015, com a expectativa de que será um requisito vinculativo para manter o rácio de alavancagem a um nível específico, com base numa análise e calibração adequada a partir de 1 de janeiro de 2018. O Comité de Basileia está a rastrear as instituições financeiras em relação a um requisito mínimo de 3% e o rácio de alavancagem do FCE é bastante superior a este objetivo. Para mais informações, consulte o documento Pilar 3 do FCE.

Fontes de financiamento

A estratégia de financiamento do FCE consiste em ter liquidez suficiente para apoiar a Ford, os seus agentes e clientes, de forma lucrativa, em todos os ambientes económicos. O FCE mantém um saldo de caixa substancial, capacidade de financiamento dedicada e acesso a diversas fontes de financiamento. O balanço do FCE é inerentemente líquido devido à natureza de curto prazo dos seus empréstimos líquidos, adiantamentos a clientes e tesouraria comparativamente com a sua dívida.

As fontes de financiamento do FCE consistem principalmente na dívida não garantida e na titularização. O FCE emite dívida a curto e longo prazo que é principalmente ajudada por investidores institucionais.

A titularização continua a representar uma parte substancial da mistura de financiamento do FCE. A 31 de dezembro de 2014, a dívida garantida era de 36% de empréstimos líquidos e adiantamentos (2013: 45%). Esta redução em relação a 2013 estava em conformidade com a estratégia de financiamento do FCE para reduzir a oneração do balanço.

Durante 2014, e de forma consistente com o seu plano de financiamento, o FCE angariou 2,8 mil milhões de libras em novos financiamentos, incluindo emissões de cinco dívidas públicas não garantidas e duas transações de titularização pública a termo. O FCE também renovou ou adicionou 3,0 mil milhões de libras de capacidade de titularização privada garantida.

Geralmente, ao longo de 2014, o FCE continuou a registar melhorias nos custos de empréstimos das suas emissões de dívida e nos programas de titularização renovados durante o ano.

O FCE possui vários acordos de negócio alternativos para produtos e mercados selecionados, tais como parcerias com várias instituições financeiras para serviço de locação completo (FSL) e financiamento a retalho que reduz as exigências de financiamento e permite simultaneamente um apoio contínuo à Ford.

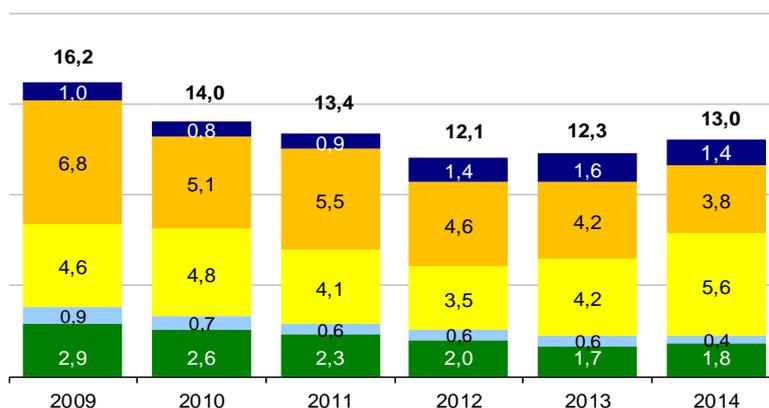
Desde o início do ano até 19 de março de 2015, o FCE completou uma emissão de dívida pública não garantida de 650 milhões de euros a 3 anos e uma emissão de dívida pública não garantida de 650 milhões de euros a 7 anos e tinha renovado ou adicionado aproximadamente 350 milhões de libras de capacidade comprometida de titularização. Para mais informações, consulte a tabela "Fluxos de entrada de caixa líquida a partir de fundos externos angariados para o ano findo a 31 de dezembro" na página seguinte.

Resumo de desempenho empresarial

Fluxos de entrada de caixa líquida a partir de fundos externos angariados para o ano findo a 31 de dezembro	2014 mil milhões de libras Fluxos de entrada de caixa líquida	2013 mil milhões de libras Fluxos de entrada de caixa líquida
Nova emissão:		
- Titularização de valores a receber de automóveis a retalho e de locação	£ 0,8	£ 0,8
- Titularização de valores a receber de automóveis por grosso	-	-
- Dívida não garantida	2,0	2,3
Emissão nova total	£ 2,8	£ 3,1
Facilidades existentes:		
- Titularização de valores a receber de automóveis a retalho e de locação	£ 0,9	£ 1,5
- Titularização de valores a receber de automóveis por grosso	5,0	4,5
- Dívida não garantida	1,0	1,1
Total de serviços existentes	£ 6,9	£ 7,1
Total	£ 9,7	£ 10,2

Passivo e capital próprio mil milhões de libras

- Dívida entre empresas
- Dívida garantida externa
- Dívida não garantida externa
- Outros passivos
- Acções



Financiamento de titularização

A Sociedade titulariza valores a receber a retalho, de aluguer e por grosso através de uma variedade de estruturas, incluindo estruturas de amortização e renováveis, bem como outras transações comprometidas de factoring. O FCE procura diversificar os seus programas de titularização, com cerca de 19 transações ativas que fornecem financiamento a termo ou liquidez comprometida para cada uma das suas principais classes de ativos. Com muitos anos de experiência na titularização dos seus valores a receber, o FCE desenvolveu uma forte perícia e relações de trabalho sólidas com bancos parceiros e em mercados públicos.

Todos os programas de titularização do FCE proporcionam, de forma inerente, o financiamento correspondente dos valores a receber, tendo a dívida de titularização um perfil de maturidade semelhante aos valores a receber relacionados. A maioria dos seus programas também inclui um compromisso contratual para financiar os valores a receber existentes e futuros sujeito às condições descritas de forma mais completa na Nota 17 "Titularização e financiamento relacionado". Na eventualidade de um compromisso contratual não ser renovado, todos os valores a receber titularizados no ponto de não renovação permanecem financiados, e a dívida relacionada é reembolsada quando os valores a receber são liquidados.

O objetivo dos programas de titularização do FCE é apenas fornecer fontes de financiamento e liquidez. A Sociedade retém geralmente risco de crédito nas transações de titularização através dos seus interesses retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito. Ao proporcionar estas melhorias, a Sociedade celebrou transferências (conforme descrito na IAS 39 "Reconhecimento e Medição de Instrumentos Financeiros") que não se qualificam como saída do balanço do ativo subjacente. Por conseguinte, o FCE continua a reconhecer o valor contabilístico de todos os ativos titularizados no seu balanço. O FCE detém interesses retidos seniores em vários dos seus programas para proporcionar maior flexibilidade no uso da sua capacidade comprometida de titularização. No âmbito destes programas, as contrapartes de financiamento estão legalmente obrigadas, por opção do FCE, a realizar adiantamentos sob títulos garantidos por ativos gerando proveitos de financiamento.

Resumo de desempenho empresarial

Financiamento não garantido

A dívida não garantida externa do FCE consiste principalmente em títulos emitidos no âmbito do seu programa de Obrigações Europeias de Médio Prazo (EMTN). Esta dívida é emitida geralmente com maturidades originais de 3 a 7 anos, o que excede a duração média esperada dos seus valores a receber. O FCE possui quantias limitadas de financiamento não garantido a curto prazo que consistem principalmente em empréstimos de bancos locais.

Fontes de liquidez

O FCE mantém a liquidez através de uma variedade de fontes:

"Caixa e seus equivalentes" conforme incluída na Nota 11 "Caixa e seus equivalentes"

"Capacidade de titularização comprometida" que consiste em acordos com bancos e veículos de papel comercial garantido por ativos que estão contratualmente obrigados, por opção do FCE, a adquirir valores a receber elegíveis ou a efetuar adiantamentos no âmbito de títulos garantidos por ativos; e

"Facilidades de crédito não garantidas" Durante 2014, o FCE alterou e alargou a sua linha de crédito sindicado de três anos de 720 milhões de libras (com maturidade em abril de 2016) para uma linha de crédito sindicado de 3,5 anos de 760 milhões de libras (com maturidade em outubro de 2017).

Fontes de Liquidez	Dez. 2014		REEXPRESSA Dez. 2013	
	£	mil milhões de libras	£	mil milhões de libras
Caixa e seus equivalentes e instrumentos financeiros detidos para negociação	£	1,6	£	2,2
Capacidade dedicada em titularização	£	3,2	£	3,3
Facilidades de crédito não garantidas	£	0,8	£	0,8
Capacidade dedicada	£	4,0	£	4,1
Capacidade dedicada e liquidez	£	5,6	£	6,3
Capacidade de titularização menos as contas a receber elegíveis	£	(0,8)	£	(0,6)
Caixa não disponível para uso nas operações diárias do FCE	£	(0,3)	£	(0,5)
Liquidez	£	4,5	£	5,2
Utilização comprometida de titularização	£	(2,2)	£	(2,3)
Utilização de facilidades de crédito não garantidas	£	(0,2)	£	(0,2)
Liquidez disponível para uso	£	2,1	£	2,7

O FCE tinha um elevado nível de liquidez no final do ano. A 31 de dezembro de 2014, a capacidade dedicada e a caixa e seus equivalentes apresentados acima totalizava 5,6 mil milhões de libras, dos quais 4,5 mil milhões podiam ser utilizados (após ajustamento para capacidade menos os valores a receber elegíveis de 0,8 mil milhões de libras e liquidez não disponível para utilização nas operações diárias de 0,3 milhões de libras). Deste montante, 2,4 mil milhões de libras foram utilizados (2,2 mil milhões em titularização

comprometida e 0,2 mil milhões de libras em facilidades de crédito não garantidas), deixando 2,1 mil milhões disponíveis para utilização. Para além disto, os 0,8 mil milhões de libras de capacidade de titularização menos os valores a receber elegíveis garantem flexibilidade no financiamento de gerações futuras ou capacidade de mudança para mercados e classes de ativos diferentes. Dos bancos nos programas de titularização e liquidez dedicada não garantida do FCE, a grande maioria está domiciliada no Reino Unido, França, E.U.A., Canadá e Alemanha.

Perfil de liquidez do balanço

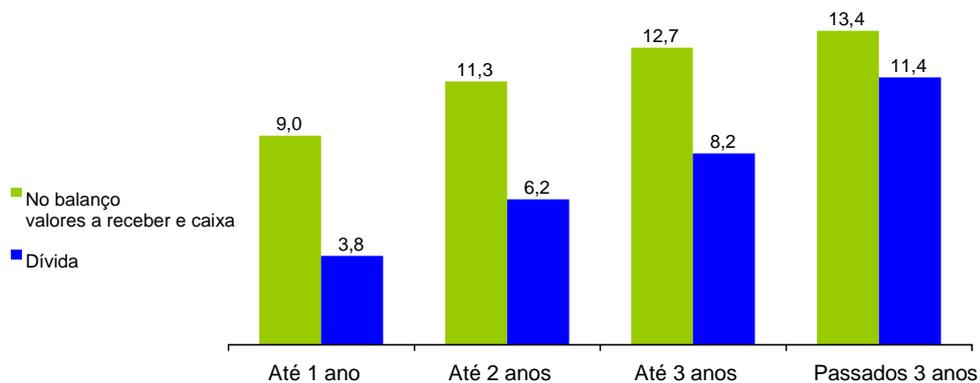
O balanço do FCE é inerentemente líquido devido à natureza de curto prazo dos seus empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes e tesouraria comparativamente com a sua dívida.

Para informações adicionais relacionadas com as maturidades contratuais de valores a receber e dívida, consulte a Nota 41 "Risco de liquidez".

Relatório dos Administradores 2014

Relatório estratégico para o ano findo a 31 de dezembro de 2014

Maturidades contratuais cumulativas a 31 de dezembro de 2014
Mil milhões de libras



Resumo de desempenho empresarial

Notações de crédito

A dívida a curto e longo prazo da Ford é notada pelas três maiores agências de notação de crédito:

- Fitch, Inc. (Fitch)
- Moody's Investors Service, Inc. (Moody's)
- Standard & Poor's Ratings Services, uma divisão da McGraw Hill Financial (S&P).

As notações de crédito do FCE estão intimamente associadas com as notações de crédito da Ford e Ford Credit, sendo consideradas investment-grade pelas três

principais agências de notação de crédito. As notações de crédito do FCE atribuídas pela Fitch e pela Moody's são as mesmas notações que estas agências atribuem à Ford Credit. A S&P atribui uma notação de crédito diferencial positiva de um escalão ao FCE comparativamente com a Ford Credit.

O gráfico seguinte resume as notações de crédito não garantido sénior a longo prazo, notações de crédito de curto prazo e a perspectiva atribuída ao FCE durante 2014.

Notações de crédito	Fitch			Moody's			S&P		
	Longo prazo	Curto prazo	Perspetivas	Longo prazo	Curto prazo	Perspetivas	Longo prazo	Curto prazo	Perspetivas
abril 2014	BBB-	F3	Positivo	Baa3	P-3	Estável	BBB	NR	Negativo
maio 2014	BBB-	F3	Positivo	Baa3	P-3	Estável	BBB	NR	Estável

Perspetivas futuras

É expectável que o setor dos veículos na Europa continue a aumentar em 2015, ainda que se preveja que as condições gerais continuem desafiantes, com uma recuperação económica gradual e distribuída de forma inconsistente.

O FCE irá responder a esses desafios através de um enfoque continuado no aumento da penetração nas vendas da Ford e uma expansão da sua participação em segmentos como o financiamento de veículos comerciais e usados.

No final do ano de 2015, o FCE antecipa que os "empréstimos líquidos e adiantamentos aos clientes" situar-se-ão entre os 10,5 mil milhões e os 12 mil milhões de libras.

O plano de financiamento do FCE para 2015 inclui a emissão de financiamento público a termo de 2,3 mil milhões de libras a 3,2 mil milhões de libras, incluindo a emissão de dívida pública não garantida a termo de 1,9 mil milhões de libras a 2,4 mil milhões de libras e titularização pública a termo de 0,4 mil milhões de libras a 0,8 mil milhões de libras.

O FCE espera que a sua dívida garantida seja esteja entre 30% e 34% dos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes a 31 de dezembro de 2015.

O FCE continuará a investir para suportar o crescimento na sua participação das vendas da marca Ford e a reestruturar as suas operações para aumentar a eficiência.

Para 2015, o FCE prevê resultados operacionais estáveis face aos de 2014, desde que as condições económicas não se deteriorem significativamente.

Com base nos pressupostos atuais dos planos de capital do FCE, o FCE prevê efetuar o pagamento de dividendos em 2015 (não foram efetuados quaisquer pagamentos em 2014).

Esta declaração de perspetivas futuras baseia-se nas atuais expectativas, previsões e pressupostos e envolve um conjunto de riscos, incertezas e outros fatores que podem fazer com que os resultados reais difiram. O FCE não pode ter a certeza que quaisquer expectativas, previsões e pressupostos venham a revelar-se corretas ou que essas projeções se irão materializar.

A demonstração é baseada nos melhores dados disponíveis no momento da emissão. Para além desta, o FCE não se compromete a atualizar ou rever publicamente quaisquer declarações de previsões, devido a novas informações, eventos futuros ou outros.

Nick Rothwell
Diretor-geral, FCE
19 de março de 2015

Introdução do Presidente do comité

O Grupo opera num ambiente muito exigente, particularmente no que se refere a fatores económicos e regulamentares. O papel do Comité de Auditoria (CA) é fundamental na análise da eficiência do quadro de controlo interno do Grupo e dos seus processos de garantia, de forma que se mantenham atualizados e adequados ao contexto e às condições de negócio em mudança, bem como aos requisitos regulamentares em evolução. O CA também é responsável pela aplicação do relato financeiro, garantindo a integridade das demonstrações financeiras e das divulgações de Pilar 3.

Membros e nomeação do comité

O CA é o comité delegado do Conselho de Administração. Foi presidido por Alex Romer-Lee (3 vezes) e pelo Sr. Reed, responsável pela reunião final em novembro de 2014, após a sua nomeação como Presidente do CA. Susanne Taverne, John Callender e Charlotte Morgan são outros dos membros que fizeram parte do comité e todos eram Administradores não Executivos independentes. O Conselho do Grupo determinou que, além de Alex Romer-Lee, Charlotte Morgan tem experiência financeira recente e relevante.

O Diretor-geral do Grupo, o Diretor de Risco, o Diretor Financeiro, o Diretor do Gabinete Geral dos Auditores da Ford, o Gestor de Controlo Interno e outros membros da equipa da direção, bem como os auditores externos são convidados para participarem nas reuniões de CA.

Principais responsabilidades do Comité de Auditoria

As principais responsabilidades do CA são as seguintes:

- Analisar as demonstrações financeiras e as divulgações de Pilar 3;
- Analisar quaisquer retornos financeiros ao regulador, conforme pretendido;
- Analisar as Políticas Contabilísticas e as práticas relativas à conformidade com os requisitos;
- Analisar a eficácia dos controlos internos da sociedade, bem como dos seus sistemas de gestão do risco;
- Trabalhar em estreita colaboração com o Comité de Risco do Conselho, recebendo e analisando quaisquer relatórios adequados do Diretor de Risco
- Analisar os relatórios regulamentares do Diretor de Conformidade, incluindo branqueamento de capitais, eventos excecionais e relatórios de auditoria regulamentares, para garantir que as ações apropriadas são realizadas quando forem necessárias;
- Analisar, conforme apropriado, entradas na Avaliação de adequação da liquidez individual (ILAA) da sociedade e no Processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP);
- Analisar os procedimentos de denúncia de irregularidades e de fraude;
- Monitorizar e analisar a eficácia da função de auditoria

interna do Grupo;

- Supervisionar a relação com os auditores externos, incluindo a análise e aprovação do plano de auditoria e dos honorários associados;
- Considerar quaisquer outros assuntos, conforme o definido periodicamente pelo Conselho.

Atividades principais durante o ano

Durante o ano, o CA reuniu em quatro ocasiões e os auditores externos e a GAO tiveram a oportunidade de reunir com o CA, sem a presença da administração.

Como parte das responsabilidades principais descritas acima, o CA monitorizou a integridade das demonstrações financeiras e dos conteúdos de quaisquer comunicações formais relativas ao desempenho financeiro do Grupo e examinou quaisquer avaliações financeiras significativas contidas nas mesmas. O CA teve em consideração as provisões e imparidades registadas pelo Grupo, bem como a contabilização associada. Adicionalmente, analisou pensões e questões importantes relativas a litígios e reivindicações pendentes contra o Grupo.

O CA considerou a posição de financiamento e liquidez do Grupo e o seu impacto na capacidade financeira e operacional do Grupo. O CA recebeu também atualizações regulares por parte do Diretor de Risco do Grupo.

O Grupo tem um procedimento de denúncia de irregularidades para a submissão confidencial e anónima pelos colaboradores que tenham preocupações relativamente a assuntos contabilísticos, controlos internos ou auditorias. Não foram identificadas quaisquer questões importantes para o Grupo durante o período de relato.

Durante o período, o CA examinou e monitorizou o desempenho e os recursos do GAO e considera-se satisfeito por este dispor dos recursos adequados.

Ao longo do ano, o CA examinou ainda e levantou questões relativamente a vários outros tópicos específicos. Estes incluem:

- Planos de centralização contabilística;
- Alterações estruturais regulamentares do Reino Unido, incluindo os projetos Área Única de Pagamentos em Euros e CRD IV.
- Atualizações dos acordos de nível de serviço de Auditoria Interna;
- Processo de certificação do Técnico de Contas;
- Exame da avaliação de qualidade da Auditoria Interna;
- Adequação da disposição legal alemã, consultar a Nota 28 para mais informações.

Para mais informações sobre a participação dos administradores em cada CA, consultar o relatório dos Administradores na página 32.

Relatório do Comitê de Auditoria

Auditoria Interna

Gabinete de controlo interno (ICO)

O ICO, enquanto parte da segunda linha de defesa, é o departamento dentro do Grupo que fornece consultoria de controlo, revisões de processos, investigações especiais, devida diligência, aconselhamento sobre os controlos dos sistemas e formação em controlo para o Grupo. A experiência do ICO nas operações, contabilidade e sistemas possibilita revisões operacionais informadas e a partilha de melhores práticas. Isto assegura que se mantenha um elevado nível de qualidade nos processos do Grupo, serviços ao cliente e revendedor e produtos finais. O departamento criou e forneceu formação em controlos contínuos, o que inclui pontos de aprendizagem derivados de auditorias, revisões de controlo e processos de autoavaliação. Esta formação está em conformidade com as práticas mais avançadas na indústria em termos de assistência à gestão na identificação precoce de potenciais riscos de controlo.

Gabinete Geral dos Auditores

O GAO da Ford é totalmente independente do Grupo; a sua cobertura baseia-se na avaliação do risco relativo de cada "entidade de auditoria", que é definido como uma recolha dos processos e sistemas que estão estreitamente relacionados.

A missão do GAO, como parte da terceira linha de defesa, consiste em proporcionar uma garantia objetiva e serviços de consultoria à direção, ao CA do Grupo e ao Conselho da Ford, de modo a melhorar a eficiência e eficácia das operações do Grupo e ajudar o mesmo a alcançar os seus objetivos através de uma auditoria sistemática e disciplinada.

Auditoria externa

O PwC conduz auditorias das demonstrações financeiras do FCE de acordo com os requisitos legais e regulamentares relevantes e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). O PwC fornece pareceres de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

A nomeação e renomeação do auditor externo para o grupo de empresas da Ford são revistas ao nível da empresa-mãe. Contudo, de acordo com os seus atuais termos de referência, o CA recebe uma confirmação por escrito anual da realização de uma revisão por parte do Comitê de Auditoria da Ford no que se refere à independência contínua do PwC, desempenho, relações substanciais e conformidade com a respetiva ética e orientação profissional. Além disso, o CA revê o plano de auditoria do PwC, o seu âmbito e eficiência de custos e os honorários de auditoria. Os honorários de auditoria da PwC para 2014 são descritos na Nota 5 "Gastos operacionais".

Independência

Para ajudar a garantir que a independência e objetividade dos auditores não são prejudicadas pelo fornecimento de serviços não relacionados com a auditoria, o CA acordou que os auditores externos devem ser excluídos da prestação de serviços de gestão, consultoria estratégica ou de tecnologias de informação e todos os outros serviços não relacionados com auditoria, exceto se a empresa nomeada como auditor externo for:

- a única fornecedora da especialidade/serviço requerido;
- o líder claro na prestação do serviço e tenha possibilidade de prestar esse serviço numa base de preços competitivos.

Na sua qualidade de auditora, a PwC assumirá o trabalho que lhe compete fazer ou aquele para o qual está mais bem colocada para realizar. Tal inclui o trabalho relacionado com impostos, formalidades relativas a empréstimos, relatórios regulamentares ou trabalho respeitante a aquisições e alienações.

Gestão do risco e controlos internos

O ICO coordena o Programa de Revisão de Controlo Modular (MCRP), que foi concebido, implementado e revisto ao longo dos últimos anos para integrar a avaliação de conformidade com a política da Sociedade e procedimentos no Grupo. O MCRP fornece os meios para que a gestão de cada localização ou atividade monitorize continuamente os controlos nas suas operações. O desempenho de verificações regulares e apropriadas integra os princípios de uma administração sólida nos principais processos. O MCRP proporciona elevados níveis de autoavaliação de controlo como parte das boas práticas comerciais. Engloba igualmente os princípios estabelecidos pelo Comitê Turnbull do Reino Unido ao alcançar as normas no Código Combinado do Governo das Sociedades. O MCRP foi modificado para, e fornece uma estrutura-chave na conformidade do Grupo com a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA.

O ICO supervisiona o Comitê de Observações Operacionais Identificadas (OIC), um subcomitê do Comitê de Risco Operacional Executivo. Os OIC são oportunidades de melhoria processuais descobertas através de processos de autoavaliação, auditorias ou outras revisões externas ou no decurso diário das operações. O Comitê OIC é responsável por monitorizar e validar planos de ação corretiva de OIC. O Comitê de Risco Operacional Executivo recebe relatórios regulares e de rotina do ICO e do Comitê OIC. Ocasionalmente, à luz de desenvolvimentos ou eventos significativos, o Comitê de Risco Operacional Executivo pode incumbir o ICO de efetuar revisões *ad hoc* ou investigações especiais.

POR ORDEM DO COMITÉ DE AUDITORIA
John Reed
19 de março de 2015

Os administradores apresentam o seu relatório anual e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014.

Análise de negócio e desenvolvimentos futuros

A visão geral de negócios do grupo, a sua estrutura, resumo de desempenho, pessoal, contexto regulamentar, estrutura de capital e financiamento, bem como os seus desenvolvimentos futuros são definidos nas páginas 5-29 do Relatório Estratégico.

Gestão do Risco, Controlo Interno e Princípios de Governo da Sociedade

A gestão do risco do Grupo, bem como os seus processos e princípios de governo da sociedade são descritos nas páginas 5-29 do relatório estratégico.

Os Administradores têm a responsabilidade de garantir que a gestão mantém um sistema de gestão do risco e de controlo interno eficiente, bem como de analisar a eficácia dos mesmos. Esse sistema foi concebido para gerir, e não para eliminar, o risco de não atingir os objetivos do negócio e apenas poderá fornecer uma garantia razoável, mas não absoluta, face a distorções ou perdas importantes. O FCE está empenhado em atuar dentro de um forte sistema de controlo interno que permita a ocorrência de transações e de riscos associados ao negócio sem se expor a potenciais perdas ou danos de reputação inaceitáveis.

Os Administradores estão satisfeitos pelo facto de este quadro de gestão do risco a nível da empresa apoiar adequadamente as estratégias de risco e o perfil do banco, e que o faça de uma forma que satisfaz todos os requisitos de todos as principais partes interessadas.

Sociedade ativa

As atividades de negócio do FCE, juntamente com os fatores que podem afetar o seu desenvolvimento, desempenho e posição futuros encontram-se descritos da secção de "Visão geral de negócios" do Relatório Estratégico do FCE de 2014.

A posição financeira do FCE, a sua liquidez e recursos de capital, bem como as suas fontes de financiamento estão também descritos no Relatório Estratégico. A administração considera que o FCE se mantém suficientemente capitalizado e tem confiança na sua capacidade de realizar a sua estratégia de financiamento. Consequentemente, os Administradores acreditam que o FCE se encontra bem colocado para gerir com êxito os seus riscos de negócio, apesar da continuidade das difíceis circunstâncias económicas.

O Conselho do FCE mantém uma expectativa razoável de que a Sociedade e o Grupo dispõem dos recursos adequados para continuar em existência no futuro previsível. Por este motivo, continuam a adotar o princípio de continuidade na preparação do relatório anual e das demonstrações financeiras.

Controlos sobre o relato financeiro

As contas anuais são preparadas e analisadas por toda a

equipa executiva e por especialistas na matéria no seio do negócio, antes de serem apresentadas ao Comité de Auditoria (CA). O CA analisa o conteúdo, a exatidão e o tom das divulgações do Relatório anual. Em seguida, o Conselho analisa e aprova o Relatório Anual, devidamente analisado pelo CA. Este processo de governo garante que tanto a gestão como o Conselho de Administração têm oportunidades suficientes para analisar e contestar as demonstrações financeiras e outras divulgações significativas antes de estas serem tornadas públicas.

Os Administradores são responsáveis por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente ao relato financeiro. O processo visa fornecer uma garantia razoável face à fiabilidade do relato financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para efeitos de relato externo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia e pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

O controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e procedimentos que dizem respeito à manutenção de registos que de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e disposições dos ativos; fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS e que os recebimentos e gastos estão a ser feitos apenas de acordo com as autorizações da gestão e dos respetivos Administradores; e fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Os Administradores classificaram os processos de controlo interno sobre o relato financeiro, a 31 de dezembro de 2014, como eficazes. O sistema de controlos financeiros e operacionais internos também está sujeito a supervisão regulamentar no Reino Unido e no estrangeiro. Na página 10 do relatório estratégico, são fornecidas mais informações sobre a supervisão efetuada pelos reguladores de serviços financeiros.

Tratamento justo dos clientes

O Tratamento justo dos clientes (TCF) é fundamental para os princípios da Autoridade de Conduta Financeira (FCA) e permanece um ponto essencial dos valores do Grupo.

Interesse dos administradores do Grupo e determinadas transações

Durante e no final do ano financeiro de 2014, nenhum dos administradores do Grupo teve um interesse financeiro material em qualquer transação, nem em qualquer transação proposta, em relação ao negócio do Grupo.

Relações com os investidores

O sítio Web da Sociedade faculta aos potenciais investidores informações sobre a mesma, incluindo as recentes demonstrações financeiras provisórias e anuais, divulgações de Pilar 3, apresentações dos investidores e assuntos de governação.

Relatório dos Administradores

Dividendos

Não foram efetuados quaisquer pagamentos de dividendos em 2014.

Após o fecho do balanço

Os administradores não têm quaisquer eventos pós-balanço para relatar, à data da aprovação destas contas, o dia 19 de março de 2015.

Conselho de Administração

Os Administradores do Conselho e o Secretário da Sociedade que estiveram de serviço ao longo do ano e até à data em que assinaram as demonstrações financeiras encontram-se listados abaixo.

Nomeação e reforma dos Administradores

Registaram-se as seguintes alterações durante 2014:

- John Reed foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 7 de abril de 2014.
- Charlotte Morgan foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de outubro de 2014.

Composição do Conselho de Administração

Todd Murphy – Presidente
 Nick Rothwell – Diretor-geral
 John Coffey – Diretor Executivo, Diretor de Risco
 Paul Kiernan – Diretor Executivo, Finanças
 Charlie Pratt – Diretor Executivo, Marketing, Vendas e Marca e Operações

John Callender – Diretor Independente Sénior
 Charlotte Morgan – Diretora Não Executiva
 John Reed – Diretor Não Executivo
 Alex Romer-Lee – Diretor Não Executivo
 Tom Schneider – Diretor Não Executivo
 Suzanna Taverne – Diretora Não Executiva

Participação nas reuniões do Conselho e comité em 2014

A participação dos administradores acima na Administração apresentam-se abaixo:

	Conselho de Administração	Comité de Auditoria	Comité de Remuneração	Comité de Risco
Assembleias realizadas	7	4	3	3
Participação				
J D Callender	7/7	4/4	3/3	3/3
J Coffey	5/7	n/d	2/3	n/d
P R Kiernan	7/7	n/d	n/d	n/d
C E D Morgan	2/2	1/1	1/1	1/1
T S Murphy	7/7	n/d	n/d	3/3
C Pratt	5/7	n/d	n/d	n/d
J Reed	5/5	3/3	2/2	2/2
A K Romer-Lee	7/7	4/4	3/3	3/3
R N Rothwell	7/7	n/d	3/3	n/d
T C Schneider	5/7	n/d	n/d	3/3
S Taverne	7/7	4/4	3/3	1/2

Relatório dos Administradores

Biografias dos Administradores

Abaixo encontram-se as biografias resumidas dos administradores:

Todd Scott Murphy, Presidente do Conselho de Administração Não Executivo, é Vice-Presidente Executivo, Operações e Internacional, Ford Motor Credit Company; tornou-se o Presidente do FCE a 1 de setembro de 2014, na sequência da separação dos cargos de Diretor-geral e de Presidente do Conselho de Administração. Todd Scott Murphy já tinha ocupado o cargo de Presidente do Conselho de Administração anteriormente, entre 8 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2012. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1982, ocupou vários outros cargos de direção de topo, incluindo Administrador do Irving Business Centre e Controlador do FCE. Todd foi nomeado para o Conselho de Administração do FCE no dia 25 de março de 2009.

Ralph Nicolaus ('Nick') Rothwell, diretor-geral, FCE, foi Diretor Executivo, marketing, vendas, marca e operações, imediatamente antes da sua presente nomeação. Ocupou o cargo de Presidente/Diretor-geral do FCE antes de as duas funções terem sido separadas em setembro de 2014. Tendo-se juntado à Ford Motor Company Limited em 1979 e ao FCE em 1995, ocupou vários outros cargos de direção de topo na Europa desde então, incluindo Diretor de Estratégia no FCE, e Diretor Executivo na Ford Credit na África do Sul. Nick foi nomeado para o Conselho de Administração do FCE no dia 1 de outubro de 2004.

John Coffey, Diretor Executivo, Diretor de Risco, foi Diretor-Geral, na Grã-Bretanha, imediatamente antes da sua nomeação atual. Tendo-se juntado ao FCE em 1980, ocupou vários outros cargos de direção de topo no FCE, incluindo Diretor das Operações de Vendas da Europa Central e de Leste e Diretor de Novos Mercados e Localizações na Grécia. John foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de agosto de 2002.

Paul Roger Kiernan, Diretor Executivo, Finanças, Revisor oficial de contas desde 1992, e membro do ICAEW, ocupou vários cargos sénior no seio da Ford, incluindo as operações da Ford na Alemanha e nos EUA. Antes de aceitar o seu cargo atual, Paul Roger Kiernan era Diretor Financeiro da Ford na Grã-Bretanha. Paul foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de novembro de 2011.

Charlie Pratt, Diretor Executivo, Marketing, Vendas, Marca e Operações, foi Vice-Presidente, Operações do centro de negócios, Ford Motor Credit Company, imediatamente antes da sua nomeação atual. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1979, ocupou vários outros cargos de direção de topo, incluindo o de Vice-presidente e Gestor de Processos e Qualidade Global na Ford Motor Credit Company. Charlie foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de fevereiro de 2013.

John Dalrymple Callender, Diretor Não Executivo Independente e, desde 1 de novembro de 2014, Diretor Independente Sénior, é um Diretor Não Executivo do Motability plc e do Aldermore Bank plc; e é o Presidente Não Executivo do ANZ Bank Europe Ltd. Anteriormente, detinha diversas funções seniores no Barclays plc, incluindo Diretor-

geral do Barclays Mercantile, bem como diversos outros cargos de Direção Não Executiva. John foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 24 de março de 2011.

Charlotte Elisabeth Diana Morgan, Diretora Não Executiva Independente, é Revisora Oficial de Contas e Tesoureira com uma vasta experiência em serviços financeiros, incluindo o Standard Chartered plc, onde foi Diretora da Tesouraria e Impostos empresariais do grupo e do grupo de participações ED&F Man. Charlotte é membro dos Conselhos da Oxford School of Drama e de outras instituições de caridade relacionadas com a educação e as artes. É membro dos comités seniores da associação de tesoureiros empresariais e da Associação Fiscal Internacional. Charlotte foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de outubro de 2014.

John Reed, Diretor Não Executivo Independente e Presidente do Comité de Auditoria do FCE, é Diretor Não Executivo do Bank of the Philippine Islands (Europa), onde preside ao Comité de Auditoria e Conformidade. As suas outras funções enquanto NED incluem a Selftrade, a Innovation Finance e, mais recentemente, Presidente do EFG Private Bank. Anteriormente, desempenhou funções nos Conselhos do Hambros Bank (que mais tarde se tornaria subsidiário da Société Générale) e do Arbutnot Banking Group. Mais recentemente, foi Diretor Não Executivo do Tesco Bank e do Arbutnot Latham. John foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 7 de abril de 2014. John é um Associates of the Chartered Institute of Bankers (ACIB) e membro do Securities Institute.

Alexander ("Alex") Knyvett Romer-Lee, Diretor Não-Executivo Independente, foi recentemente Diretor Não executivo do Sonali Bank (UK) Limited. Também foi um antigo sócio da PricewaterhouseCoopers LLP, onde foi Responsável pelos Serviços Financeiros, Europa Central e Oriental, e onde ocupou anteriormente vários outros cargos seniores de direção. Alex foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de outubro de 2006. Após o final do seu mandato, Alex não tentará ser reeleito pelos acionistas na AGM de março de 2015 e deixará o cargo a 31 de março de 2015.

Thomas ('Tom') Charles Schneider, Diretor não Executivo, é Vice-Presidente Executivo, Diretor de Risco, Ford Motor Credit Company, foi Diretor Executivo, Operações Globais, Tecnologia e Risco. Antes dessa nomeação, Schneider detinha diversas posições seniores na Ford Credit. Tom foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 27 de janeiro de 2011.

Suzanna Taverne, Diretora Não Executiva Independente, é também Curadora da BBC and StepChange Debt Charity e membro do Conselho Consultivo da Manchester Business School. Foi Administradora Não Executiva da Nationwide Building Society, Diretora da Imperial College London, Diretora Executiva do British Museum, Diretora de Estratégia na Pearson plc e Diretora Financeira do Independent. Suzanna foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de Abril de 2008.

Relatório dos Administradores

Indemnizações a Administradores

A Ford dispõe de um seguro para Administradores e outros dirigentes, que oferece uma cobertura direta da responsabilidade fiduciária para todos os Administradores e dirigentes da Ford, para casos de alegadas faltas cometidas no exercício das suas respetivas funções. Isto inclui custos na sua própria defesa em processos legais civis que lhes sejam instaurados nessa capacidade e relativamente a danos resultantes da defesa sem sucesso de quaisquer processos.

Na data em que este relatório foi aprovado, e ao longo do exercício financeiro de 2014, a Sociedade forneceu uma indemnização relativamente a todos os seus Administradores. Nem o seguro nem a indemnização fornecem cobertura caso o Administrador tenha atuado de forma fraudulenta ou desonesta.

Política de remuneração

O FCE cumpre os requisitos do Código de Remuneração da Entidade Reguladora em todos os seus aspetos. O FCE preenche os requisitos de divulgação de acordo com a coletânea de regras de prudência da Entidade Reguladora para bancos, sociedades de construção e empresas de investimento (CRR secção 8, 450.º artigo, rubricas 1 a-j e 2).

Consulte informações adicionais sobre a política e divulgação da remuneração do FCE em www.fcebank.com.

Doações políticas

O FCE não efetuou quaisquer doações para efeitos políticos no Reino Unido nem na restante UE, não tendo doado quaisquer quantias para efeitos políticos a quaisquer partidos políticos ou outras organizações políticas, nem a quaisquer candidatos independentes, de modo que não incorreu em qualquer despesa política durante o exercício.

Ambiente

"Novos veículos – emissões mais baixas" O negócio principal do FCE facilita a compra dos modelos mais atualizados da Ford que possuem os motores mais recentes – melhorando a eficiência de combustível em toda a Europa.

"Gestão de edifícios" O FCE partilha a Sede em Warley, no Reino Unido, com a Ford. Foi introduzido um amplo conjunto de medidas para reduzir o impacto das instalações no ambiente e continuam a ser tomadas medidas de eficiência energética de modo a maximizar a poupança de energia e a utilização de energia ecológica proveniente de fontes eólicas e solares. Os escritórios do FCE em toda a Europa fazem também esforços por melhorar a sua eficiência ambiental e beneficiam de poupança de custos devido ao reduzido consumo de energia.

"Redução no papel" O FCE continua a tomar medidas positivas para reduzir a quantidade de papel utilizado no trabalho diário através da melhoria de aplicações chave para reduzir o número de páginas que precisam de ser impressas. Além disso, existe uma utilização cada vez maior

de inquéritos baseados na Web e relatórios eletrónicos com estas aplicações

A Assembleia-Geral Anual

A Assembleia-Geral Anual será realizada no dia 19 de março de 2015, imediatamente após a conclusão da reunião do Conselho de Administração onde serão aprovadas as presentes demonstrações financeiras.

De acordo com os Estatutos, todos os Administradores se reformam e, sendo elegíveis, irão oferecer-se para renomeação.

Declaração de responsabilidades dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela elaboração do Relatório anual e das demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo, de acordo com a lei e regulamentos aplicáveis.

Os Administradores são obrigados, por lei, a preparar as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo para cada ano financeiro de acordo com a Lei das Sociedades de 2006, as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adotadas pela União Europeia e as demonstrações financeiras do Grupo, artigo 4.º do Regulamento da Comissão (CE) n.º 1606/2002 (o Regulamento IAS).

Os Administradores são obrigados a assegurar que as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo proporcionem uma visão verdadeira e justa do ativo, passivo e posição financeira da Sociedade e do Grupo e do ganho ou perda do Grupo para esse período.

Na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014, os Administradores são igualmente obrigados a:

- selecionar as políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de forma consistente;
- fazer juízos de valor e estimativas razoáveis e prudentes;
- confirmar que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas; e
- confirmar que as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade.

Os Administradores confirmam que cumpriram os requisitos acima referidos na preparação das demonstrações financeiras para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2014.

Os Administradores são responsáveis por manter os registos contabilísticos adequados que divulgam com precisão razoável, a qualquer momento, a posição financeira da Sociedade e do Grupo e lhes permitem assegurar que as demonstrações financeiras cumprem a Lei das Sociedades de 2006 e, relativamente às demonstrações financeiras do Grupo, o artigo 4.º do Regulamento IAS. São igualmente responsáveis por salvaguardar o ativo da Sociedade e do Grupo e por tomar as medidas razoáveis para a prevenção e deteção de fraude e outras irregularidades.

Relatório dos Administradores

Declaração de Responsabilidades dos Administradores (continuação)

Cada um dos Administradores, cujos nomes e funções encontram-se enunciados na página 34, confirmam, tanto quanto é do seu conhecimento, que:

- As demonstrações financeiras do Grupo, que foram preparadas de acordo com a IFRS conforme adotada pela UE, oferecem uma visão verdadeira e justa do ativo, passivo, posição financeira e lucros do Grupo;
- O relatório dos Administradores inclui uma revisão justa do desenvolvimento e desempenho do negócio e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrenta.

Divulgação de informação a auditores externos

Cada um dos Administradores, que esteja em funções aquando da aprovação das demonstrações financeiras do FCE, confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não há qualquer informação de auditoria relevante que os auditores externos da Sociedade desconhecem e cada um desses Administradores tomou todas as medidas que se deve razoavelmente esperar tomar enquanto administrador, a fim de tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e estabelecer que os auditores externos da Sociedade têm conhecimento dessa informação. Esta informação é dada e deve ser interpretada de acordo com as disposições da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006.

Página da Internet

Uma cópia das demonstrações financeiras da Sociedade é apresentada na página da Internet do FCE (www.fcebank.com). Os Administradores são responsáveis pela manutenção e integridade das informações empresariais e financeiras que constam na página da Internet. O trabalho levado a cabo pelos auditores não envolve a consideração destas matérias e, em conformidade, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido nas demonstrações financeiras do FCE desde a data em que estas foram inicialmente apresentadas na página da Internet. A legislação que rege a preparação e disseminação de demonstrações financeiras no Reino Unido poderá diferir da legislação noutras jurisdições.

Auditores externos

De acordo com a Secção 489 da Lei das Sociedades de 2006, a deliberação que propõe a renomeação da PricewaterhouseCoopers LLP como auditores externos será submetida na Assembleia-Geral Anual a ser realizada a 19 de março de 2015.

POR ORDEM DO CONSELHO
Nick Rothwell
Diretor-geral (CEO)
19 de março de 2015

Relatório dos auditores independentes para os membros do FCE Bank plc.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Na nossa opinião:

- As demonstrações financeiras do FCE Bank plc e as demonstrações financeiras da sociedade (as "demonstrações financeiras"), oferecem uma visão verdadeira e justa do estado da situação do grupo e da sociedade a 31 de dezembro de 2014 assim como do lucro do grupo e dos fluxos de caixa do grupo e da sociedade para o exercício findo nessa data;
- as demonstrações financeiras do grupo foram corretamente preparadas de acordo com as Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia;
- as demonstrações financeiras da Sociedade foram corretamente preparadas de acordo com as IFRS conforme adotadas pela União Europeia e aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006;
- as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os requisitos da Lei das Sociedades de 2006 e, no que respeita às demonstrações financeiras do Grupo, com o artigo 4.º do Regulamento IAS.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do FCE Bank plc incluem:

- a demonstração da posição financeira do grupo e da Sociedade a 31 de dezembro de 2014;
- a demonstração dos resultados e outro rendimento integral do grupo para o ano então terminado;
- a demonstração de fluxos de caixa do grupo e da Sociedade para o ano então terminado;
- a demonstração de alterações no capital próprio do grupo e da Sociedade para o ano então terminado; e
- as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

O quadro de relato financeiro que foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras consiste na lei aplicável e nas IFRS conforme adotadas pela União Europeia e, no que diz respeito às demonstrações financeiras da Sociedade, conforme aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006.

Na aplicação do quadro de relato financeiro, os Administradores efetuaram alguns juízos de valor subjetivos, por exemplo, no que diz respeito a estimativas contabilísticas significativas. Para efetuarem tais estimativas, partiram de pressupostos e consideraram eventos futuros.

O que envolve uma auditoria das demonstrações financeiras

Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as ISA (Reino Unido e Irlanda). Uma auditoria envolve a obtenção de provas sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras suficientes para oferecer uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de declaração indevida devido a fraude ou erro. Tal inclui uma avaliação:

- da adequação das políticas contabilísticas às circunstâncias do grupo e da Sociedade e da aplicação consistente e divulgação adequada das mesmas;
- da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelos Administradores; e
- da apresentação global das demonstrações financeiras.

Centramo-nos, essencialmente, no nosso trabalho nessas áreas, avaliando os juízos de valor dos administradores em relação às provas disponíveis, formando os nossos próprios juízos de valor e avaliando as divulgações nas demonstrações financeiras.

Testamos e examinamos informações, utilizando amostragem e outras técnicas de auditoria, na medida que consideramos necessária para oferecer uma base razoável para tirarmos conclusões. Obtemos provas de auditoria através do teste da efetividade de controlos, procedimentos substantivos ou uma combinação de ambos.

Além disso, lemos toda a informação financeira e não financeira no Relatório Anual e Contas para identificar inconsistências importantes com as demonstrações financeiras auditadas e para identificar qualquer informação que esteja, aparentemente, materialmente incorreta, com base no conhecimento por nós adquirido no decurso da auditoria, ou que apresente inconsistências importantes com esse conhecimento. Se tivermos conhecimento de quaisquer declarações indevidas ou contradições importantes, consideramos as implicações para o nosso relatório.

Parecer sobre outros assuntos prescritos pela Lei das Sociedades de 2006

Na nossa opinião, as informações fornecidas no Relatório Estratégico e no Relatório dos Administradores para o exercício para o qual as demonstrações financeiras são preparadas são consistentes com as demonstrações financeiras.

Outros assuntos que somos obrigados a reportar por exceção

Nos termos da Lei das Sociedades de 2006 estamos sujeitos à obrigação de reporte se, na nossa opinião:

- não tivermos recebido todas as informações e explicações de que necessitamos para a nossa auditoria; ou
- a Sociedade não tiver mantido registos de contabilidade adequados ou não tiverem sido recebidos das sucursais não visitadas por nós os retornos adequados à nossa auditoria; ou
- as demonstrações financeiras da Sociedade não se encontrarem de acordo com os retornos e registos de contabilidade.

Não temos exceções a reportar decorrentes desta responsabilidade.

Nos termos da Lei das Sociedades de 2006 somos obrigados a reportar-lhe caso, na nossa opinião, não sejam feitas determinadas divulgações da remuneração dos Administradores especificadas por lei. Não temos exceções a reportar decorrentes desta responsabilidade.

Responsabilidades pelas demonstrações financeiras e pela auditoria

Conforme explicado mais detalhadamente na Declaração de Responsabilidades dos Administradores na página 35, os Administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e pela garantia de que oferecem uma visão verdadeira e justa. A nossa responsabilidade é auditar e emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras em conformidade com a lei aplicável e as normas internacionais de auditoria (Reino Unido e Irlanda) ("ISA (Reino Unido e Irlanda)"). Essas normas exigem que cumpramos os Princípios Éticos para Auditores do Conselho de Práticas de Auditoria.

Este relatório, incluindo os pareceres, foi preparado para, e apenas para os membros da Empresa como um conjunto, de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Sociedades de 2006, e não para qualquer outro efeito. Ao darmos estes pareceres, não aceitamos nem assumimos responsabilidade por qualquer outro propósito ou perante qualquer outra pessoa a quem este relatório seja apresentado ou em cujas mãos possa estar, salvo acordo expresso ou consentimento prévio, por escrito, da nossa parte.

Darren Meek (Revisor Oficial de Contas Sénior)
para e em nome da PricewaterhouseCoopers LLP
Auditores e Revisores Oficiais de Contas
Londres
20 de março de 2015

Demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral

Para o exercício findo a 31 de dezembro		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
	Notas		
Juros e rendimentos similares		£ 587	£ 658
Gasto de juros		(192)	(252)
RENDIMENTO DE JUROS LÍQUIDO	2	£ 395	£ 406
Rendimentos de serviços e comissões		£ 43	£ 37
Gastos com honorários e comissões		(10)	(14)
RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	3	£ 33	£ 23
Outro rendimento operacional	4	£ 181	£ 205
RENDIMENTO TOTAL		£ 609	£ 634
Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos	15	£ (9)	£ (18)
Gastos operacionais	5	(204)	(232)
Depreciação de ativos fixos tangíveis	18	(175)	(183)
Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros	7	(24)	(1)
Resultados em divisas	8	(3)	11
Participação nos lucros de uma joint venture	22	3	3
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		£ 197	£ 214
Gasto de imposto sobre o rendimento	10	£ (50)	£ (62)
LUCROS DEPOIS DE IMPOSTOS E LUCRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO		£ 147	£ 152
Diferenças cambiais em moeda estrangeira investimentos líquidos		£ (70)	£ 23
Diferenças cambiais em moeda estrangeira investimentos numa joint venture		-	1
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS ATRAVÉS DOS RESULTADOS		£ (70)	£ 24
Ganhos disponíveis para venda das alterações no justo valor		-	-
ITENS QUE NÃO PODEM SER RECLASSIFICADOS ATRAVÉS DOS RESULTADOS		£ -	£ -
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO		£ 77	£ 176

As "Notas às demonstrações financeiras consolidadas" anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações da posição financeira

A 31 de dezembro	Notas	Sociedade		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes	11	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221
Instrumentos financeiros derivados	12	147	70	163	71
Outros ativos	13	451	697	288	340
Empréstimos e adiantamentos líquidos não sujeitos a titularização		£ 5 197	£ 2 821	£ 5 519	£ 3 140
Empréstimos e adiantamentos líquidos sujeitos a titularização	17	4 808	5 930	5 029	6 211
Total de empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	14	£ 10 005	£ 8 751	£ 10 548	£ 9 351
Ativos fixos tangíveis	18	207	156	207	155
A receber de impostos sobre o rendimento	19	93	10	93	11
Ativos por impostos diferidos	20	62	63	66	67
Goodwill e outros ativos intangíveis	21	158	158	10	10
Investimento numa joint venture	22	-	-	43	43
Investimento noutras entidades	23	100	100	3	3
TOTAL DO ATIVO		£ 12 499	£ 11 722	£ 13 049	£ 12 272
PASSIVO					
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras não relacionadas com titularização		£ 295	£ 265	£ 407	£ 395
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras relacionadas com titularização	17	650	591	2 505	3 200
Total a pagar a bancos e outras instituições financeiras	24	£ 945	£ 856	£ 2 912	£ 3 595
Depósitos	25	51	51	51	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	26	3 883	4 614	1 231	1 404
Instrumentos financeiros derivados	12	46	33	61	82
Títulos de dívida em emissão não relacionados com titularização		5 121	3 754	5 121	3 754
Títulos de dívida em emissão relacionados com titularização	17	-	-	1 272	997
Total de títulos de dívida em emissão	27	£ 5 121	£ 3 754	£ 6 393	£ 4 751
Provisões	28	35	18	35	18
Outros passivos	29	229	272	245	297
Impostos sobre o rendimento a pagar	19	101	128	101	129
Passivos por impostos diferidos	20	8	9	15	19
Empréstimos subordinados	30	214	211	214	211
TOTAL DO PASSIVO		£ 10 633	£ 9 946	£ 11 258	£ 10 557
CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS					
Ações ordinárias	31	£ 614	£ 614	£ 614	£ 614
Prémio de ação	31	352	352	352	352
Lucros não distribuídos		900	810	825	749
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS		£ 1 866	£ 1 776	£ 1 791	£ 1 715
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS		£ 12 499	£ 11 722	£ 13 049	£ 12 272

*Apenas reexpressão de apresentação – consulte as políticas contabilísticas, outros ativos, para mais detalhes.

As "Notas às demonstrações financeiras consolidadas" anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras das páginas 38 a 116 foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 19 de março de 2015 e foram assinadas em nome deste por:

Nick Rothwell
Diretor-geral

Paul Kiernan
Diretor Executivo, Finanças

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	Sociedade		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Caixa de atividades operacionais	45	£ (1 977)	£ (152)	£ (1 960)	£ (314)
Juros pagos		(241)	(346)	(234)	(318)
Juros recebidos		724	637	560	655
Outro rendimento operacional recebido		192	199	190	198
Impostos sobre o rendimento pago		(160)	(21)	(166)	(24)
Impostos sobre o rendimento reembolsados		1	76	1	76
Caixa líquida de/(usada em) atividades operacionais		£ (1 461)	£ 393	£ (1 609)	£ 273
Fluxos de caixa de atividades de investimento					
Investimento em instrumentos financeiros detidos para negociação		£ -	£ -	£ -	£ -
Maturidade dos instrumentos financeiros detidos para negociação		-	1	-	1
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(4)	(3)	(4)	(3)
Recebimentos de venda de ativos fixos tangíveis		2	3	2	3
Investimento em software criado interna e externamente		(2)	(3)	(2)	(3)
Dividendo de joint venture		-	-	-	5
Investimento noutras entidades		0	(480)	0	(438)
Caixa líquida de/(usada em) atividades de investimento		£ (4)	£ (482)	£ (4)	£ (435)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Recebimentos da emissão de títulos de dívida e de empréstimos concedidos por bancos e outras instituições financeiras		£ 8 743	£ 9 737	£ 8 781	£ 9 796
Reembolsos de títulos de dívida e de empréstimos concedidos por bancos e outras instituições financeiras		(7 554)	(9 699)	(7 536)	(9 650)
Proveitos de fundos fornecidos pela empresa-mãe e relacionadas		36	439	42	439
Reembolso de fundos fornecidos pela empresa-mãe e relacionadas		(148)	(784)	(150)	(744)
Aumento/(diminuição) líquido em empréstimos a curto prazo		(9)	127	(14)	28
Aumento/(diminuição) líquido dos depósitos		-	(2)	-	(2)
Entrada/(saída) de caixa líquida de instrumentos financeiros derivados		6	29	(31)	15
(Aumento) de caixa de utilização limitada		(97)	(154)	(97)	(154)
Diminuição de caixa de utilização limitada		104	144	104	144
Dividendo pago		-	-	-	-
Caixa líquida de/(usada em) atividades de financiamento		£ 1 081	£ (163)	£ 1 099	£ (128)
Fluxos de caixa líquidos		£ (384)	£ (252)	£ (514)	£ (290)
Efeito das alterações das taxas de câmbio sobre a caixa e seus equivalentes		£ (50)	£ 12	£ (70)	£ 24
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	45	£ (434)	£ (240)	£ (584)	£ (266)
Caixa e seus equivalentes no início do período	45	£ 1 707	£ 1 947	£ 2 209	£ 2 475
Caixa e seus equivalentes no fim do período	45	£ 1 273	£ 1 707	£ 1 625	£ 2 209

Demonstrações de alterações no capital próprio

Sociedade	Capital social	Prémio de emissão de ações	Resultados transitados	Reserva cambial	Lucros não distribuídos	Total
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Saldo a 1 de janeiro de 2013	£ 614	£ 352	£ 801	£ 286	£ 1 087	£ 2 053
Lucro do exercício	£ -	£ -	£ 179	£ -	£ 179	£ 179
Diferenças cambiais	£ -	£ -	£ -	£ 30	£ 30	£ 30
Rendimento integral total do exercício findo a 31 de dezembro de 2013	£ -	£ -	£ 179	£ 30	£ 209	£ 209
Dividendo pago	£ -	£ -	£ (485)	£ -	£ (485)	£ (485)
Outros ajustes de capital próprio			£ (1)		£ (1)	£ (1)
Saldo a 31 de dezembro de 2013 1 de janeiro de 2014	£ 614	£ 352	£ 494	£ 316	£ 810	£ 1 776
Lucro do exercício	£ -	£ -	£ 147	£ -	£ 147	£ 147
Diferenças cambiais	£ -	£ -	£ -	£ (56)	£ (56)	£ (56)
Rendimento integral total do exercício findo a 31 de dezembro de 2014	£ -	£ -	£ 147	£ (56)	£ 91	£ 91
Dividendo pago	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Outros ajustes de capital próprio			£ (1)		£ (1)	£ (1)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	£ 614	£ 352	£ 640	£ 260	£ 900	£ 1 866

Grupo	Capital social	Prémio de emissão de ações	Resultados transitados	Reserva cambial	Total não distribuídos	Total
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Saldo a 1 de janeiro de 2013	£ 614	£ 352	£ 753	£ 306	£ 1 059	£ 2 025
Lucro do exercício	£ -	£ -	£ 152	£ -	£ 152	£ 152
Diferenças cambiais	£ -	£ -	£ -	£ 24	£ 24	£ 24
Rendimento integral total do exercício findo a 31 de dezembro de 2013	£ -	£ -	£ 152	£ 24	£ 176	£ 176
Dividendo pago	£ -	£ -	£ (485)	£ -	£ (485)	£ (485)
Outros ajustes de capital próprio			£ (1)		£ (1)	£ (1)
Saldo a 31 de dezembro de 2013 1 de janeiro de 2014	£ 614	£ 352	£ 419	£ 316	£ 810	£ 1 776
Lucro do exercício	£ -	£ -	£ 147	£ -	£ 147	£ 147
Diferenças cambiais	£ -	£ -	£ -	£ (56)	£ (56)	£ (56)
Rendimento integral total do exercício findo a 31 de dezembro de 2014	£ -	£ -	£ 147	£ (56)	£ 91	£ 91
Dividendo pago	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Outros ajustes de capital próprio			£ (1)		£ (1)	£ (1)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	£ 614	£ 352	£ 565	£ 260	£ 825	£ 1 791

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

Índice das notas às demonstrações financeiras

Política

1 Políticas contabilísticas	48
-----------------------------------	----

Demonstração de resultados

2 Rendimento de juros líquido	51
3 Resultado líquido de serviços e comissões	58
4 Outro rendimento operacional.....	59
5 Gastos operacionais	60
6 Transações com Administradores e Diretores	62
7 Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros	63
8 Resultados em divisas	64
9 Rubricas extraordinárias	65
10 Despesa de imposto sobre o rendimento.....	66

Balanço

11 Caixa e seus equivalentes	67
12 Instrumentos financeiros derivados	68
13 Outros ativos.....	70
14 Empréstimos e adiantamentos a clientes	71
15 Provisão para perdas incorridas	73
16 Provisão para perdas de valor residual de veículos	74
17 Titularização e financiamento relacionado	75
18 Ativos fixos tangíveis	77
19 Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar	78
20 Ativos e passivos por impostos diferidos	78
21 Goodwill e outros ativos intangíveis	80
22 Investimento numa joint venture	81
23 Investimentos noutras entidades	82
24 Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	84
25 Depósitos	84
26 Dívidas à empresa-mãe e a participações associadas	85
27 Títulos de dívida em emissão	86
28 Provisões	87
29 Outros passivos	87
30 Empréstimos subordinados.....	88
31 Ações ordinárias e prémios de ações	89
32 Dividendo por ação	89
33 Componentes de capital	90

Informações extrapatrimoniais

34 Obrigações de benefícios de reforma	93
35 Passivos contingentes	96
36 Compromissos	97
37 Compromissos de locações futuras	97

Risco

38 Risco de crédito	98
39 Valores residuais de veículos	101
40 Risco de mercado	102
40a Risco cambial	103
40b Risco de taxa de juro	104
41 Risco de liquidez.....	105
42 Ativos financeiros e passivos financeiros	110

Outros

43 Operações com partes relacionadas	113
44 Informação por segmentos	116
45 Notas à demonstração de fluxos de caixa	119
46 Informação sobre o FCE e outras partes relacionadas	121
47 Factos posteriores ao balanço	121

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas são descritas adiante.

Índice das políticas contabilísticas			
A	Base de apresentação..... 48	N	Locações 53
B	Contas do Grupo 50	O	Provisão para perdas incorridas54
C	Estimativas contabilísticas críticas..... 50	P	Titularização e financiamento relacionado54
D	Relato por segmentos..... 51	Q	Provisões para o valor residual de veículos54
E	Rendimento de juros líquido 51	R	Ativos fixos tangíveis55
F	Rendimentos e encargos de serviços e comissões 51	S	Impostos sobre o rendimento atuais e diferidos55
G	Outro rendimento operacional 51	T	Goodwill e outros ativos intangíveis55
H	Benefícios dos colaboradores..... 52	U	Investimentos noutras entidades55
I	Caixa e seus equivalentes 52	V	Dívida56
J	Ativos financeiros, passivos financeiros e compensação 52	W	Outros passivos e provisões.....56
K	Instrumentos financeiros derivados e cobertura 53	X	Dividendos.....56
L	Outros ativos..... 53	Y	Garantias financeiras56
M	Empréstimos e adiantamentos a clientes 53	Z	Rubricas extraordinárias.....56

A. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio de continuidade, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com as interpretações do Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) e com as secções da Lei das Sociedades de 2006 aplicáveis ao relato das sociedades nos termos das IFRS. As normas aplicadas são as emitidas pelo Conselho Internacional das Normas de Contabilidade e adotadas pela União Europeia. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio de custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são declarados pelo justo valor conforme divulgado na Nota 42 "Ativos financeiros e passivos financeiros".

Tal como exigido pela Lei das Sociedades de 2006 e pelo artigo 4.º da Regulamento IAS, o FCE apresenta as demonstrações financeiras relativas às contas da sociedade e do Grupo, respetivamente:

- As contas da "Sociedade" incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas incluem o FCE Bank plc, uma empresa registada no Reino Unido e todas as suas sucursais europeias.
- As contas do "Grupo" englobam o FCE Bank plc, uma sociedade registada no Reino Unido e todas as sucursais e subsidiárias europeias. Consulte a Nota 23 "Investimentos noutras entidades" para mais informações sobre as subsidiárias do FCE.

Demonstração de resultados – Conforme permitido pela secção 408 da Lei das Sociedades de 2006, não foi

apresentada uma demonstração de resultados separada relativamente à Sociedade. Os lucros da Sociedade depois dos impostos são apresentados nas divulgações da Sociedade contidas nas "Demonstrações de alterações no capital próprio".

Divisa de apresentação - As demonstrações financeiras do grupo e da Sociedade são apresentadas em libras esterlinas. Os ativos e passivos de cada entidade do Grupo denominados em divisas são convertidos para libras esterlinas à taxa de câmbio publicada à data do balanço.

As demonstrações de resultados e os fluxos de caixa das sucursais e das subsidiárias fora do Reino Unido são convertidos para a moeda de apresentação da Sociedade e do Grupo às taxas de câmbio médias. As diferenças cambiais decorrentes da aplicação das taxas de câmbio no final do ano a ativos líquidos abertos de sucursais e subsidiárias no estrangeiro são tomadas ao capital próprio dos acionistas, tal como as diferenças resultantes da nova avaliação dos resultados de operações no estrangeiro da média das taxas de câmbio no final do ano.

Na alienação ou liquidação de uma entidade estrangeira, essas diferenças nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados em "Outro rendimento operacional" como parte dos resultados na alienação ou liquidação.

Demonstrações de fluxos de caixa - O FCE optou por produzir uma demonstração de fluxos de caixa indireta e, como tal, exhibe os fluxos de caixa de atividades operacionais ajustando o lucro antes de impostos para itens não monetários e alterações nos ativos e passivos operacionais.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

A Base de apresentação (continuação)

Não houve normas novas em vigor para o exercício com início em 1 de Janeiro de 2014 que tenham sido subsequentemente adotadas nas demonstrações financeiras do FCE.

As seguintes interpretações e normas alteradas são obrigatórias para o exercício com início a 1 de janeiro de 2014, mas não são relevantes nem têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

Referência	Título da norma ou interpretação	Aplicável a períodos com início em ou após
IFRS 10	Demonstrações financeiras consolidadas - Alterações à definição de controlo	1 de janeiro de 2014
IFRS 11	"Acordos conjuntos" - Definição e mensuração	1 de janeiro de 2014
IFRS 12	"Divulgação de participações noutras entidades"	1 de janeiro de 2014
IAS 19	"Benefícios dos colaboradores" – Alteração às contribuições a colaboradores	1 de julho de 2014
IAS 32	"Instrumentos financeiros" – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros	1 de janeiro de 2014

As novas interpretações, normas e normas alteradas foram emitidas mas não são aplicáveis a períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2014.

O FCE está a determinar o impacto potencial sobre as nossas demonstrações financeiras e respetivas divulgações.

Referência	Título da norma ou interpretação	Aplicável a períodos com início em ou após
IFRS 9	"Instrumentos financeiros"	1 de janeiro de 2018
IFRS 15	"Proveitos de contratos com clientes"	1 de janeiro de 2017

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

B Contas do Grupo

(i) Subsidiárias

As subsidiárias são as empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade, isto é, nas quais esta tem o poder de gerir as suas políticas financeiras operacionais. Todas as subsidiárias da Sociedade são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data na qual o controlo é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas na data de cessação desse controlo. O método de contabilidade de aquisição é usado para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo da aquisição é medido pelo justo valor dos ativos cedidos, ações emitidas ou passivos incorridos à data da aquisição, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida é registado como goodwill. Consulte a política T sobre a política contabilística para goodwill. As transações intersociedade, os saldos, as receitas e os encargos sobre as transações entre sociedades do Grupo são eliminados.

Para entidades adquiridas que estavam anteriormente sob controlo comum, o custo de aquisição é reconhecido como valor contabilístico.

A demonstração de resultados e o balanço consolidado incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e as suas participações subsidiárias até ao final do exercício financeiro. Nas contas da Sociedade, as participações da Sociedade nos organismos do grupo são declaradas pelo custo menos quaisquer provisões por imparidade.

(ii) Sucursais

Além de operar no Reino Unido, a Sociedade opera numa rede de sucursais em 10 outros países europeus e as sucursais estão incluídas nas demonstrações financeiras da Sociedade.

(iii) Entidades estruturadas (SE)

As SE utilizadas pela Sociedade e que se encontram listadas na Nota 23 "Investimentos noutras entidades" realizam as suas atividades unicamente com o objetivo de cumprir os requisitos de titularização da Sociedade. Nas "Demonstrações Financeiras Consolidadas", preparadas de acordo com a IFRS10, tais entidades são consolidadas como subsidiárias nas demonstrações financeiras do Grupo.

Nem a Sociedade nem os seus diretores, Administradores ou colaboradores detêm quaisquer participações de capital nas SE utilizadas ou recebem qualquer remuneração direta ou indireta das SE. Além disso, essas SE não possuem ações na Sociedade ou ações em qualquer subsidiária do FCE ou outras filiais da Ford.

(iv) Joint ventures (JV)

As joint ventures (JV) são entidades sobre cujas atividades o FCE detém um controlo conjunto, estabelecido por acordo contratual. Os interesses em JV são classificados como joint ventures e contabilizados através do método de equivalência patrimonial. Nos termos do método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registado pelo custo e subsequentemente ajustado de modo a refletir a participação do FCE nos resultados líquidos da JV, na rubrica "Participação nos lucros de uma joint venture" na Demonstração de Resultados.

C Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a apresentação de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras e os montantes reportados de rendimentos e despesas durante o período em análise. Embora estas estimativas se baseiem no melhor conhecimento da administração dos atuais eventos e ações, os resultados reais acabam derradeiramente por diferir dos estimados.

Uma estimativa contabilística é considerada crítica se:

- A estimativa contabilística exigir que sejam feitos pressupostos sobre matérias que eram incertas no momento em que a estimativa contabilística foi feita
- For razoavelmente provável que ocorram alterações na estimativa de um período para outro, ou se forem utilizadas diferentes estimativas que poderiam ter sido razoavelmente utilizadas no período atual
- A estimativa contabilística puder ter um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no período financeiro seguinte.

As estimativas contabilísticas que são mais importantes para o negócio do FCE são:

- Provisão para perdas incorridas em empréstimos e adiantamentos (consulte a Nota 15 "Provisão para perdas incorridas") e ativos de locação operacional (consulte a Nota 18 "Ativos fixos tangíveis").
- Provisões para o valor residual de veículos e taxas de depreciação aplicadas a veículos sujeitos a locações operacionais (consulte a Nota 39 "Valores residuais de veículos").
- Provisão para incertezas fiscais (consulte a Nota 19 "Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar").
- Duração média esperada utilizada na determinação do valor contabilístico dos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

D Relato por segmentos

Os segmentos operacionais são os componentes de uma entidade utilizados pela direção com vista a tomar decisões sobre questões operacionais. Estes são identificados com base nos relatórios internos regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade de modo a atribuir recursos ao segmento e a avaliar o seu desempenho. Um segmento operacional desenvolve atividades de negócio de que possa ter receitas e incorrer em despesas para as quais estejam disponíveis informações financeiras discretas.

Para efeitos destas demonstrações financeiras e de acordo com a IFRS 8 "Segmentos operacionais", os segmentos operacionais relatáveis do FCE baseiam-se numa estrutura de unidades de negócio agrupadas em várias localizações geográficas das suas operações. Todos os segmentos representam 10% ou mais das receitas do FCE, os lucros antes de impostos ou os ativos são registados como segmentos relatáveis individuais.

Atribuição de custos: Os custos principais que se exige serem atribuídos entre segmentos operacionais e a base de atribuição são os seguintes:

- Os custos centrais de pessoal são analisados por departamento e tipo de custo e atribuídos à localização que beneficia do serviço. São utilizados vários métodos de atribuição que asseguram uma atribuição equitativa dos custos centrais de pessoal.
- Em determinadas sucursais e subsidiárias europeias do FCE, o financiamento é obtido através de uma mistura de financiamento atribuído local e centralmente. Os custos de financiamento central, incluindo custos derivados são, quando possível, diretamente atribuídos às localizações onde as transações podem ser especificamente identificadas.

Os rendimentos e despesas na atribuição de transações intra e intersociedade são eliminados na consolidação.

E Rendimento de juros líquido

O rendimento e os encargos com juros são reconhecidos na demonstração de resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os suplementos de juros e outros pagamentos de apoio de partes são fornecidos no momento da aquisição ou na geração de contratos elegíveis. Os pagamentos recebidos de contratos de retalho são diferidos no balanço na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e reconhecidos no "Rendimento de juros" pelo método da taxa de juro efetiva, ao longo do termo esperado do valor a receber relacionado.

Alguns honorários de geração de empréstimos (rendimento) e custos (encargos) que podem ser diretamente associados à geração de empréstimos e adiantamentos a clientes são vistos como parte do retorno económico sobre o empréstimo e incluídos no valor escriturado do empréstimo e diferido. O montante diferido é reconhecido no rendimento de juros líquido, utilizando o método da taxa de juro efetiva, ao longo do termo esperado do valor a receber relacionado.

F Rendimentos e encargos de serviços e comissões

Tanto os rendimentos como os encargos de serviços e comissões são reconhecidos quando são obtidos ou incorridos, líquidos de quaisquer impostos a pagar.

As comissões e outros bônus a pagar aos agentes que possam ser diretamente associados à geração de valores a receber financiados são considerados como parte do retorno económico dos valores a receber e incluídos como parte do valor escriturado dos valores a receber. O montante diferido é reconhecido como uma redução no rendimento de juros, utilizando o método da taxa de juro efetiva, ao longo do termo do valor a receber relacionado. As comissões e outros bônus a pagar que não possam ser diretamente associados à geração de valores a receber financiados são encargos conforme incorridos.

G Outro rendimento operacional

Os outros rendimentos operacionais incluem as rendas recebidas por veículos fornecidos nos termos de locações operacionais. Os rendimentos de rendas de locações operacionais são creditados ao rendimento pelo método das quotas constantes.

H Benefícios dos colaboradores

(i) Obrigações de benefícios de reforma

As obrigações de benefícios de reforma mais significativas para o FCE estão relacionadas com os planos de pensões do Reino Unido e "German Foveruka". Ambos os planos são planos de pensões do ordenado final e são operados pela Ford. A contribuição referente à participação nestes planos é geralmente determinada com base na atribuição dos custos com serviços correntes; em nenhuma circunstância a contribuição a pagar é determinada com base na atribuição de custos líquidos totais do benefício definido. Assim, em conformidade com a IAS 19 "Benefícios dos colaboradores", o FCE contabiliza esses planos como planos de contribuição definida reconhecendo um custo igual às contribuições a pagar para o período. Os passivos líquidos ou os ativos relativos aos planos não são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do FCE.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

H Benefícios dos colaboradores (continuação)

Algumas das sucursais e subsidiárias do FCE operam planos de pensão definidos. As avaliações dos ativos e passivos do fundo de pensões são realizadas por um atuário independente profissionalmente qualificado. Essas avaliações incluem recomendações de taxas futuras de contribuições pagáveis para o plano pela sociedade principal. Os fundos são valorizados, pelo menos, a cada três anos pelo atuário.

As sucursais do FCE que operam planos de pensão definidos para os quais os colaboradores da Sociedade são os únicos participantes reconhecem os passivos ou ativos líquidos no balanço. Os resultados atuariais são reconhecidos nos resultados à medida que estes ocorrem, juntamente com contribuições pagáveis para o período.

Para planos de contribuição definidos, o FCE paga contribuições para planos de seguros de pensão administrados pública ou privadamente numa base obrigatória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições estejam pagas, o FCE não tem quaisquer obrigações de pagamento. As contribuições regulares constituem custos periódicos líquidos para os anos nos quais estas são devidas.

Todos os custos são incluídos em "Gastos operacionais".

(ii) Pagamentos baseados em ações

Ao abrigo de um programa de incentivos a longo prazo revisto baseado no tempo, são concedidas Unidades de Ação Restritas (RSU) aos Administradores e outros colaboradores elegíveis do FCE. Após um período de restrição especificado, os RSU convertem-se em unidades de participação de ações ordinárias da Ford. As ações aportam todos os direitos associados incluindo direitos de voto e o direito a quaisquer pagamentos de dividendos.

As concessões atribuídas são avaliadas pelo justo valor utilizando o preço de fecho das ações ordinárias da Ford na data de concessão. As concessões são atribuídas ao longo de um período de serviço de três anos, com um terço de cada concessão de RSU a ser atribuído um ano após a data de concessão, um terço dois anos após essa data, e um terço três anos após essa data.

Foi afetada ao FCE uma despesa de RSU pela Ford relativa aos serviços dos colaboradores do FCE recebidos em troca da concessão de RSU. Esta foi afetada em linha com o período de concessão e é reconhecida pelo FCE como despesa.

Antes da revisão do programa de incentivos a longo prazo durante 2007, as opções sobre ações que podem ser exercidas sobre as ações ordinárias da Ford foram concedidas a Administradores e colaboradores do FCE. Um número limitado de opções sobre ações tem sido concedido desde 2007.

As opções sobre ações são contabilizadas numa base consistente com a base de contabilização para os RSU conforme descrito acima.

Os pagamentos baseados em ações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade ou do Grupo.

I Caixa e seus equivalentes

A caixa e seus equivalentes incluem os saldos que têm uma maturidade, à data de aquisição, de 90 dias ou inferior, incluindo: bilhetes do Tesouro e outros títulos elegíveis, montantes a receber de outros bancos e fundo de maneiço.

J Ativos financeiros, passivos financeiros e compensação

O FCE classifica os seus ativos financeiros e passivos financeiros no início nas seguintes categorias:

"Ativos financeiros ao justo valor através de resultados", esta categoria é composta por caixa e seus equivalentes e instrumentos financeiros derivados que são detidos pelo justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

Os ativos nesta categoria são avaliados ao justo valor através de taxas de mercado e modelos de avaliação do setor.

"Empréstimos e adiantamentos" Estes são ativos não derivados com pagamentos fixos ou determinados que não estão cotados num mercado ativo, tal como descrito mais pormenorizadamente na política contabilística M.

"Ativos financeiros disponíveis para venda", esta categoria consiste num investimento em instrumentos de capital detidos ao justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas em outro rendimento integral.

"Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" Isto consiste em derivados que são detidos pelo justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

"Passivos financeiros pelo custo amortizado" Estes incluem empréstimos, depósitos, títulos de dívida em emissão e empréstimos subordinados que são inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Estes são subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

"Compensação" O FCE não compensa ou seus ativos e passivos financeiros salvo a título excepcional. Se os montantes são compensados na demonstração da posição financeira, tem de haver um presente direito legal executável para compensar os montantes e tem de haver uma intenção de liquidação numa base líquida. Consulte a Nota 12 "Instrumentos financeiros derivados" para mais informações sobre compensação.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

K Instrumentos financeiros derivados e cobertura

Os derivados são medidos pelo justo valor. Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de avaliação aplicados no setor. Estes modelos projetam fluxos de caixa futuros e descontam os montantes futuros ao valor atual através de expectativas de mercado para as taxas de juro, taxas de câmbio e para os termos contratuais dos instrumentos derivados.

Os derivados são incluídos no ativo quando o justo valor é positivo, e no passivo quando o justo valor é negativo.

Quando um contrato de derivados é celebrado, o FCE pode designar determinados derivados como uma cobertura do justo valor de um ativo ou passivo reconhecido (cobertura de "justo valor").

Os justos valores dos instrumentos derivados são divulgados na Nota 12 "Instrumentos financeiros derivados".

"Contabilidade de cobertura" A contabilidade de cobertura só é aplicada a derivados quando são cumpridos os seguintes critérios:

- documentação formal do instrumento de cobertura, elemento coberto, objetivo de cobertura, estratégia ou relacionamento preparado à data ou antes da criação da transação de cobertura;
- a cobertura é documentada demonstrando que se espera que seja altamente eficaz na compensação do risco no elemento coberto ao longo do período de reporte e
- a cobertura é altamente eficaz numa base constante, tal como medida pelo novo desempenho da efetividade testada trimestralmente.

"Contabilidade de cobertura de justo valor" As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e que são designados como coberturas de justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações ao justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto na rubrica "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Quando é revogada a designação de um derivado de uma relação de cobertura de justo valor ou quando o derivado numa relação de cobertura de justo valor termina antes da maturidade, o ajuste ao justo valor do item coberto continua a ser registado como parte da base do item e é amortizado na demonstração de resultados durante a vida remanescente do mesmo.

"Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura" Determinadas transações derivadas (referidas como não designadas na Nota 12 "Instrumentos financeiros derivados"), embora forneçam coberturas económicas efetivas nos termos das políticas de gestão de risco do Grupo não são qualificadas para a contabilidade de cobertura nos termos das regras específicas da IAS 39, "Instrumentos financeiros, reconhecimento e medição" ou o FCE opta por não aplicar a contabilidade de cobertura. Estes

derivados são detidos pelo justo valor e os resultados de justo valor são reportados na demonstração de resultados em "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros"

L Outros ativos

O valor contabilístico de "Outros ativos" é declarado pelo custo menos qualquer provisão por imparidade. Os veículos devolvidos ao FCE de locação operacional, locações a retalho e financeiras que aguardam revenda são contabilizados pelo valor contabilístico líquido após os ajustes para quaisquer provisões do valor residual. Os veículos consignados a agentes sob acordos de financiamento à consignação são apresentados na Nota 13 "Outros ativos".

Os resultados de alienações de veículos de locação operacional são incluídos na demonstração de resultados, na rubrica "Depreciação de ativos fixos tangíveis", e os veículos devolvidos de contratos de locação financeira e retalho na rubrica "Rendimento de juros".

A caixa de utilização limitada, anteriormente incluída em Caixa e adiantamentos é agora apresentada em Outros ativos, na sequência do alinhamento da Nota 11 "Caixa e seus equivalentes" com a IAS 1. O balanço de 2013 foi revisto de forma a facilitar comparações com o ano anterior.

M Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, incluindo os valores a receber de locação financeira, são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo e sem classificação como disponíveis para venda. Os empréstimos e os adiantamentos a clientes são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, incluindo os honorários de transação diretos e incrementais (incluindo suplementos de juros e outros pagamentos de assistência de partes relacionadas) e custos. Subsequentemente, são avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva; consulte a política contabilística E "Rendimento de juros líquido".

N Locações

(i) Quando o FCE é o locador:

Locações financeiras – Os ativos comprados pelos clientes sob contratos de venda condicional e cedidos sob locação financeira são incluídos em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" pelo montante bruto a receber, menos os encargos de financiamento não adquiridos. O rendimento do financiamento é reconhecido ao longo da duração da locação utilizando o método de investimento líquido de modo a refletir uma taxa periódica de retorno constante em proporção com o investimento líquido no contrato.

Locações operacionais – Os ativos locados aos clientes sob locações operacionais são incluídos em "Ativos fixos tangíveis". O rendimento reconhecido na demonstração de resultados é descrito na política contabilística G.

(ii) Quando o FCE é o locatário:

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

As locações celebradas pelo FCE são todas locações operacionais. As despesas de aluguer da locação operacional são cobradas na demonstração de resultados dentro de "Gastos operacionais" numa base linear ao longo do período da locação.

Quando uma locação operacional é cessada antes do período da locação ter expirado, qualquer pagamento exigido a ser efetuado ao locador como forma de multa é reconhecido no período no qual surge a obrigação.

O Provisão para perdas incorridas

É estabelecida uma provisão para perdas incorridas contra empréstimos e adiantamentos e a ativos de locação operacional para cobrir dívidas incobráveis e imparidades incorridas e não identificadas separadamente, mas que se sabe, por experiência, estarem presentes em carteiras de empréstimos e adiantamentos e de locações operacionais. Os ativos de empréstimo com características de crédito similares são agrupados em conjunto e avaliados por imparidade coletivamente, com base num conjunto de fatores, incluindo tendências de perdas históricas, a qualidade creditícia da atual carteira e fatores económicos gerais.

Uma provisão é também estabelecida quando o FCE considera que a classificação de crédito de um mutuário ou locatário individual se deteriorou de modo que a recuperação do total ou de parte de um adiantamento ou grupo de ativos de empréstimo remanescente está em risco. A provisão tem em consideração a condição financeira do mutuário ou locatário, o valor da garantia, recurso a fiadores e outros fatores.

Os critérios utilizados pelo FCE para determinar que há provas objetivas da ocorrência de uma imparidade, incluem:

- Incumprimento nos pagamentos contratuais de capital ou juros (e no prazo máximo de 120 dias após o vencimento);
- Dificuldades de fluxo de caixa experimentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, resultado líquido, percentagem de vendas);
- Violação dos convénios ou condições do empréstimo;
- Início de procedimentos por bancarrota;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração no valor da garantia.

A provisão para perdas incorridas inclui o saldo adiantado para o início do período, ajustado por avaliações efetuadas durante o período, menos as "Perdas líquidas" reconhecidas e inclui ajustes de câmbio relativos à conversão cambial. "Perdas líquidas" inclui empréstimos em imparidade, menos quaisquer recuperações subsequentes de dívidas incobráveis que tenham sido anteriormente abatidas.

A provisão para perdas incorridas relacionadas com empréstimos e adiantamentos a clientes é deduzida de empréstimos e adiantamentos a clientes e é incluída na demonstração de resultados em "Perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos". A provisão para perdas incorridas relacionadas com ativos de locação operacional é

apresentada como um ajuste à depreciação acumulada e é incluída na demonstração de resultados em "Depreciação de ativos fixos tangíveis".

Quando se considera que um contrato de financiamento a retalho se encontra em imparidade, o valor contabilizado do empréstimo (tanto "bruto" como "líquido", conforme indicado na Nota 14 "Empréstimos e adiantamentos a clientes") é reduzido para refletir o valor de recuperação estimado. Depois da recuperação do veículo e antes da sua revenda, o valor contabilístico do empréstimo é eliminado e o veículo é registado na Nota 13 "Outros ativos" pelo valor realizável estimado líquido de custos de alienação. Todas as outras recuperações para contratos anteriormente registadas como incobráveis são abatidas em "Provisão para perdas incorridas".

Quando um empréstimo por grosso se encontra em imparidade, o valor contabilizado do empréstimo é reduzido com a utilização de uma provisão específica para perdas incorridas para montante incobrável estimado. Se um empréstimo for considerado duvidoso por um período prolongado, (e num prazo máximo de 120 dias), a provisão específica para perdas incorridas é libertada e o valor contabilizado do empréstimo é reduzido de modo a refletir o montante cobrável estimado.

Os empréstimos a retalho e por grosso cujos termos tenham sido renegociados no curso normal de atividade são considerados prova objetiva de ocorrência ou não ocorrência de perda por imparidade.

P Titularização e financiamento relacionado

A Sociedade celebrou acordos de financiamento com mutuantes de modo a financiar empréstimos e adiantamentos a clientes. Esses valores a receber foram tipicamente vendidos para efeitos legais a SE consolidadas. Dado que a Sociedade não se encontra totalmente isolada dos riscos e benefícios das transações de titularização, seguiram-se os requisitos da IAS 39 "Instrumentos financeiros, reconhecimento e medição". Conforme exigido pela IAS 39, a Sociedade continua a reconhecer o valor contabilístico dos ativos transferidos e é reconhecido um passivo, líquido de interesses retidos, para os proveitos da transação de financiamento.

Determinados custos de transação que podem ser diretamente associados à emissão de dívida de titularização são diferidos – consulte a política contabilística V "Dívida".

Q Provisões para o valor residual de veículos

Os valores residuais representam o valor estimado do veículo no final do plano de financiamento a retalho ou por locação. Os valores residuais são calculados após a análise dos valores residuais publicados e da experiência histórica própria do FCE no mercado automóvel utilizado. As provisões para o valor residual do veículo são revistas, pelo menos, trimestralmente e são contabilizadas com um ajuste ao valor escriturado dos ativos. O montante de qualquer imparidade nos valores residuais é contabilizado como uma dedução de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" para

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

contratos de locação financeira e a retalho. Estes pressupostos e as reservas associadas podem ser alterados com base nas condições do mercado - consulte a política contabilística C "Estimativas contabilísticas críticas".

As alterações às provisões de valor residual de contratos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração de resultados, na rubrica "Rendimento de juros".

R Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis são declarados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre um método linear para abater o custo desses ativos para os seus valores residuais às seguintes taxas:

Tipo de ativo	Taxa anual de depreciação ou amortização
Equipamento informático	16,67%
Outros equipamentos de es	8,00%
Veículos a motor da Socied:	25,00%

Quando o valor escriturado de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, este é abatido imediatamente ao seu valor recuperável. Os resultados de alienações de ativos fixos tangíveis são determinados por referência ao seu montante contabilizado e são incluídos em "Gastos operacionais" na demonstração de resultados.

Os ativos de locação operacional sobre os quais o FCE celebrou acordos de locação operacional como mutuante são incluídos em Ativos fixos tangíveis. A depreciação é cobrada nos ativos de locação operacional ao longo do período da locação ao seu valor residual estimado numa base linear.

A política de depreciação para veículos locados (incluindo veículos sujeitos a locações operacionais) é revista regularmente tendo em consideração vários pressupostos, tais como os valores residuais previstos no momento da cessação da locação e o número estimado de veículos que serão devolvidos. Os ajustes para refletirem as estimativas revistas dos valores residuais previstos no final dos termos da locação são registados numa base linear. No momento da devolução do veículo, as despesas de depreciação são ajustadas pela diferença entre o valor contabilístico líquido e o valor de revenda previsto e o veículo é transferido para "Outros ativos".

S Impostos sobre o rendimento atuais e diferidos

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método de passivo, com diferenças temporárias resultantes entre as bases tributárias dos ativos e passivos e os seus valores escriturados nas demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados exceto na medida que se relacione com elementos reconhecidos diretamente no capital, caso no qual serão reconhecidos no capital.

Os impostos diferidos são determinados utilizando taxas e legislação tributárias que tenham sido substantivamente promulgadas pela data do balanço e que se espera serem

aplicadas quando o respetivo ativo por impostos diferidos é realizado ou quando o passivo por impostos diferidos é liquidado. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que o futuro lucro tributável esteja disponível face ao qual as diferenças temporárias poderão ser utilizadas.

O imposto sobre rendimento pagável pelos lucros é baseado na lei tributária aplicável em cada jurisdição da sociedade e é calculado pelas taxas de imposto substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto sobre rendimento pagável é reconhecido como uma despesa no período no qual os lucros ocorrem. Os efeitos fiscais de perdas de imposto sobre rendimento disponíveis para transportar para o futuro são reconhecidos como um ativo quando é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis face aos quais estas perdas poderão ser utilizadas.

T Goodwill e outros ativos intangíveis

"Goodwill" representa o excesso do custo de uma aquisição sobre o justo valor da cota da Sociedade dos ativos líquidos da subsidiária adquirida à data de aquisição. A cada data do balanço, o goodwill é testado por imparidade e contabilizado pelo custo menos perdas por imparidade acumuladas. O goodwill é afetado a unidades geradoras de caixa para efeitos de testes a imparidade.

"Outros ativos intangíveis" referem-se a custos de desenvolvimento de software informático. Habitualmente, esses custos são pagos quando incorridos. Os custos que estão diretamente associados com produtos de software identificáveis e únicos controlados pelo FCE e que se antecipa gerarem futuros benefícios económicos excedendo os custos são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem custos de pessoal da equipa de desenvolvimento de software.

As despesas de funcionamento que melhoram significativamente ou aumentam o desempenho dos programas de software informático para além das suas especificações originais são reconhecidas como melhoramentos de capital e adicionadas aos custos originais do software. Os custos de desenvolvimento de software informático reconhecidos como ativos são amortizados utilizando-se um método linear ao longo das suas vidas úteis de três ou oito anos para as aplicações de processamento e PC/rede. Outros ativos intangíveis são levados a cabo pelo custo menos a amortização acumulada e quaisquer encargos de imparidade. A imparidade é testada em cada data de relatório. A amortização dos ativos intangíveis é registada na demonstração de resultados como "gastos operacionais".

U Investimentos noutras entidades

A participação da Sociedade em organismos do Grupo é declarada pelo custo menos quaisquer provisões por imparidade.

A participação da Sociedade em organismos exteriores ao Grupo é declarada pelo justo valor com os resultados reportados em outro rendimento integral.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

V Dívida

A dívida, que inclui principalmente montantes devidos a bancos e outras instituições financeiras, depósitos, títulos de dívida em emissão e empréstimos subordinados, é inicialmente declarada pelo justo valor líquido de custos de transação incorridos. As obrigações de dívida em moeda estrangeira são convertidas em libra esterlina às taxas de câmbio em vigor na data do balanço e os resultados são registados na demonstração de resultados, na rubrica "Perda em divisas".

A dívida não designada como parte de uma relação de cobertura é subsequentemente declarada pelo custo amortizado e quaisquer diferenças entre os proveitos líquidos e o valor de resgate são reconhecidas na demonstração de resultados ao longo da duração da dívida subjacente.

A dívida que é designada como parte de uma relação de cobertura de justo valor é ajustada para refletir as alterações no justo valor atribuível ao risco a ser coberto e os resultados são reconhecidos na demonstração de resultados em "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Determinados custos de transação que possam ser diretamente associados à emissão de dívida são incluídos na mensuração inicial da dívida e amortizados nos "gasto de juros" ao longo do período da dívida relacionada, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os custos de transação que não possam ser diretamente associados à emissão de dívida são contabilizados em "Gastos operacionais".

No caso de serem incorridas comissões bancárias relacionadas com linhas de crédito renováveis, as comissões serão inicialmente registadas como um ativo e amortizadas numa base linear em "custos operacionais" ao longo da duração total do período de compromisso, independentemente de uma provável utilização futura.

W Outros passivos e provisões

As provisões são reconhecidas quando o FCE tem uma obrigação presente e legal ou construtiva como resultado de eventos passados, quando é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e quando se pode efetuar uma estimativa fiável do montante da obrigação. Nos casos em que o efeito do valor temporal do dinheiro é significativo, a provisão é descontada.

É efetuada uma provisão pelo custo antecipado de reestruturação incluindo custos de separação de colaboradores, quando existe uma obrigação. Existe uma obrigação quando o FCE tem um plano formal detalhado para reestruturar uma operação e tenha suscitado expectativas válidas naqueles afetados pela reestruturação ao começar a implementar o plano ou ao anunciar as suas principais características.

Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja existência será confirmada apenas por eventos futuros incertos ou obrigações presentes em que a transferência de benefício económico não é provável ou não pode ser avaliada de forma fiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos mas são divulgados a menos que sejam remotos.

Para efeitos de avaliação de determinadas situações financeiras, a unidade de avaliação do FCE é a autoridade fiscal. Quando uma série de resultados for possível, o FCE aplica a única estimativa melhor numa base "mais propenso do que não" da série de resultados possíveis.

X Dividendos

Os dividendos declarados mas não pagos são incluídos no balanço em "montantes devidos à empresa-mãe e a participações associadas". Para declarar um dividendo os seguintes critérios têm de ser cumpridos: (i) os Administradores propõem um dividendo e (ii) a Assembleia-Geral Anual aprova a proposta, após o que se consideram os dividendos formalmente declarados. Os dividendos declarados depois da data do balanço são divulgados como um evento pós-balanço sem ajuste.

Y Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira exigem que o emitente da garantia efetue pagamentos especificados ao abrigo do contrato para reembolsar o beneficiário da garantia por uma perda incorrida pelo beneficiário em virtude de a parte especificada não cumprir as obrigações estipuladas no prazo devido, de acordo com os termos do contrato original. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas no balanço ao justo valor.

Z Rubricas extraordinárias

As rubricas extraordinárias são as rubricas significativas que, devido à sua dimensão e incidência, são divulgadas de forma separada com vista a ajudar o desempenho em comparação com o ano anterior.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

2 RENDIMENTO DE JUROS LÍQUIDO

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Notas	Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Juros e rendimentos similares			
O rendimento de juros de empréstimos e adiantamentos a partes externas		£ 284	£ 319
Empréstimos e adiantamentos de partes relacionadas	43	301	335
Ajuste do rendimento de juros relativos a valores residuais	16	(1)	1
Rendimento de caixa e de depósitos a curto prazo de partes externas e outro rendimento diverso		3	3
Rendimento de juros total		£ 587	£ 658
Gasto de juros			
Gasto de juros de partes externas		£ (166)	£ (222)
Gasto de juros de partes relacionadas	43	(26)	(30)
Total de gasto de juros		£ (192)	£ (252)
Rendimento de juros líquido		£ 395	£ 406

Os juros ganhos na maioria dos empréstimos e adiantamentos a retalho são, geralmente, fixados no momento de celebração dos contratos.

Em determinados empréstimos e adiantamentos, principalmente no financiamento por grosso, o FCE cobra juros a uma taxa variável que oscila de acordo com as flutuações nas taxas de juros a curto prazo.

"Rendimento de juros de empréstimos e adiantamentos a partes externas" inclui receitas de "retalho", "por grosso" e "outros" segmentos, excluindo rendimento de veículos de locação operacional, que se encontra relatado na Nota 4 "Outro rendimento operacional".

"Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas" refere-se sobretudo ao rendimento de contas a receber por grosso a entidades reportadas como entidades consolidadas da Ford, o que inclui agentes total e parcialmente detidos pela Ford.

"Ajuste do rendimento de juros relacionado com valores residuais" refere-se a alterações às provisões para o valor residual do veículo para contratos de locação financeira e a retalho que influenciam a taxa de juro efetiva.

"Rendimento de caixa e de depósitos de curto prazo de partes externas e outro rendimento diverso" refere-se, principalmente, a rendimento de juros de investimentos a curto prazo.

"Gasto de juros de partes externas" engloba os encargos relacionados com a titularização, empréstimos de bancos locais, ofertas de dívida pública e depósitos.

"Gasto de juros de partes relacionadas" engloba encargos relacionadas com dívida sénior e subordinada. Para obter mais informações consulte a Nota 26 "Dívidas à empresa-mãe e a participações associadas" e a Nota 30 "Empréstimos subordinados".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

3 RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Para o exercício findo a 31 de dezembro		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Rendimentos de serviços e comissões	Nota		
Rendimento associado a honorários financeiros e outros		£ 18	£ 18
Rendimento de comissões pela venda de seguros		25	19
Rendimento total de honorários e comissões		£ 43	£ 37
Gastos com honorários e comissões			
Gastos associados a honorários financeiros e outros		£ (7)	£ (8)
Gastos com comissões e incentivos		(3)	(6)
Gasto total com honorários e comissões		£ (10)	£ (14)
Resultado líquido de serviços e comissões		£ 33	£ 23

"**Rendimento relacionado com honorários financeiros e outros**" está relacionado com os honorários auferidos que não podem ser diretamente associados à geração de empréstimos e adiantamentos. Aqui inclui-se o rendimento de comissões auferido pelo FCE pela prestação serviços de marketing e vendas de locações operacionais comerciais ("Full Service Leasing" ou "FSL") a um parceiro de negócio não afiliado. O parceiro de negócio terceiro preferencial, em cada mercado, é responsável pelo financiamento, manutenção, serviços de reparação e revenda de veículos no final do período de locação.

"**Rendimento de comissão pela venda de seguro**" refere-se, principalmente, a produtos de seguros com a marca Ford oferecidos na Europa. Estes produtos de seguros, que são, essencialmente, seguro automóvel e planos de proteção de pagamento, são subscritos por companhias de seguros locais não afiliadas pelos quais o FCE auferir rendimento de honorários, mas cujos riscos de subscrição permanecem com as companhias de seguros terceiras.

"**Encargos com serviços e comissões**" inclui comissões e outros bônus pagáveis a agentes que não podem ser diretamente associados à geração de empréstimos e adiantamentos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

4 OUTRO RENDIMENTO OPERACIONAL

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Nota	Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Rendimento de locações operacionais	£	181	£ 204
Outro rendimento operacional		-	1
Outro rendimento operacional total	£	181	£ 205

"Rendimento de locações operacionais" representa rendas recebidas pela locação operacional de veículos a clientes comerciais de locação, incluindo empresas de aluguer diário e clientes de frota. A despesa de depreciação

associada é reportada na Nota 18 "Ativos fixos tangíveis" e os custos de fundos emprestados são relatados na rubrica "Gasto de juros", na Nota 2 "Rendimento de juros líquido".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

5 GASTOS OPERACIONAIS

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Notas	Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Custos com colaboradores:			
Salários e vencimentos		£ 107	£ 107
Contribuições de segurança social		11	10
Benefícios de reforma	34	16	19
Total de custos com pessoal		£ 134	£ 136
Outras despesas:			
Amortização de software	21	£ 2	£ 2
Gastos administrativos		49	51
Gasto com rendas de locação operacional		5	5
Gastos indiretos com emissão de dívida		12	14
Outras despesas		2	2
Total de outras despesas		£ 70	£ 74
Total de gastos operacionais excluindo rubricas extraordinárias		£ 204	£ 210
Total de gastos operacionais extraordinários	9	-	22
Total de gastos operacionais		£ 204	£ 232
		Número de colaboradores	
Número médio de colaboradores permanentes durante o ano		1 607	1 692

"Despesas administrativas" incluem montantes pagos à Ford e respetivas empresas associadas por serviços recebidos, detalhados na Nota 43 "Operações com partes relacionadas". Incluem também a Renumeração do Auditor, cujos detalhes são apresentados na próxima página. Para mais informações sobre Rubricas extraordinárias, consulte a Nota 9.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

5 GASTOS OPERACIONAIS (continuação)

Remuneração do auditor

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2 014 milhares de libras	2013 milhares de libras	2 014 milhares de libras	2013 milhares de libras
Natureza dos serviços:				
Serviços de auditoria				
Auditoria da empresa-mãe e das contas consolidadas	£ 1 351	£ 1 317	£ 1 351	£ 1 317
Auditoria das subsidiárias e das SE, de acordo com a legislação	-	-	396	402
Total - Serviços de auditoria	£ 1 351	£ 1 317	£ 1 747	£ 1 719
Serviços de garantia				
Serviços de garantia relacionados com auditoria	£ -	£ -	£ -	£ -
Outros serviços de garantia	454	325	454	325
Total - Serviços de garantia	£ 454	£ 325	£ 454	£ 325
Serviços não relacionados com auditoria				
Serviços de consultoria fiscal	£ -	£ 58	£ 2	£ 60
Serviços de tramitação fiscal	119	98	149	109
Outros serviços	828	54	828	54
Total - Serviços não relacionados com auditoria	£ 947	£ 210	£ 979	£ 223
Total de taxas	£ 2 752	£ 1 852	£ 3 180	£ 2 267

Definição dos serviços:

"**Auditoria da empresa-mãe e das contas consolidadas**" refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais da Sociedade e do Grupo e à análise das demonstrações financeiras intercalares.

"**Auditoria das subsidiárias e das SE de acordo com a legislação**" refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais das subsidiárias da Sociedade e das SE.

"**Outros serviços de garantia**" refere-se a titularização e ofertas de dívida.

"**Serviços de consultoria fiscal**" refere-se a serviços contratados de assistência técnica.

"**Serviços de tramitação fiscal**" refere-se ao apoio prestado para o cumprimento de obrigações fiscais relativamente a declarações de rendimentos e documentação relativa aos preços de transferência.

"**Outros Serviços**" refere-se a vários serviços de consultoria incluindo a assistência fornecida para normas contabilísticas e de relato financeiro.

Para mais informações sobre as políticas e procedimentos que regem o envolvimento da PwC, consulte o relatório do Comité de Auditoria, na página 30.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

6 TRANSAÇÕES COM ADMINISTRADORES E DIRETORES

Sociedade	2014			2013		
	Administradores milhares de libras	Dirigentes milhares de libras	Total milhares de libras	Administradores milhares de libras	Dirigentes milhares de libras	Total milhares de libras
Empréstimos						
Empréstimos pendentes a 1 de janeiro	£ 124	£ 112	£ 236	£ 86	£ 177	£ 263
Empréstimos concedidos no ano	249	230	479	203	202	405
Reembolso de créditos durante o ano	(244)	(221)	(465)	(164.5)	(266.5)	(432)
Empréstimos pendentes a 31 de dezembro	£ 129	£ 121	£ 250	£ 124	£ 112	£ 236
Máximo de empréstimos no período	£ 138	£ 142	£ 280	£ 129	£ 121	£ 250
Receita						
Receitas de juros de empréstimos	£ 8	£ 8	£ 16	£ 10	£ 10	£ 20
Remuneração						
Salários/outras benefícios a curto prazo	£ 1161	£ 1005	£ 2166	£ 1132	£ 942	£ 2074
Benefícios pós-emprego	184	174	358	180	177	357
Pagamentos baseados em ações	162	57	219	137	81	218
Total - Remuneração	£ 1 507	£ 1 236	£ 2 743	£ 1 449	£ 1 200	£ 2 649

Os Administradores e diretores do FCE, e as pessoas com eles relacionadas, são também considerados partes relacionadas para fins de divulgação. Poderá encontrar mais informações sobre os Administradores no relatório dos Administradores. Existem seis diretores definidos como membros do Comité Executivo do FCE que não são simultaneamente Administradores estatutários da Sociedade. Para mais informação sobre o Comité Executivo consulte "Governo – Comités do Conselho", página 18. Na tabela acima são apresentadas informações adicionais sobre as transações, saldos pendentes no início e no fim dos períodos, montante máximo pendente e as receitas e despesas associadas no período.

Empréstimos: No curso regular dos negócios, a Sociedade disponibiliza empréstimos a alguns colaboradores nos cargos de gestão, Diretores e Administradores, nos termos de um plano de empréstimo automóvel de gestão (os Administradores não executivos não têm direito a participar neste acordo). Alguns Administradores e Diretores da Sociedade receberam empréstimos ao abrigo do seu contrato de trabalho para o financiamento da aquisição de veículos à Ford Motor Company Limited (FMCL). O indivíduo apenas paga à Sociedade os juros do empréstimo, que são fixados numa taxa comercial. Estes pagamentos são efetuados mensalmente e não havia juros pendentes no final do ano. Os termos dos empréstimos não se destinam a ter uma duração superior a doze meses. Na data de vencimento do empréstimo o colaborador pode liquidá-lo diretamente junto do FCE ou através da devolução do veículo.

Salários/outras benefícios a curto prazo: Não houve pagamentos de rescisão em 2014.

Benefícios pós-emprego: Três dos atuais Administradores e três dos atuais Diretores estão a obter benefícios de reforma (2013: três Administradores e quatro Diretores) nos termos de vários planos de benefícios definidos da Ford.

Pagamentos baseados em ações: Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2014 três Administradores exerceram opções sobre ações detidas nas ações ordinárias da Ford. Em 2014, três Administradores receberam ações nos termos de um programa de Incentivos a Longo Prazo.

Remuneração: Os emolumentos globais do Administrador com a remuneração mais elevada foram de 311 966 libras (2013: 311 189 libras).

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2014 era um membro do Plano de pensão para executivos da FMCL. O benefício anual acumulado projetado aos 65 anos para o Administrador com a remuneração mais elevada a 31 de dezembro de 2014 foi de 74 614 libras. As contribuições patronais realizadas para a pensão do Administrador com a remuneração mais elevada durante 2014 totalizaram 62 397 libras. O plano de pensão permite que uma parte do benefício de pensão anual acumulado seja paga num montante único na altura da reforma. O valor máximo projetado para o montante único disponível aos 65 anos para o Administrador com a remuneração mais elevada em 2014 foi de 308 648 libras, juntamente com uma pensão reduzida de 46 297 libras.

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2013 era um membro do Plano Geral de Pensões (GRP) da Ford (EUA). O GRP é um plano de benefícios definido e não prevê o pagamento de um montante único acumulado. Não foram efetuadas quaisquer contribuições patronais para o GRP em 2013 referentes ao Administrador com a remuneração mais elevada. O benefício total acumulado no final do exercício para o Administrador com a remuneração mais elevada em 2013 foi de 87 152 libras.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

7 AJUSTES DO JUSTO VALOR EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Coberturas designadas pelo justo valor		
Ineficácia das coberturas da taxa de juro	£ (2)	£ (2)
Total - Coberturas designadas pelo justo valor	£ (2)	£ (2)
Derivados não designados		
Swaps de taxa de juro	£ (26)	£ 4
Swaps de taxas de juros em várias divisas	2	4
Contratos a prazo cambiais	2	(7)
Total de derivados não designados	£ (22)	£ 1
Total de ganhos / (perdas) líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	£ (24)	£ (1)

A tabela acima analisa, por tipo de contrato, os ajustes ao justo valor reconhecidos na demonstração de resultados em "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Todos os derivativos são celebrados pelo FCE com o objetivo de fazer corresponder ou minimizar o risco. Para mais informações sobre a utilização de derivativos, políticas e controlos consulte a Nota 40 "Risco de mercado".

A perda de 2 milhões de libras (2013: perda de 2 milhões de libras) para coberturas de justo valor engloba os ganhos nos instrumentos de cobertura em 2014 de 83 milhões de libras (2013: perda de 23 milhões de libras) e as perdas nos itens cobertos atribuíveis ao risco coberto de 85 milhões de libras (2013: ganho de 21 milhões de libras).

Os ajustes ao justo valor de derivativos cambiais são parcialmente compensados pela perda em divisas, tal como explicado na Nota 8 "Resultados em divisas". Para a gestão do risco de taxa de juro, o FCE utiliza swaps de taxas de juro para corresponder às características de nova fixação de preços dos seus valores a receber para a sua dívida.

Os derivativos são avaliados pelo justo valor, utilizando as taxas de mercado e modelos de avaliação do setor.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

8 RESULTADOS EM DIVISAS

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Obrigações de dívida em moeda estrangeira	£ (3)	£ 10
Outros ativos e passivos relacionados com moeda estrangeira	-	1
Total de ganho/(perda) cambial	£ (3)	£ 11

A tabela acima analisa os resultados reconhecidos na demonstração de resultados em "Resultados em divisas" resultantes essencialmente da reavaliação dos ativos e passivos em moeda estrangeira para libra esterlina às taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

Para alcançar os objetivos de financiamento, o FCE faz empréstimos numa variedade de divisas. Verifica-se uma exposição do FCE às taxas de câmbio caso exista uma disparidade entre a moeda dos valores a receber e a moeda da dívida que financia esses valores a receber.

Sempre que possível, o FCE financia os valores a receber com dívida na mesma divisa, minimizando a exposição aos movimentos da taxa de câmbio. Quando é utilizada uma moeda diferente, os derivados em moeda estrangeira são executados para converter as obrigações de dívida em moeda estrangeira para a moeda local dos valores a receber e reduzir a exposição a movimentos nas taxas de câmbio.

Consequentemente, a perda em "obrigações de dívida em moeda estrangeira" de 3 milhões de libras (2013: ganho de 10 milhões de libras) é parcialmente compensado pelo ganho de justo valor em derivados cambiais, conforme descrito na Nota 7 "Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros".

Consulte a Nota 40 "Risco de mercado" para mais informações sobre a utilização de derivados por parte do FCE.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

9 RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS

Para o exercício findo a 31 de dezembro		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Perdas por imparidade	Notas		
Ajuste de atividades por grosso espanholas		£ -	£ (5)
Total - Perdas por imparidade extraordinárias	15	£ -	£ (5)
Gastos operacionais			
Contribuição referente ao fundo de pensões britânico		£ -	£ (22)
Total de gastos operacionais extraordinários	5	£ -	£ (22)
Total de rubricas extraordinárias		£ -	£ (27)

O lucro antes dos impostos inclui determinadas rubricas extraordinárias que, pela sua dimensão ou incidência, são apresentadas separadamente para facilitar a interpretação do desempenho em relação ao exercício anterior. As rubricas extraordinárias de 2013 originaram uma diminuição dos lucros de 27 milhões de libras. Não foram incluídas rubricas extraordinárias em 2014.

O "Ajuste no setor grossista espanhol" de 2013 refere-se ao abatimento retrospectivo no período de empréstimos e adiantamentos grossistas em imparidade em anos anteriores.

A "Contribuição do fundo de pensões do Reino Unido" de 2013 representa o acordo e o pagamento, no período, de défices por serviços passados à sociedade principal de um plano de benefícios definidos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

10 DESPESA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Taxa de imposto atual:		
Impostos sobre as Sociedades no Reino Unido de 21,50% (anteriormente, 23,25%)	£ 37	£ 34
Tributação no estrangeiro	21	30
Abatimento de tributação no estrangeiro	(8)	(12)
Ajuste ao imposto sobre as sociedades do ano anterior	5	3
Gasto de imposto sobre o rendimento corrente	£ 55	£ 55
Impostos diferidos:		
Ano corrente	£ (5)	£ 6
Ano anterior	-	1
Gasto de imposto sobre o rendimento diferido	£ (5)	£ 7
Gasto de imposto sobre o rendimento	£ 50	£ 62

Os fatores que afetam a carga tributária para o período são a seguir explicados.

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Resultados antes de impostos	£ 197	£ 214
Lucros multiplicados pela taxa standard do Imposto sobre as Sociedades do Reino Unido de 21,50% (anteriormente, 23,25%)	£ 42	£ 50
Efeitos de:		
Impostos no estrangeiro superiores/(inferiores) aos impostos do Reino Unido	£ 4	£ 6
Impostos correntes e diferidos do ano anterior	5	4
Alterações na taxa fiscal do Reino Unido nos impostos diferidos	-	3
Impostos diferidos não reconhecidos	(4)	-
Gastos/(rendimento) não dedutíveis/(tributáveis)	3	(1)
Gasto de imposto sobre o rendimento	£ 50	£ 62

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014

11 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*
Caixa em banco	£ 599	£ 852	£ 634	£ 907
Caixa em trânsito	1	3	1	3
Equivalentes de caixa	671	831	671	831
Caixa e seus equivalentes	£ 1 271	£ 1 686	£ 1 306	£ 1 741
Outros depósitos bancários	£ 5	£ 31	£ 147	£ 226
Depósitos com garantia	-	-	175	254
Caixa associada a transações de titularização	£ 5	£ 31	£ 322	£ 480
Total - Caixa e seus equivalentes	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221
Análise da caixa e seus equivalentes:				
Caixa operacional	£ 54	£ 87	£ 89	£ 142
Caixa e seus equivalentes detidos centralmente	1 217	1 596	1 217	1 596
Outra caixa	5	34	322	483
Total - Caixa e seus equivalentes	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221
Corrente	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221
Não corrente	-	-	-	-
Total	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221

*Apenas reexpressão de apresentação – consulte as políticas contabilísticas, outros ativos, para mais detalhes.

"**Caixa e seus equivalentes**" engloba numerário e investimentos de elevada liquidez com uma maturidade de 90 dias ou menos na data de aquisição.

O valor contabilístico líquido da caixa e seus equivalentes a bancos aproxima o justo valor devido às maturidades curtas destes investimentos.

"**Liquidez associada às transações de titularização**" inclui os montantes retidos na Sociedade e os saldos detidos e disponíveis para as SE consolidadas. O montante incluído na nota não está disponível para uso nas atividades quotidianas do FCE.

"**Liquidez operacional**" representa o dinheiro detido nas sucursais e subsidiárias da Sociedade para facilitar a atividade diária dos negócios.

"**Caixa e seus equivalentes detidos centralmente**" representa o numerário e os investimentos detidos como liquidez adicional que excedem os requisitos imediatos de financiamento. Tal faz parte das fontes de liquidez do FCE. Consulte a secção "Capital e Financiamento" do Relatório Estratégico para obter mais informações sobre a liquidez do FCE.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A 31 de dezembro	2014			2013		
	Valor Nocial milhões de libras	Justo valor Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras	Valor Nocial milhões de libras	Justo valor Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras
Sociedade						
Designado como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juro	£ 2 303	£ 80	£ -	£ 1 950	£ 17	£ 6
Total designado como coberturas de justo valor	£ 2 303	£ 80	£ -	£ 1 950	£ 17	£ 6
Derivados não designados						
Swaps de taxa de juro	£ 8 222	£ 62	£ 21	£ 7 384	£ 53	£ 19
Swaps de taxas de juros em várias divisas	544	0	25	81	0	0
Contratos a prazo cambiais	313	5	0	727	0	8
Total de derivados não designados	£ 9 079	£ 67	£ 46	£ 8 192	£ 53	£ 27
Total de derivados	£ 11 382	£ 147	£ 46	£ 10 142	£ 70	£ 33
Corrente		£ 65	£ 16		£ 37	£ 16
Não corrente		82	30		33	17
Total		£ 147	£ 46		£ 70	£ 33

Sociedade	2014			2013		
	Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras		Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras	
Montante bruto de derivados reconhecidos na demonstração da posição financeira	£ 147	£ 46		£ 70	£ 33	
Montante bruto de derivados não compensados na demonstração da posição financeira e que são elegíveis para compensação	(44)	(44)		(26)	(26)	
Montantes líquidos	£ 103	£ 2		£ 44	£ 7	

As tabelas acima analisam os instrumentos financeiros derivados por tipo de contrato, dando o valor nocial subjacente e o justo valor estimado.

Os justos valores são incluídos em ambas as secções de ativos e passivos do balanço na rubrica "Instrumentos financeiros derivados".

Os valores nocionais dos instrumentos financeiros derivados não representam, necessariamente, valores convertidos pelas partes e, por conseguinte, não são uma mensuração direta da exposição aos riscos financeiros. Os valores convertidos são calculados por referência aos valores nocionais e através de outros termos dos derivados, tais como taxas de juro ou taxas de câmbio.

Todos os derivados celebrados pelo FCE são celebrados com a finalidade de igualar ou minimizar o risco de potenciais movimentos nas taxas de câmbio e nas taxas de juro inerentes aos ativos e passivos financeiros do FCE. Todas as coberturas designadas são utilizadas para gerir o risco de taxa de juro. Para mais informações sobre a utilização, políticas e controlos de derivados, consulte a Nota 40 "Risco de mercado".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (continuação)

A 31 de dezembro	2014			2013		
	Nocional Montante milhões de libras	Justo valor Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras	Nocional Montante milhões de libras	Justo valor Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras
Grupo						
Designado como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juro	£ 2 303	£ 80	£ -	£ 1 950	£ 17	£ 6
Total designado como coberturas de justo valor	£ 2 303	£ 80	£ -	£ 1 950	£ 17	£ 6
Derivados não designados						
Swaps de taxa de juro	£ 10 969	£ 62	£ 36	£ 9 949	£ 54	£ 30
Swaps de taxas de juros em várias divisas	778	16	25	754	0	38
Contratos a prazo cambiais	313	5	0	727	0	8
Total de derivados não designados	£ 12 060	£ 83	£ 61	£ 11 430	£ 54	£ 76
Total de derivados	£ 14 363	£ 163	£ 61	£ 13 380	£ 71	£ 82
Corrente		£ 74	£ 25		£ 35	£ 48
Não corrente		£ 89	£ 36		£ 36	£ 34
Total		£ 163	£ 61		£ 71	£ 82

Grupo	2014		2013	
	Ativo milhões de libras	Passivo m milhões de libras	Ativo milhões de libras	Passivo milhões de libras
Montante bruto de derivados reconhecidos na demonstração da posição financeira	£ 163	£ 61	£ 71	£ 82
Montante bruto de derivados não compensados na demonstração da posição financeira e que são elegíveis para compensação	(44)	(44)	(26)	(26)
Montantes líquidos	£ 119	£ 17	£ 45	£ 56

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

13 OUTROS ATIVOS

A 31 de dezembro	Notas	Sociedade		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras Redefinido*
Contas a receber					
Partes relacionadas	43	£ 60	£ 66	£ 62	£ 67
Externas		34	33	35	35
Participações subsidiárias	43	38	232	-	-
Contas a receber - subtotal		£ 132	£ 331	£ 97	£ 102
Empréstimos a receber					
Participações subsidiárias	43	£ 128	£ 127	£ -	£ -
Subtotal de empréstimos a receber		£ 128	£ 127	£ -	£ -
Veículos a aguardar revenda		£ 100	£ 128	£ 101	£ 128
Caixa de utilização limitada		69	79	69	79
Pré-pagamentos e rendimentos apurados		11	16	10	15
Impostos pré-pagos e juros associados		11	16	11	16
Total de outros ativos		£ 451	£ 697	£ 288	£ 340
Corrente		£ 304	£ 535	£ 218	£ 259
Não corrente		147	162	70	81
Total de outros ativos		£ 451	£ 697	£ 288	£ 340

*Apenas reexpressão de apresentação – consulte as políticas contabilísticas, outros ativos, para mais detalhes.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

14 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo					
	Notas	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras			
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Retalho excluindo locação financeira	£	5 639	£	5 089	£	5 691	£	5 149
Locação financeira		642		602		933		993
Por grosso excluindo outro		4 235		3 585		4 457		3 766
Outros		25		26		25		26
Empréstimos e adiantamentos a clientes por grosso	£	10 541	£	9 302	£	11 106	£	9 934
Rendimento de financiamento não recebido	£	(439)	£	(418)	£	(457)	£	(442)
Provisão para perdas incorridas	15	(32)		(41)		(33)		(42)
Provisão para perdas de valor residual de veículos	16	(3)		(2)		(3)		(2)
Suplementos de juros de partes relacionadas não obtidos		(133)		(139)		(138)		(148)
Custos / (taxas) líquidos de origem de empréstimo diferido		71		49		73		51
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£	10 005	£	8 751	£	10 548	£	9 351
Corrente	£	5 772	£	4 924	£	6 101	£	5 258
Não corrente		4 233		3 827		4 447		4 093
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£	10 005	£	8 751	£	10 548	£	9 351
Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos:								
Retalho	£	5 750	£	5 146	£	6 070	£	5 565
Comercialização por grosso		4 255		3 605		4 478		3 786
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£	10 005	£	8 751	£	10 548	£	9 351
Empréstimos líquidos não sujeitos a titularização	£	5 197	£	2 821	£	5 519	£	3 140
Empréstimos líquidos sujeitos a titularização	17	4 808		5 930		5 029		6 211
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£	10 005	£	8 751	£	10 548	£	9 351
Análise da percentagem de empréstimos e adiantamentos								
Percentagem de empréstimos líquidos de financiamento a retalho		57%		59%		58%		60%
Percentagem de empréstimos líquidos de financiamento por grosso/outros		43%		41%		42%		40%
Percentagem de empréstimos líquidos sujeitos a titularização		48%		68%		48%		66%
Percentagem de empréstimos líquidos não sujeitos a titularização		52%		32%		52%		34%
Percentagem de empréstimos brutos sujeitos a titularização		47%		66%		47%		65%
Percentagem de empréstimos brutos não sujeitos a titularização		53%		34%		53%		35%

O "Retalho" inclui contratos de locação e financiamento a retalho, introduzidos através de um agentes a clientes particulares, negociantes individuais e empresas. Esses contratos são, maioritariamente, contratos de locação e financiamento a retalho de taxa fixa que requerem, de modo geral, que os clientes efetuem pagamentos mensais iguais ao longo da duração dos contratos.

"Por grosso" representa, principalmente, empréstimos gerados para financiar veículos novos e usados detidos no inventário do agente e requer, de modo geral, que os agentes paguem uma taxa variável. Os empréstimos por grosso e os adiantamentos incluem empréstimos de concessionários totalmente detidos pela Ford.

"Outros" inclui empréstimos vencidos de agentes para capital de exploração e melhorias na propriedade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

14 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES (continuação)

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Locações financeiras brutas				
Até 1 ano	£ 242	£ 297	£ 378	£ 462
Após 1 ano e no prazo de 5 anos	397	305	552	531
Após 5 anos	3	-	3	-
Total de locações financeiras brutas	£ 642	£ 602	£ 933	£ 993
Rendimento financeiro não obtido sobre locações financeiras	£ (45)	£ (48)	£ (62)	£ (70)
Provisão para perdas incorridas em locações financeiras	(2)	(3)	(3)	(4)
Provisão para locação financeira por perdas de valor residual de veículos	-	-	-	-
Suplementos de juros de partes relacionadas não obtidos sobre locações financeiras	(18)	(15)	(22)	(24)
Custos / (taxas) líquidos de origem de locação financeira diferida	8	6	9	8
Investimento líquido em locações de financiamento	£ 585	£ 541,6589735	£ 855	£ 903
Até 1 ano	£ 220	£ 270	£ 346	£ 422
Após 1 ano e no prazo de 5 anos	362	272	506	481
Após 5 anos	3	-	3	-
Total do investimento líquido em locações de financiamento	£ 585	£ 542	£ 855	£ 902,579

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

15 PROVISÃO PARA PERDAS INCORRIDAS

Demonstração da posição financeira	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Retalho				
Saldo no início do período	£ 35	£ 39	£ 36	£ 39
Adições a reservas	29	33	31	33
Utilização de reservas	(35)	(38)	(36)	(38)
Outros	0	0	0	1
Ajuste de conversão	(1)	1	(2)	1
Saldo no final do período	£ 28	£ 35	£ 29	£ 36
Comercialização por grosso				
Saldo no início do período	£ 6	£ 4	£ 6	£ 4
Adições a reservas	2	11	2	11
Utilização de reservas	(3)	(9)	(4)	(9)
Outros	0	0	0	0
Ajuste de conversão	(1)	0	0	0
Saldo no final do período	£ 4	£ 6	£ 4	£ 6
Total				
Saldo no início do período	£ 41	£ 43	£ 42	£ 43
Adições a reservas	31	44	33	44
Utilização de reservas	(38)	(47)	(40)	(47)
Outros	0	0	0	1
Ajuste de conversão	(2)	1	(2)	1
Saldo no final do período	£ 32	£ 41	£ 33	£ 42
Análise da provisão para perdas incorridas:				
Provisão para imparidade específica	£ 0	£ 1	£ 0	£ 2
Provisão para imparidade coletiva	32	40	33	40
Total - Provisões para imparidade	£ 32	£ 41	£ 33	£ 42
Demonstrações dos resultados e outro rendimento integral				
Retalho				
Adições a reservas no período	£ (29)	£ (33)	£ (31)	£ (33)
Recuperações	19	25	21	25
Perdas por imparidade líquidas	£ (10)	£ (8)	£ (10)	£ (8)
Comercialização por grosso				
Adições a reservas no período	£ (2)	£ (11)	£ (2)	£ (11)
Recuperações	3	1	3	1
Perdas por imparidade líquidas	£ 1	£ (10)	£ 1	£ (10)
Total				
Adições a reservas no período	£ (31)	£ (44)	£ (33)	£ (44)
Recuperações	22	26	24	26
Total de perdas por imparidade debitado na "Demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral"	£ (9)	£ (18)	£ (9)	£ (18)

A tabela acima mostra os movimentos ocorridos nas provisão para perdas incorridas.

"Outros" representa a aquisição, em 2013, da carteira da Ford Credit Switzerland.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

16 PROVISÃO PARA PERDAS DE VALOR RESIDUAL DE VEÍCULOS

	Notas	Sociedade		Grupo	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Saldo no início do período		£ 2	3	£ 2	3
Perdas de valor residual debitadas / (creditadas) na demonstração de resultados		1	(1)	1	(1)
Perdas de valor residual incorridas no período		0	0	0	0
Saldo no final do período	14	£ 3	2	£ 3	2

As alterações às provisões do valor residual para contratos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral sob o título rendimento de juros.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

17 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO RELACIONADO

Grupo	Nota	Comercialização por grosso		Retalho		Total		Total	
		Público milhões de libras	Privados milhões de libras	Público milhões de libras	Privados milhões de libras	Público milhões de libras	Privados milhões de libras		
A 31 de dezembro de 2014									
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização	14	£	- £	1 997 £	1 387 £	1 645 £	1 387 £	3 642 £	5 029
A pagar a bancos e outras instituições financeiras	24	£	- £	1 275 £	- £	1 230 £	- £	2 505 £	2 505
Títulos de dívida em emissão	27			-	1 272	-	1 272	-	1 272
Dívida relacionada		£	- £	1 275 £	1 272 £	1 230 £	1 272 £	2 505 £	3 777
A 31 de dezembro de 2013									
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização	14	£	- £	2 661 £	1 112 £	2 438 £	1 112 £	5 099 £	6 211
A pagar a bancos e outras instituições financeiras	24	£	- £	1 399 £	- £	1 801 £	- £	3 200 £	3 200
Títulos de dívida em emissão	27			-	997	-	997	-	997
Dívida relacionada		£	- £	1 399 £	997 £	1 801 £	997 £	3 200 £	4 197

As fontes de financiamento do FCE incluem programas de titularização, bem como outras transações comprometidas de factoring que, geralmente, incluem a transferência de empréstimos e adiantamentos através de uma variedade de programas e estruturas.

A tabela acima resume os saldos relativos às transações de titularização da Sociedade que incluem programas comprometidos de factoring e outro financiamento garantido. A diferença entre "Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização" e "Dívida relacionada" reflete os interesses retidos pela Sociedade, não incluindo caixa associada a transações de titularização.

Interesses retidos

A Sociedade retém os juros subordinados na maior parte das suas transações de titularização. A Sociedade também detém interesses retidos sénior em vários dos seus programas para proporcionar maior flexibilidade no uso da sua capacidade comprometida de titularização. No âmbito destes programas, as contrapartes de financiamento estão legalmente obrigadas, por opção do FCE, a realizar adiantamentos sob títulos garantidos por ativos, reduzindo, assim, os interesses seniores do FCE e gerando proveitos de financiamento. Consulte a secção de Capital e Financiamento do Relatório Estratégico para obter mais detalhes.

A Sociedade retém risco de crédito nas transações de titularização através dos seus interesses retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito. Estas incluem sobre garantia; fundos de reservas de dinheiro segregados, títulos subordinados e spread adicional. A Sociedade detém o direito a quaisquer fluxos de caixa excedentes gerados por estes interesses retidos. A capacidade da Sociedade para realizar o valor dos seus interesses retidos depende das reais perdas de crédito e taxa de pré-pagamento nos ativos titularizados.

A liquidez disponível para suportar as obrigações das SE a 31 de dezembro de 2014 de 322 milhões de libras (31 de dezembro de 2013: 480 milhões de libras) está incluída em "Caixa e seus equivalentes".

Obrigações contínuas

De modo geral, a Sociedade não tem qualquer obrigação de recomprar ou recolocar qualquer ativo titularizado que subseqüentemente entre em incumprimento no pagamento ou de outra forma em incumprimento. Geralmente, os investidores de titularização não têm qualquer recurso à Sociedade ou aos outros ativos da Sociedade por perdas de crédito nos ativos titularizados e não têm qualquer direito de requerer à Sociedade que recompre os seus investimentos. A Sociedade não garante quaisquer títulos garantidos por ativos e não tem qualquer obrigação de fornecer liquidez ou efetuar contribuições monetárias ou contribuições de ativos adicionais às SE, quer devido ao desempenho dos ativos titularizados ou à notação de crédito da dívida a curto ou longo prazo da Sociedade. Contudo, como vendedor e agente de serviços dos ativos titularizados, espera-se que a Sociedade faculte apoio às transações de titularização, o que é habitual no sector da titularização. Estas obrigações incluem indemnizações, obrigações de recompra sobre ativos que não satisfaçam os critérios de elegibilidade ou que foram substancialmente modificados, a venda obrigatória de ativos adicionais em transações renováveis planas e, nalguns casos, adiantamentos de agente de serviços de determinados montantes.

A tabela abaixo fornece informações sobre o justo valor dos ativos transferidos não desreconhecidos e sobre o justo valor dos passivos associados conforme a IFRS 7.

A 31 de dezembro de 2014	Quantia escriturada		Justo Valor
	milhões de libras	milhões de libras	
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização	£	5 029	£ 5 059
Dívida relacionada		3 777	3 775

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

17 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO RELACIONADO (continuação)

Estruturas de transação

A Sociedade utiliza estruturas de amortização e renováveis, e em todos os casos os programas proporcionam o financiamento correspondente dos empréstimos e adiantamentos, tendo a dívida de titularização um perfil de maturidade semelhante ao respetivo empréstimo. A maioria dos seus programas também incluem um compromisso contratual para financiamento dos empréstimos e adiantamentos existentes e futuros, sujeito às condições descritas em mais pormenor abaixo.

	Capacidade de estrutura renovável mil milhões de libras	
Saldo a 1 de janeiro de 2014	£	3,9
Capacidade dedicada com maturidade em 2014		(3,3)
Capacidade dedicada renovada e adicionada em 2014		3,0
Ação de aumento (redução) de capacidade		(0,1)
Ajustes de troca		(0,1)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	£	3,4
Capacidade dedicada de financiamento variável	£	3,2
Capacidade renovável plana		0,2
Saldo a 31 de dezembro de 2014	£	3,4

Em estruturas de amortização, que envolvam a venda de um conjunto estático de ativos, o financiamento associado é reembolsado apenas através da liquidação de empréstimos titularizados e, por conseguinte, o seu perfil de maturidade é semelhante aos ativos correspondentes. Nas estruturas de renovação, a Sociedade pode continuar a vender novos ativos elegíveis originados, ao longo de um período de tempo acordado designado período de renovação, e obter financiamento dos investidores da transação. Na eventualidade de um compromisso contratual não ser renovado no final do período renovável, todos os empréstimos titularizados no ponto de não renovação permanecem financiados, e a dívida correspondente é reembolsada quando os empréstimos são liquidados.

Dentro das estruturas renováveis, a Sociedade utiliza estruturas de financiamento planas e variáveis. Em estruturas renováveis planas, durante o período renovável, os novos ativos são vendidos na transação para manter um nível constante de financiamento. Em estruturas de financiamento variáveis, os níveis de utilização são a critério do FCE.

A 31 de dezembro de 2014, a Sociedade participou numa estrutura renovável plana totalizando 0,2 mil milhões de libras (0,6 mil milhões de libras a 31 de dezembro de 2013) com período renovável a terminar em outubro de 2015.

As estruturas de financiamento variáveis a 31 de dezembro de 2014 totalizaram 3,2 mil milhões de libras da capacidade dedicada (3,3 mil milhões de libras a 31 de dezembro de 2013) dos quais 2,6 mil milhões de libras vencem durante 2015 e

o saldo restante vence até agosto de 2017. A 31 de dezembro de 2014 foram utilizadas 2,2 mil milhões de libras (2,3 mil milhões de libras a 31 de dezembro de 2013) da capacidade dedicada de financiamento variável.

As transações renováveis contêm determinadas características que poderiam impedir a Sociedade de vender conjuntos de ativos adicionais e fazer com que qualquer financiamento existente fosse amortizado. Estas incluem, entre outras, insolvência da FCE ou Ford, perdas de crédito ou níveis de incumprimento no conjunto de ativos a retalho excedendo limites especificados, taxas de pagamento sobre ativos por grosso que caiam abaixo do limite acordado, falha por parte da Sociedade em adicionar o montante requerido de ativos adicionais nas estruturas de renovação, e melhorias de crédito não mantidas nos níveis exigidos. Nenhuma destas transações de titularização incluiu provisões de incumprimento cruzadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

18 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Sociedade				Grupo			
	Beneficiações em propriedades arrendadas milhões de libras	Equipamento de escritório milhões de libras	Veículos a motor milhões de libras	Total milhões de libras	Beneficiações em propriedades arrendadas milhões de libras	Equipamento de escritório milhões de libras	Veículos a motor milhões de libras	Total milhões de libras
Custo								
A 1 de janeiro de 2013	£ 2	£ 5	£ 210	£ 217	£ 2	£ 6	£ 210	£ 218
Adições	-	-	502	502	-	-	502	502
Alienações	-	-	(542)	(542)	-	-	(542)	(542)
Ajuste de conversão	-	-	9	9	-	-	9	9
A 31 de dezembro de 2013 / 1 janeiro de 2014	£ 2	£ 5	£ 179	£ 186	£ 2	£ 6	£ 179	£ 187
Adições	£ -	£ 1	£ 542	£ 543	£ -	£ 1	£ 542	£ 543
Alienações	-	(1)	(460)	(461)	-	(1)	(460)	(461)
Ajuste de conversão	-	-	(19)	(19)	-	-	(19)	(19)
A 31 de dezembro de 2014	£ 2	£ 5	£ 242	£ 249	£ 2	£ 6	£ 242	£ 250
Depreciação								
A 1 de janeiro de 2013	£ 2	£ 4	£ 32	£ 38	£ 2	£ 5	£ 32	£ 39
Débito para o ano	-	-	183	183	-	-	183	183
Ajuste sobre veículos devolvidos	-	-	(33)	(33)	-	-	(33)	(33)
Alienações	-	-	(155)	(155)	-	-	(155)	(155)
Ajuste de conversão	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(2)
A 31 de dezembro de 2013 / 1 janeiro de 2014	£ 2	£ 4	£ 25	£ 31	£ 2	£ 5	£ 25	£ 32
Débito para o ano	£ -	£ -	£ 175	£ 175	£ -	£ -	£ 175	£ 175
Ajuste sobre veículos devolvidos	-	-	(28)	(28)	-	-	(28)	(28)
Alienações	-	(1)	(131)	(132)	-	(1)	(131)	(132)
Ajuste de conversão	-	-	(4)	(4)	-	-	(4)	(4)
A 31 de dezembro de 2014	£ 2	£ 3	£ 37	£ 42	£ 2	£ 4	£ 37	£ 43
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro de 2013	£ -	£ 1	£ 154	£ 155	£ -	£ 1	£ 154	£ 155
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro de 2014	£ -	£ 2	£ 205	£ 207	£ -	£ 2	£ 205	£ 207

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Análise de ativos fixos tangíveis				
Corrente	£ 202	£ 151	£ 202	£ 151
Não corrente	5	4	5	4
Total	£ 207	£ 155	£ 207	£ 155

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Locações operacionais				
Custo	£ 239	£ 176	£ 239	£ 176
Depreciação acumulada	(36)	(25)	(36)	(25)
Total	£ 203	£ 151	£ 203	£ 151

202 milhões de libras de locações operacionais vencem no período de um ano e 1 milhão de libras de locações operacionais vencem após um ano e no período de cinco anos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

19 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER E A PAGAR

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Tributação do Reino Unido	£ 88	£ -	£ 88	£ -
Tributação no estrangeiro	5	10	5	11
A receber de impostos sobre o rendimento	£ 93	£ 10	£ 93	£ 11
Tributação do Reino Unido	£ 67	£ 104	£ 67	£ 104
Tributação no estrangeiro	34	24	34	25
Impostos sobre o rendimento a pagar	£ 101	£ 128	£ 101	£ 129
Impostos sobre o rendimento líquidos a receber / (a pagar)	£ (8)	£ (118)	£ (8)	£ (118)
Corrente	£ (8)	£ (118)	£ (8)	£ (118)
Não corrente	-	-	-	-
Total	£ (8)	£ (118)	£ (8)	£ (118)

A tributação do Reino Unido de 2014 a receber e a pagar, supracitada, inclui 41 milhões de libras de juros de impostos sobre o rendimento que serão pagos no momento de receção a uma sociedade relacionada no grupo fiscal do Reino Unido.

20 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Ativo a 1 de janeiro	£ 54	£ 55	£ 48	£ 68
Crédito/(débito) da demonstração de resultados	3	-	5	(7)
Transferências	0	0	0	-11
Ajuste da conversão cambial	(3)	(1)	(2)	(2)
Ativo a 31 de dezembro	£ 54	£ 54	£ 51	£ 48

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

20 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (continuação)

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Ativo por impostos sobre rendimento diferidos				
Depreciação fiscal acelerada	£ 22	£ 23	£ 22	£ 23
Perdas fiscais	25	22	25	22
Reservas para perdas e outras diferenças temporárias	15	18	19	22
Ativo por impostos sobre rendimento diferidos	£ 62	£ 63	£ 66	£ 67
Passivo por impostos sobre rendimento diferidos				
Depreciação fiscal acelerada	£ (4)	£ (6)	£ (4)	£ -6
Perdas fiscais	-	-	-	-
Reservas para perdas e outras diferenças temporárias	(4)	(3)	(11)	(13)
Passivo por impostos sobre rendimento diferidos	£ (8)	£ (9)	£ (15)	£ (19)
Ativo a 31 de dezembro	£ 54	£ 54	£ 51	£ 48

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados na demonstração da posição financeira onde esses saldos se referam à mesma autoridade fiscal. Todos os ativos e passivos por impostos diferidos no balanço são classificados como rubricas correntes.

	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Depreciação fiscal acelerada	£ 2	£ -1	£ 2	£ -1
Perdas fiscais	3	-6	3	-6
Reservas para perdas e outras diferenças temporárias	(2)	7	-	0
Crédito/(débito) da demonstração de resultados	£ 3	£ 0	£ 5	£ -7

O imposto sobre as sociedades do Reino Unido foi reduzido de 23% para 21%, a partir de 1 de abril de 2014 e, por conseguinte, a taxa de imposto sobre as sociedades do Reino Unido para 2014 é de 21,5%. A Lei das Finanças de 2013 estabeleceu uma redução da principal taxa de imposto sobre as sociedades em vigor a partir de 1 de abril de 2015 para 20%, o que se refletiu em impostos diferidos a 31 de dezembro de 2014.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

21 GOODWILL E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sociedade Goodwill				Grupo			
	Goodwill	Software Criado internamente	Adquirido externamente	Total	Software Criado internamente	Adquirido externamente	Total	
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Custo								
A 1 de janeiro de 2013	£ 212	£ 23	£ 17	£ 252				
Adições	-	5	-	5				
Alienações	-	(2)	-	(2)				
A 31 de dezembro de 2013 / 1 janeiro de 2014	£ 212	£ 26	£ 17	£ 255				
Adições	-	3	-	3				
Alienações	-	(2)	-	(2)				
A 31 de dezembro de 2014	£ 212	£ 27	£ 17	£ 256				
Amortização e imparidade acumuladas								
A 1 de janeiro de 2013	£ (64)	£ (15)	£ (16)	£ (95)				
Débito de amortização para o exercício	-	(1)	(1)	(2)				
Alienações	-	-	-	-				
A 31 de dezembro de 2013 / 1 janeiro de 2014	£ (64)	£ (16)	£ (17)	£ (97)				
Débito de amortização para o exercício	-	(1)	-	(1)				
Alienações	-	-	-	-				
A 31 de dezembro de 2014	£ (64)	£ (17)	£ (17)	£ (98)				
Valor contábilístico líquido a 31 de dezembro de 2013	£ 148	£ 10	£ -	£ 158				
Valor contábilístico líquido a 31 de dezembro de 2014	£ 148	£ 10	£ -	£ 158				

"**Outros ativos intangíveis**" referem-se totalmente a custos de desenvolvimento de software que são antecipados para gerar futuros benefícios econômicos ao FCE. Os custos de desenvolvimento de software são amortizados na demonstração de resultados em "Gastos operacionais" ao longo da vida útil estimada do sistema conforme especificado na rubrica Política Contábilística T (ii) "Outros ativos intangíveis".

O "**Goodwill**" reconhecido na Sociedade refere-se ao Ford Bank Germany, uma antiga subsidiária integral. A Unidade geradora de caixa (UGC) é o segmento da Alemanha da Sociedade.

É realizada anualmente uma análise da imparidade da UGC com base no valor em uso, usando as projeções de fluxo de caixa baseadas nas previsões do plano de negócios a cinco anos da UGC e uma taxa de desconto indicativa de preços recentes registados pelo FCE no mercado.

Os pressupostos-chave dentro das previsões do plano de negócios a cinco anos incluem:

- Vendas da indústria automível, quota da Ford dessas vendas e novos contratos do FCE como uma percentagem dessas vendas,
- Taxas de empréstimo do mercado,
- Desempenho do valor residual do veículo e perda de crédito.

Estes pressupostos baseiam-se na experiência histórica e nas expectativas de futuras alterações no mercado. Para lá do período do plano de negócios a cinco anos, a taxa de crescimento estimada usada baseia-se nas expectativas de inflação local.

Se o pressuposto de "Lucros antes de impostos" usado na previsão do plano de negócios a cinco anos para a UGC fosse reduzido em 10% por ano, o goodwill da UGC não seria prejudicado.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

22 INVESTIMENTO NUMA JOINT VENTURE

A 31 de dezembro	2014		2013	
	milhões de libras		milhões de libras	
Ativo circulante	£	271	£	263
Ativos a longo prazo		127		146
Total do ativo	£	398	£	409
Passivos correntes	£	235	£	256
Passivos a longo prazo		120		111
Total do passivo	£	355	£	367
Receita	£	20	£	25
Gastos operacionais		(16)		(21)
Resultados antes de impostos	£	4	£	4
Gasto de imposto sobre o rendimento	£	(1)	£	(1)
Participação nos lucros de uma joint venture	£	3	£	3

A joint venture Forso Nordic AB ("Forso") do FCE, é uma sociedade sueca regulamentada com sucursais a operar na Dinamarca e Noruega e com uma subsidiária localizada na Finlândia. É 50% menos uma ação pertencente a Saracen Holdco Ab, uma subsidiária totalmente detida pelo FCE. As participações do FCE na Forso são reportadas no balanço na rubrica "Investimento numa joint venture". As alterações no valor do investimento estão detalhadas na Nota 43 "Operações com partes relacionadas".

As restantes participações da Forso são detidas pela CA Consumer Finance, uma subsidiária de crédito ao consumo do Crédit Agricole S.A.

O Conselho de Administração da Forso é composto por seis Administradores e ambas as partes da joint venture encontram-se igualmente representadas. Um quórum requer que pelo menos dois terços dos Administradores estejam presente e que ambas as partes estejam igualmente representadas. Todos os negócios decorrentes na assembleia do Conselho serão determinados por uma deliberação aprovada pelo voto favorável de pelo menos dois terços de todos os Administradores.

A Forso é uma instituição regulada na Suécia e é-lhe exigido, entre outras coisas, que mantenha reservas mínimas de capital.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

23 INVESTIMENTOS NOOUTRAS ENTIDADES

Os investimentos em organismos do grupo a 31 de dezembro eram os seguintes:

A 31 de dezembro	Sociedade	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Valor contabilístico líquido a 1 de janeiro	£ 100	£ 339
Aquisição de ações em subsidiárias	0	84
Cancelamento de ações em subsidiárias	0	(323)
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	£ 100	£ 100
Corrente	£ 0	£ 0
Não corrente	100	100
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	£ 100	£ 100
Investimento em bancos incluído acima	£ 7	£ 7

Os investimentos em entidades exteriores ao grupo a 31 de dezembro eram os seguintes:

A 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Justo valor a 1 de janeiro	£ 3	£ 3
Ajuste do justo valor através de "Outro rendimento integral"	0	0
Justo valor a 31 de dezembro	£ 3	£ 3
Corrente	£ 0	£ -
Não corrente	3	3
Justo valor a 31 de dezembro	£ 3	£ 3

A 31 de julho de 2013, o FCE adquiriu 100% do capital social da Ford Credit (Switzerland) GmbH. A Ford Credit (Switzerland) GmbH era anteriormente uma subsidiária detida a 100% pela Volvo Auto Bank Deutschland GmbH, uma sociedade afiliada que tem a Ford como empresa-mãe. O justo valor da contrapartida da aquisição pelo FCE foi de 84 milhões de libras, medidos como valor escriturado dos ativos líquidos. Esta aquisição está englobada em "Aquisição de ações em subsidiárias".

Durante 2013, a Sociedade empreendeu ações de reestruturação do capital relacionadas com a FCE Leasing (Holdings) Limited, Volvo Car Finance Limited, Meritpoint Limited e Primus Automotive Financial Services Limited, todas subsidiárias da Sociedade no Reino Unido. A Sociedade cancelou todas as ações nesta entidade à exceção de uma, que está englobada em "Cancelamento de ações em subsidiárias".

"Investimento em bancos" diz respeito ao FCE Bank Polska S.A., que, na qualidade de banco regulamentado, é obrigado, entre outros aspetos, a manter reservas de capital mínimas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

23 INVESTIMENTOS NOOUTRAS ENTIDADES (continuação)

Lista de Empresas Consolidadas

Participações subsidiárias				
Entidade	País de constituição	Atividade principal	Contabilidade Data de referência	Propriedade
FCE Leasing (Holdings) Limited	Inglaterra e País de Gales	Dormant	31 de dezembro	1
Volvo Car Finance Limited	Inglaterra e País de Gales	Dormant	31 de dezembro	1
FCE Credit s.r.o.	República Checa	Sociedade financeira	31 de dezembro	1
FCE Credit Hungry Zrt	Hungria	Sociedade financeira	31 de dezembro	1
FCE Services Kft *	Hungria	Sociedade financeira	31 de dezembro	1
FCE Bank Polska S.A.	Polónia	Banco	31 de dezembro	1
FCE Credit Polska S.A.	Polónia	Sociedade financeira	31 de dezembro	1
Ford Credit (Switzerland) GmbH	Suíça	Sociedade financeira	31 de dezembro	1
Saracen Holdco Ab	Suécia	Sociedade holding	31 de dezembro	1
Globaldrive (Switzerland) GmbH *	Suíça	Entidade de finalidade especial	31 de dezembro	1

*subsidiárias detidas indiretamente pela Sociedade

Entidades estruturadas (SE)*				
Entidade	País de constituição	Ativos titularizados ou tipo de SE	Contabilidade Data de referência	Propriedade
SE de retalho ativas				
Globaldrive Receivables Trustee (UK) Two Limited	Inglaterra	Retalho - Reino Unido - Agente fiduciário de valores a receber	31 de dezembro	0
Globaldrive (UK) Variable Funding I plc	Inglaterra	Retalho - Reino Unido	31 de dezembro	0
Globaldrive Holding Limited	Inglaterra	UK VFN I-Holding Company	31 de dezembro	0
Globaldrive France 2	França	França - Retalho/locação	31 de dezembro	0
Globaldrive (UK) Variable Funding II plc	Inglaterra	Retalho - Reino Unido	31 de dezembro	0
Globaldrive Germany Retail Lease VFN 1 B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho/Locação	31 de dezembro	0
Globaldrive Auto Receivables 2011-A B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
Globaldrive Germany Retail VFN 2011 B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
Globaldrive Auto Receivables 2012-A B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
Globaldrive Auto Receivables 2013-A B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
Globaldrive Auto Receivables 2014-A B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
Globaldrive Auto Receivables 2014-B B.V.	Países Baixos	Alemanha - Retalho	31 de dezembro	0
SE por grosso ativas				
Globaldrive UK Dealer Floorplan Holdings Limited	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Sociedade holding	31 de dezembro	0
Globaldrive UK Dealer Floorplan Funding I Limited	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Financiamento	31 de dezembro	0
Globaldrive UK Dealer Floorplan Receivables Trustee I Ltd	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Agente fiduciário de valores a receber	31 de dezembro	0
Globaldrive Dealer Floorplan Germany 2012 B.V.	Países Baixos	Alemanha - Por grosso	31 de dezembro	0
SE de retalho inativas (liquidação pendente):				
Globaldrive Spain VFN 2 BV	Países Baixos	Espanha - Retalho	Em processo de liquidação	
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Holdings Limited	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Sociedade holding	Em processo de liquidação	
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Funding Limited	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Financiamento	Em processo de liquidação	
Globaldrive UK Dealer Floorplan II Receivables Trustee Ltd	Jersey	Reino Unido - Por grosso - Agente fiduciário de valores a receber	Em processo de liquidação	
Globaldrive (UK) Retail 2011 plc	Inglaterra	Retalho - Reino Unido	Em processo de liquidação	
Globaldrive Netherlands VFN 2 B.V.	Países Baixos	Países Baixos - Retalho	Em processo de liquidação	

*Quase subsidiárias da Sociedade, como reconhecidas conforme a IFRS 10 e incluídas no âmbito da consolidação das contas do Grupo.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

24 DÍVIDAS A BANCOS E A OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras não relacionadas com titularização				
Empréstimos de bancos e outras instituições financeiras	£ 292	£ 255	£ 404	£ 383
Descobertos bancários	3	10	3	12
Subtotal:	£ 295	£ 265	£ 407	£ 395
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras relacionadas com titularização				
Obrigações procedentes de titularização de empréstimos e adiantamentos	£ 650	£ 591	£ 2505	£ 3200
Subtotal:	£ 650	£ 591	£ 2 505	£ 3 200
Total a pagar a bancos e outras instituições financeiras	£ 945	£ 856	£ 2 912	£ 3 595
Corrente	£ 658	£ 533	£ 1 461	£ 2 135
Não corrente	287	323	1 451	1 460
Total a pagar a bancos e outras instituições financeiras	£ 945	£ 856	£ 2 912	£ 3 595

As "Obrigações procedentes de titularização de contas a receber" refletem as vendas de empréstimos concluídas sob transações privadas. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos para o desreconhecimento previstos na IAS 39 "Instrumentos financeiros, reconhecimento e medição", os empréstimos e a dívida associada não são retirados do balanço.

Nos casos em que a Sociedade celebra um acordo de financiamento estruturado com agentes financeiros terceiros, e nenhuma estrutura de SE está envolvida, é reconhecido um passivo no balanço da Sociedade representando os proveitos líquidos recebidos da transferência legal de ativos para o agente financeiro. Esse passivo não representa a obrigação legal da Sociedade e é pagável apenas a partir das cobranças nos ativos subjacentes transferidos para a fonte de financiamento ou interesses retidos.

25 DEPÓSITOS

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Depósitos de revendedor	£ 47	£ 50	£ 47	£ 50
Outros depósitos	£ 4	£ 1	£ 4	£ 1
Total de depósitos	£ 51	£ 51	£ 51	£ 51
Corrente	£ 49	£ 51	£ 49	£ 51
Não corrente	2	-	2	-
Total de depósitos	£ 51	£ 51	£ 51	£ 51

Os "Depósitos de agente" incluem montantes utilizados para reduzir as concentrações de exposição. No caso de incumprimento da contraparte, os depósitos recebidos podem ser compensados com os montantes devidos à Sociedade.

"Outros depósitos" englobam montantes recebidos de outras instituições incluindo companhias de seguros e instituições governamentais.

Os depósitos estão disponíveis para serem utilizados nas operações cotidianas da Sociedade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

26 DÍVIDAS À EMPRESA-MÃE E A PARTICIPAÇÕES ASSOCIADAS

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Empréstimos da FCSH GmbH	£ 370	£ 485	£ 370	£ 485
Empréstimo da Ford Credit	777	831	777	831
Depósitos recebidos de participações relacionadas	13	11	31	24
Dívida sénior total	£ 1 160	£ 1 327	£ 1 178	£ 1 340
Recebimentos de caixa líquidos procedentes da venda de empréstimos e adiantamentos	£ 2 663	£ 3 201	£ -	£ -
Contas a pagar a participações relacionadas	58	83	51	61
Juros acumulados	2	3	2	3
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	£ 3 883	£ 4 614	£ 1 231	£ 1 404
Corrente	£ 1 606	£ 1 988	£ 466	£ 143
Não corrente	2 277	2 626	765	1 261
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	£ 3 883	£ 4 614	£ 1 231	£ 1 404

Os "Empréstimos da FCSH GmbH" consistem em dois empréstimos da FCSH ao FCE denominados em libra esterlina, um empréstimo de 70 milhões de libras a vencer em junho de 2015 e um empréstimo de 300 milhões de libras a vencer em dezembro de 2018.

Os "Empréstimos da Ford Credit" consistem em dois empréstimos da Ford Credit ao FCE denominados em euros, um empréstimo de 400 milhões de euros (aproximadamente 312 milhões de libras) a vencer em maio de 2015 e um empréstimo de 597 milhões de euros (aproximadamente 465 milhões de libras) a vencer em junho de 2017.

Os "Recebimentos líquidos de caixa procedentes de empréstimos e adiantamentos" representam os proveitos recebidos da transferência de ativos para uma SE. Esse passivo é reportado líquido de interesses retidos e não consiste numa obrigação legal da Sociedade. É reembolsável apenas a partir das cobranças nos ativos subjacentes transferidos para a fonte de financiamento ou interesses retidos.

"Contas a pagar a organismos associados" incluem saldos gerados no decurso normal da atividade. Esses saldos são habitualmente fixados numa base diária ou mensal.

"Juros acumulados" representam os juros devidos em "Total de dívida sénior".

Os outros montantes devidos à Ford Credit e FCI são registados na Nota 30 "Empréstimos subordinados".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

27 TÍTULOS DE DÍVIDA EM EMISSÃO

	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
A 31 de dezembro				
Dívida cotada:				
Emissão pública de Eurotítulos de médio prazo (EMTN)	£ 4 806	£ 3 465	£ 4 806	£ 3 465
Subtotal de Eurotítulos de médio prazo (EMTN) cotados	£ 4 806	£ 3 465	£ 4 806	£ 3 465
Obrigações procedentes de titularização	£ 0	£ 0	£ 1 272	£ 997
Subtotal da dívida cotada	£ 4 806	£ 3 465	£ 6 078	£ 4 462
Dívida não cotada:				
Emissão privada de Eurotítulos de médio prazo (EMTN)	£ 276	£ 231	£ 276	£ 231
Schuldschein (consultar a definição abaixo)	£ 39	£ 58	£ 39	£ 58
Títulos de dívida em emissão	£ 5 121	£ 3 754	£ 6 393	£ 4 751
Corrente	£ 866	£ 462	£ 1 333	£ 802
Não corrente	£ 4 255	£ 3 292	£ 5 060	£ 3 949
Títulos de dívida em emissão	£ 5 121	£ 3 754	£ 6 393	£ 4 751
Análise dos títulos de dívida em emissão				
Empréstimos não garantidos	£ 5 121	£ 3 754	£ 5 121	£ 3 754
Obrigações procedentes da venda de empréstimos e adiantamentos	-	-	£ 1 272	£ 997
Títulos de dívida em emissão	£ 5 121	£ 3 754	£ 6 393	£ 4 751

O programa EMTN do Grupo teve um limite de emissão de 12 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (ou o equivalente noutras moedas) a 31 de dezembro de 2014. O Prospeto Base EMTN contém informações relativas a todas as obrigações e data de 22 de janeiro de 2015, quando o limite de emissão aumentou para 15 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. As obrigações emitidas sob o programa EMTN são cotadas na Cotação Oficial da Bolsa de Valores do Luxemburgo e são admitidas à negociação no mercado regulamentado da Bolsa de Valores do Luxemburgo. O endereço da página de Internet da Bolsa de Valores do Luxemburgo é fornecido na página 122.

A Sociedade reembolsou 500 milhões de euros (aproximadamente 390 milhões de libras) da dívida EMTN, que venceu em janeiro de 2014.

A Sociedade concluiu emissões de EMTN públicas em fevereiro de 2014 no valor de 650 milhões de euros (aproximadamente 507 milhões de libras), que vencem em 2019; 200 milhões de euros (aproximadamente 156 milhões de libras) em abril de 2014, que vencem em 2016; 250 milhões de libras em maio de 2014, que vencem em 2018; 650 milhões de euros (aproximadamente 507 milhões de libras) em junho de 2014, que vencem em 2021 e 400 milhões de libras em novembro 2014, que vencem em 2019.

O restante movimento relativo ao EMTN a partir de dezembro de 2013 representa sobretudo emissão privada e reavaliação cambial.

As "**Obrigações procedentes de titularização de contas a receber**" refletem as vendas de empréstimos concluídas sob transações abertas ao público. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos de desreconhecimento previstos na IAS 39 "Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração", os empréstimos vendidos permanecem na demonstração da posição financeira da Sociedade. A dívida associada é uma obrigação legal das SE de titularização e, como tal, está refletida no balanço do Grupo.

Durante 2014, o Grupo concluiu duas emissões de dívida de titularização pública primária. Em maio de 2014, no valor de 516 milhões de euros (aproximadamente 402 milhões de libras) e em outubro de 2014, no valor de 490 milhões de euros (aproximadamente 382 milhões de libras).

"**Schuldschein**" são certificados de endividamento regidos pela lei alemã.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

28 PROVISÕES

	Sociedade			Grupo		
	Legal	Reestruturação	Total	Legal	Reestruturação	Total
	milhões de libras					
A 1 de janeiro de 2013	£	- £	18 £	18 £	- £	18 £
Adições		27	5	32	27	5
Utilizadas		(3)	(12)	(15)	(3)	(12)
Não utilizadas		-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2014	£	24 £	11 £	35 £	(24) £	11 £

Na sequência de decisões judiciais dos tribunais alemães aplicáveis a todo o setor, em outubro de 2014, sobre a legalidade das comissões de administração cobradas aos clientes antes de 2012 (o FCE deixou de cobrar comissões de administração aos clientes a partir de fevereiro de 2012), a Sociedade definiu uma "provisão para ações legais" no valor de 27 milhões de libras, com base no número previsto de reivindicações válidas que se enquadrem no estatuto de limitação. A Sociedade não considera razoavelmente provável, com base numa análise interna, que esta questão tenham um efeito significativo após 2014, embora tal seja possível. A Sociedade continuará a monitorizar os volumes de reivindicações reais face às projeções internas e, se necessário, fará um ajuste destas provisões.

A Sociedade anunciou várias melhorias da estrutura do negócio e adaptações para as quais foi oferecido um programa de separação. Os custos associados às ações de reestruturação, de 5 milhões de libras, estão relacionados sobretudo com separações de colaboradores e foram imputados em "Gastos operacionais".

29 OUTROS PASSIVOS

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014	2013	2014	2013
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Juros acumulados sobre a dívida	£ 64	£ 88	£ 65	£ 89
Valores comerciais a pagar	64	69	72	81
Passivos apurados e rendimento diferido	65	88	72	100
Subvenção de locação operacional	36	27	36	27
Total de outros passivos	£ 229	£ 272	£ 245	£ 297
Corrente	£ 229	£ 272	£ 245	£ 297
Não corrente	-	-	-	-
Total de outros passivos	£ 229	£ 272	£ 245	£ 297

"Subvenções de locação operacional" estão relacionadas com suplementos e outros pagamentos de apoio de partes relacionadas fornecidos para locações operacionais em veículos em que a FCE é o locador. O montante diferido é reconhecido em "Outro rendimento operacional" ao longo do termo da locação.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

30 EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

A 31 de dezembro	Sociedade/Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Empréstimos perpétuos	£ 214	£ 211
Total de montantes de empréstimos	£ 214	£ 211
Valor de Tier 2 dos empréstimos perpétuos	£ 214	£ 211
Total do valor de Tier 2	£ 214	£ 211
Análise dos empréstimos subordinados		
A pagar à FCI	£ 140	£ 132
A pagar à Ford Credit	74	79
Total de empréstimos subordinados	£ 214	£ 211

Os empréstimos listados acima preenchem os requisitos de elegibilidade enquanto instrumentos de capital Tier 2 e estão incluídos no cálculo dos "Fundos Próprios". Para informações adicionais, consulte a Nota 33 "Componentes e capital".

Os empréstimos do Ford Credit são denominados em Euros. Os empréstimos da FCI são denominados em dólares dos Estados Unidos e são obtidos através de um plano de empréstimo subordinado de 1 milhar de milhões de dólares dos Estados Unidos. Esse instrumento permite à Sociedade responder rapidamente caso um apoio de capital adicional seja requerido. De acordo com as condições acordadas, a Sociedade pode requerer levantamentos até ao montante máximo de capital. Qualquer montante do instrumento que não seja utilizado ficará disponível, sujeito à aceitação do pedido de levantamento pelo credor, até que seja cancelado pela Sociedade ou pela FCI. Os derivados de moedas são utilizados para minimizar os riscos monetários no financiamento denominado em dólar dos Estados Unidos.

Em caso de dissolução da Sociedade, os direitos da FCI e da Ford Credit ao pagamento e aos juros de todos os empréstimos subordinados estão subordinados aos direitos de todos os credores não subordinados da Sociedade com relação ao respetivo crédito com grau de prioridade superior.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

31 AÇÕES ORDINÁRIAS E PRÊMIOS DE AÇÕES

Sociedade e Grupo

Para o exercício findo a 31 de dezembro

	2014		2013	
	milhões de libras		milhões de libras	
Atribuídas, exercidas e pagas integralmente a 1 de janeiro e a 31 de dezembro				
614 384 050 ações ordinárias de £1 cada (2013: 614 384 050)	£	614	£	614
Prêmio de ação a 1 de janeiro e a 31 de dezembro	£	352	£	352

Capital social

Não houve alterações ao capital social emitido do FCE durante o exercício. A conta de prêmios de emissão é considerada capital permanente do FCE e não está disponível para distribuição. Nenhum Administrador, diretor ou colaborador é proprietário, nem detém ações, nem é proprietário, nem detém opções sobre ações da Sociedade ou respetivas subsidiárias.

Desde 1 de janeiro de 2003, o capital social total emitido do FCE foi de 614 milhões de libras, composto por 614 384 050 ações ordinárias de 1 libra. A 26 de novembro de 2013, a propriedade de todas as ações do FCE, à exceção de uma, foi transferida da FCI para a FCSH, uma subsidiária indireta totalmente detida pela FMCC. A FCI manteve-se o proprietário efetivo de uma ação, mantida em fideicomisso pela FMCC desde 9 de outubro de 2000.

Contrato de assistência

Em conformidade com um contrato de assistência entre a FMCC e o FCE, com data de 30 de setembro de 2004, a FMCC concordou com o FCE em manter, direta ou indiretamente, uma participação maioritária do capital social emitido do FCE não inferior a 75%, e em manter ou velar pela manutenção de património líquido do FCE não inferior a 500 milhões de dólares dos Estados Unidos.

O contrato de 5 anos estabelece a renovação automática da data de cessação a 1 de fevereiro de cada ano para um período adicional de um ano que termina a 31 de janeiro do ano seguinte. Qualquer parte pode cessar o presente contrato notificando a outra parte com um mês de antecedência, caso em que o contrato cessará na data de denúncia da última data de extensão anterior. Nenhuma das partes enviou à outra uma notificação por escrito até 19 de março de 2015, como tal a data de cessação foi automaticamente prorrogada por mais um ano, até 31 de janeiro de 2021.

32 DIVIDENDO POR AÇÃO

Em 2014 o FCE não declarou dividendos. Em 2013 foi pago um dividendo de 485 milhões de libras aos acionistas. O pagamento equivaleu a aproximadamente 78,94 pences por ação ordinária.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

33 COMPONENTES DE CAPITAL

		Grupo	
Para o exercício findo a 31 de dezembro		2014	2013
Nota	milhões de libras	milhões de libras	
Capital Tier 1			
Capital Common Equity Tier 1 / Basileia II: Core Tier 1			
Instrumentos de capital elegíveis como Capital CET 1			
Capital social	31	£ 614	£ 614
Prémio de ação	31	352	352
Lucros não distribuídos			
Lucros não distribuídos de anos anteriores		541	395
Lucros ou prejuízos elegíveis:			
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		147	152
(-) Parte do lucro intercalar ou do final do exercício não elegível		0	0
Diferenças cambiais e outras reservas		137	202
Ajuste a CET1 devido a filtros prudenciais			
Ganhos e perdas de justo valor procedentes do risco de crédito próprio da instituição relacionado com passivos derivados		-	-
Deduções do CET1:			
Goodwill	21	0	-
Outros ativos intangíveis	21	(10)	-
Ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura e que não resultam de diferenças temporárias líquidos de passivos fiscais associados		(25)	-
Capital Common Equity Tier 1 Total (CET1) / Basel II: Core Tier 1		£ 1756	£ 1715
Capital Tier 1 adicional			
Memo: Filtros prudenciais Basileia I do Capital T1		£ -	£ 6
Memo: Deduções Basileia II do Capital T1		-	(10)
Capital Tier 1 (T1) total		£ 1756	£ 1711
Capital Tier 2			
Instrumentos de capital e empréstimos subordinados elegíveis como Capital T2	30	£ 214	£ 211
Provisão para imparidade coletiva	15	33	40
Capital Tier 2 (T2) total		£ 247	£ 251
Memo: Deduções Basileia II dos totais de Capital T1 e T2		-	(43)
Total de fundos próprios / Total de capital regulamentar		£ 2003	£ 1919
Rácios			
Rácio de Common Equity Tier 1 (CET1) (%)		16,3%	18,5%
Total de rácio de capital (%)		18,6%	20,7%

• Não foram necessárias quaisquer deduções ao abrigo do CET1, dado que o FCE não excedeu o limiar de capital próprio definido no Artigo 36.º do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do CRR.

Em 31 de dezembro de 2014, a Base de Capital do FCE (agora denominada como Fundos Próprios) foi calculada de acordo com as normas regulamentares do CRD IV, que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014.

As principais diferenças com impacto sobre o FCE entre as atuais normas do CRD IV, aplicáveis aos cálculos de 2014, e as normas anteriores de Basileia II, a partir das quais foram determinados os valores de 2013 (em itálico), são:

- O Capital Core Tier 1 passou a ser designado no CRD IV como Capital CET1.
- O filtro prudencial referente ao justo valor, ao abrigo do CRD IV, está limitado ao ajuste de ganhos e perdas resultantes do risco de crédito próprio da instituição relacionado com passivos derivados. O filtro prudencial de

Basileia II era mais abrangente.

- As deduções do capital Tier 1, ao abrigo das normas do CRD IV, são agora feitas diretamente do capital CET1, e não do capital Tier 1, ao abrigo das normas de Basileia II.
- Certas rubricas que anteriormente eram deduzidas do Capital Total, ao abrigo das normas de Basileia II, agora são apenas consideradas deduções pelas normas do CRDIV se excederem uma percentagem limiar do capital.
- Ao abrigo das normas de Basileia II, os ativos por impostos diferidos faziam parte dos requisitos de capital de um banco, mas ao abrigo das normas do CRD IV estes dividem-se entre ativos que decorrem de diferenças temporárias e ativos que não decorrem de diferenças temporárias, sendo os primeiros considerados deduções apenas se excederem uma percentagem limiar do capital e os últimos são sempre deduzidos do capital CET1.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

33 COMPONENTES DE CAPITAL (continuação)

Fundos próprios

Em conformidade com a aceleração da definição final do CRD IV por parte da PRA, a tabela apresenta os fundos próprios calculados numa base "fully loaded".

O capital Tier 1 do FCE é totalmente constituído por capital Core Equity Tier 1 (CET1). Isto consiste em capital social totalmente realizado e prémios de emissões de ações (para mais informações veja a Nota 31 e as Demonstrações de alterações no capital próprio).

- O Tier 2 engloba empréstimos subordinados qualificados e provisões por imparidade coletiva relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes e a locações operacionais. Consulte a Nota 30 para mais informações sobre os termos e condições dos empréstimos subordinados do FCE e a Nota 15 para informações sobre provisões por imparidade coletiva, na tabela de provisão para perdas incorridas.

O FCE exclui o lucro não auditado de submissões regulamentares.

Em 2014, o capital Tier 1 aumentou para 1756 milhões de libras (2013: 1711 milhões de libras) resultando sobretudo de um aumento dos lucros não distribuídos em anos anteriores, conforme expresso nas "Demonstrações de alterações no capital próprio", na página 41. No entanto, isso foi parcialmente compensado por diferenças cambiais e deduções de ativos por impostos diferidos.

O capital Tier 2 diminuiu ligeiramente em 2014 para 247 milhões de libras (2013: 251 milhões de libras) sobretudo devido a uma diminuição das provisões por imparidade coletiva para 33 milhões de libras (2013: 40 milhões de libras), sendo parcialmente compensado pelas variações cambiais das moedas dos empréstimos subordinados.

A política do FCE consiste em gerir a sua base de capital objetivando níveis de referência que excedam todas as exigências regulamentares previstas, atuais e futuras, e capazes de sustentar alterações esperadas em ativos e taxas de câmbio.

O FCE Bank Polska S.A. é um banco regulado e está sujeito aos requisitos de capital regulamentares que requerem a manutenção de certos níveis mínimos de capital. Durante dois anos foi anunciado que as entidades individuais dentro do FCE cumpriam com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitas.

Conciliação da demonstração da posição financeira - ativos

Grupo	Elementos de fundos próprios				
	Demonstração da posição financeira milhões de libras	Deduções do CET1 milhões de libras	Ítems Tier 2 milhões de libras	Redução do risco de crédito milhões de libras	Sujeito a risco de crédito milhões de libras
Para o exercício findo a 31 de dezembro					
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes	£ 1628	£ 0	£ 0	£ 0	£ 1628
Instrumentos financeiros derivados	163	0	0	0	163
Outros ativos	288	0	0	(8)	280
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10548	0	33	(344)	10237
Ativos fixos tangíveis	207	0	0	0	207
A receber de impostos sobre o rendimento	93	0	0	0	93
Ativos por impostos diferidos	66	(25)	0	0	41
Goodwill e outros ativos intangíveis	10	(10)	0	0	0
Investimento numa joint venture	43	0	0	0	43
Investimento noutras entidades	3	0	0	0	3
TOTAL DO ATIVO	£ 13049	£ (35)	£ 33	£ (352)	£ 12695

A tabela acima apresenta a conciliação dos ativos da demonstração da posição financeira do FCE, apresentada na página 39, dos ativos sujeitos a risco de crédito.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

33 COMPONENTES DE CAPITAL (continuação)

Conciliação da demonstração da posição financeira – passivo e capital próprio dos acionistas

GRUPO Para o ano findo a 31 de dezembro de 2014	Elementos de fundos próprios			
	Demonstração da posição financeira	Itens de Common Equity Tier 1 (CET1)		Itens de Tier 2 (T2)
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
PASSIVOS				
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	£ 2912	£ 0		0
Depósitos de empresas	51	0		0
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	1231	0		0
Instrumentos financeiros derivados	61	0		0
Títulos de dívida em emissão	6393	0		0
Disposições e outros passivos	280	0		0
Impostos sobre o rendimento a pagar	101	0		0
Passivos por impostos diferidos	15	0		0
Empréstimos subordinados	214	0		214
TOTAL DO PASSIVO	£ 11258	£ 0		214
CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS				
Ações ordinárias	£ 614	£ 614		0
Prémio de ação	352	352		0
Lucros não distribuídos	825	825		0
	£ 1791	£ 1791		0
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS	£ 13049	£ 1791		214

- Não foram necessárias quaisquer deduções ao abrigo do CET1, dado que o FCE não excedeu o limiar de capital próprio definido no Artigo 36.º do Regulamento (UE) N.º 575/2013 do CRR.
- A FCE não detém qualquer capital Tier 1 (AT1) adicional.

A tabela acima apresenta a conciliação do passivo e do capital próprio dos acionistas da demonstração da posição financeira do FCE, apresentada na página 39, dos componentes dos fundos próprios do FCE, conforme expressos na página 85.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Em todas as localizações do FCE, à exceção da Grécia, Hungria e Polónia os colaboradores participam em planos de benefício definido e em planos de contribuição definida administrados pelo grupo. Os acordos de benefícios de reforma mais significativos em que o FCE participa são o plano de pensões do Reino Unido e o plano "German Foveruka". Ambos os planos são planos de pensões do ordenado final e são operados pela Ford. A contribuição referente à participação nestes planos é geralmente determinada com base na atribuição dos custos com serviços correntes; em nenhuma circunstância a contribuição a pagar é determinada com base na atribuição de custos líquidos totais do benefício definido. Por conseguinte, em conformidade com a IAS 19 "Benefícios dos colaboradores", o FCE contabiliza estes planos como planos de contribuição definida, reconhecendo um custo igual a quaisquer contribuições a pagar relativas ao período. Os passivos líquidos ou os ativos relativos aos planos não são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do FCE.

Os planos em que o FCE participa estão sujeitos aos quadros regulamentares do respetivo país, sendo que todos eles requerem, geralmente, níveis mínimos de financiamento. A política da Ford consiste na contribuição anual, no mínimo, do montante exigido pelas leis e regulamentos aplicáveis. Os planos do Reino Unido e da Bélgica não satisfizeram os requisitos mínimos de financiamento em 31 de dezembro de 2014 e a Ford providenciou planos de recuperação para restabelecer o pleno financiamento. Todos os outros planos em que o FCE participa satisfizeram os requisitos mínimos de financiamento em 31 de dezembro de 2014. Cada plano é administrado por gestores e conselhos de controlo das pensões, que são responsáveis pelo investimento dos ativos dos planos. Em 31 de dezembro de 2014 não foram reconhecidas alterações, reduções ou liquidações significativas pela Ford. Não existem riscos específicos de entidades ou de planos para o FCE associados aos planos de pensão do Reino Unido e do "German Foveruka".

(i) Planos de pensões operados pela Ford em que os colaboradores da Sociedade participam

A 31 de dezembro	2014				2013			
	Nível 1 milhões de libras	Nível 2 milhões de libras	Nível 3 milhões de libras	Total milhões de libras	Nível 1 milhões de libras	Nível 2 milhões de libras	Nível 3 milhões de libras	Total milhões de libras
Categoria de ativo								
Capital próprio								
Empresas dos EUA	£ 506	£ 19	£ -	£ 525	£ 771	£ 26	£ 0	£ 797
Empresas internacionais	462	19	0	481	820	23	0	843
Instrumentos financeiros derivados (a)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do capital próprio	£ 968	£ 38	£ 0	£ 1006	£ 1591	£ 49	£ 0	£ 1640
Rendimento fixo								
Governo dos EUA	£ 30	£ 0	£ 0	£ 30	£ 6	£ 0	£ 0	£ 6
Empresas apoiadas pelo Governo dos EUA "GSE" (b)	0	3	0	3	0	3	0	3
Extra Governo dos EUA	0	2821	0	2821	0	1417	11	1428
Obrigações de empresas (c)								
"Investment Grade"	0	383	0	383	0	205	13	218
Elevado rendimento	0	50	0	50	0	23	3	26
Outro crédito	0	16	0	16	0	5	2	7
Garantidos por créditos hipotecários/outras ativos	0	78	0	78	0	77	4	81
Fundos mistos	0	9	0	9	0	12	0	12
Instrumentos financeiros derivados	0	3	0	3	0	0	0	0
Total de rendimento fixo	£ 30	£ 3363	£ 0	£ 3393	£ 6	£ 1742	£ 33	£ 1781
Alternativos								
Fundos de cobertura (d)	£ 9	£ 15	£ 465	£ 489	£ 0	£ 0	£ 413	£ 413
Capitais privados (e)	0	0	136	136	0	0	87	87
Imobiliário (f)	0	0	220	220	0	0	191	191
Total de alternativos	£ 9	£ 15	£ 821	£ 845	£ 0	£ 0	£ 691	£ 691
Caixa e seus equivalentes (g)	0	148	0	148	0	172	0	172
Outros (h)	(316)	2	2447	2133	(71)	3	2490	2422
Total de ativos ao justo valor	£ 691	£ 3566	£ 3268	£ 7525	£ 1526	£ 1966	£ 3214	£ 6706

(a) Posição líquida em derivados.

(b) Títulos de dívida emitidos sobretudo pelas GSE.

(c) As obrigações "Investment grade" são obrigações classificadas como Baa3/BBB ou superior por, pelo menos, duas agências de notação; as obrigações "High yield" são obrigações com uma notação inferior a "Investment grade"; "Other credit" são obrigações sem classificação.

(d) Carteira diversificada de fundos de cobertura que adota estratégias genericamente classificadas como "equity long/short", "event driven", "global macro", "relative value" e "multi-strategy".

(e) Investimentos em fundos de investimento privados (fundos de fundos) que adotam estratégias genericamente classificadas como "venture capital" e "buyouts".

(f) Investimento em fundos de propriedade privada.

(g) Principais fundos de investimento de curto prazo para ceder liquidez aos gestores de investimento dos planos.

(h) Principais ativos do plano Ford-Werke GmbH ("Ford-Werke") (contrato de seguro avaliado em 2447 milhões de libras em 2014 e 2466 milhões de libras em 2013) e dinheiro relativo a compras/vendas líquidas de comércio pendentes e compras/vendas líquidas de moeda estrangeira pendentes.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

(i) Planos de pensões operados pela Ford em que os colaboradores da Sociedade participam (continuação)

Pressupostos

Os pressupostos atuariais significativos utilizados pela Ford para determinar o valor atual da obrigação com benefícios definidos para os planos de pensões mais significativos operados pela Ford nos quais os colaboradores do FCE participam são dispostos abaixo. Estes baseiam-se na média ponderada das obrigações dos planos.

Custos do plano de pensões

Os custos do plano de pensões afetados a colaboradores do FCE que participam em planos patrocinados pela Ford foram de 16 milhões de libras (2013: 41 milhões de libras) e foram cobrados em "Gastos operacionais".

		2014	2013
Principais pressupostos atuariais à data do balanço		%	%
Taxa de desconto		2,9	4,0
Futuros aumentos salariais		3,1	3,1
Futuros aumentos das pensões		1,8	1,9
Futuros aumentos das pensões (discricionário)		NULO	NULO
A expectativa de vida média em anos de um membro reformando-se aos 65 anos à data do balanço é a seguinte	Homem	Anos 20,8	Anos 20,8
	Mulher	23,5	23,4
A expectativa de vida média em anos de um membro reformando-se aos 65 anos, 20 anos após a data do balanço é a seguinte	Homem	22,6	22,5
	Mulher	25,4	25,3

(ii) Planos de benefício definido operados pela Sociedade:

Planos de benefício definido	Participantes da Sociedade		Gastos reconhecidos	
	2014	2013	2014 milhares de libras	2013 milhares de libras
Áustria	5	5	46 £	103
Bélgica	6	6	0	0
França	96	99	103	124
Espanha	23	23	252	326
Total	130	133	401 £	553

A tabela acima apresenta os planos de benefício definido operados pelo FCE. Os relatórios de avaliação atuarial foram obtidos para os exercícios até 31 de dezembro. Os relatórios são utilizados para determinar as contribuições efetuadas pelo FCE para cada plano.

A **Áustria** tem uma apólice de seguro valorizada em 0,2 milhões de libras (2013: 0,2 milhões de libras) que não se qualifica como ativo do plano.

França tem dois planos de benefício definido. Num dos planos, à data de reforma de cada colaborador, o FCE adquire uma anuidade e transfere a responsabilidade pela pensão do reformado para a seguradora.

As tabelas seguintes dispõem as obrigações e ativos do plano para cada um destes planos.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA (continuação)

	2014	2013	2012	2011	2010
	milhões de libras				
Áustria					
Ativos do plano	£ -	£ -	£ -	£ -	-
Obrigações do plano	(0,4)	(0,4)	(0,3)	(0,2)	(0,2)
Excedente/(Défice)	£ (0,4)	£ (0,4)	£ (0,3)	£ (0,2)	£ (0,2)
Bélgica					
Ativos do plano	£ 0,7	£ 0,7	£ 0,7	£ 0,5	£ 0,5
Obrigações do plano	(0,6)	(0,6)	(0,5)	(0,5)	(0,4)
Excedente/(Défice)	£ 0,1	£ 0,1	£ 0,2	£ -	£ 0,1
França					
Ativos do plano	£ -	£ -	£ -	£ -	-
Obrigações do plano	(1,0)	(1,0)	(0,9)	(0,9)	(0,8)
Excedente/(Défice)	£ (1,0)	£ (1,0)	£ (0,9)	£ (0,9)	£ (0,8)
Espanha					
Ativos do plano	£ 5,2	£ 3,6	£ 5,0	£ 3,8	£ 7,3
Obrigações do plano	(5,6)	(3,8)	(5,0)	(4,0)	(7,6)
Excedente/(Défice)	£ (0,4)	£ (0,2)	£ -	£ (0,2)	£ (0,3)

iii) Planos de contribuição definida e outros planos contabilizados como planos de contribuição definida em que os colaboradores do FCE participam

	Sociedade		Grupo	
A 31 de dezembro	2014	2013	2014	2013
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Total de contribuições reconhecidas no exercício	£ 2	£ 2	£ 2	£ 2

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

35 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Garantias fornecidas em nome da Ford:				
Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais	£ 26	£ 42	£ 26	£ 42
Autoridades alfandegárias, comissários tributários e agências	15	14	15	14
Comissários tributários belgas	19	0	19	0
Outras garantias	5	5	5	5
Garantias totais fornecidas em nome da Ford	£ 65	£ 61	£ 65	£ 61
Outras garantias fornecidas em nome das subsidiárias	£ 1	£ 2	£ 0	£ 0
Outras garantias fornecidas a terceiros	1	1	1	1
Total de garantias	£ 67	£ 64	£ 66	£ 62

Garantias

"**Garantias totais fornecidas em nome da Ford**" incluem dívidas e outras obrigações financeiras da Ford. Tais acordos são contra-indemnizados pela Ford e é pagável um honorário pela Ford pela garantia.

"Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais"

está relacionado com créditos e concessões para investimento na fábrica da Ford em Valência. Estas garantias foram fornecidas em nome da Ford Espana SL ao Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais.

"**Autoridades alfandegárias, comissários tributários e agências**" está relacionado com emolumentos e impostos de registo sobre componentes e veículos importados e outros impostos fornecidos a várias autoridades tributárias e aduaneiras europeias.

"**Comissário tributário belga**" está relacionado com uma nova garantia fornecida às autoridades tributárias belgas relativamente à fábrica da Ford em Genk.

Os justos valores das garantias são registados nas demonstrações financeiras quando tal for considerado relevante.

Imposto

Durante o período, as autoridades fiscais da Alemanha prosseguiram com as auditorias relativas a vários aspetos das operações do período anterior da sucursal da sociedade na Alemanha, em particular relativas aos preços de transferência e ao IVA. Foi alcançado um acordo com as autoridades tributárias locais relativamente às rubricas de atribuição de preços em conformidade com a provisão detida.

Litígios e outras reivindicações

Algumas ações legais e reclamações estão pendentes ou podem ser instituídas ou declaradas no futuro contra o grupo relativamente a relações financeiras e a outras relações contratuais. O litígio está sujeito a muitas incertezas e o resultado das matérias litigadas individualmente não pode ser previsto com segurança. O grupo estabeleceu provisões para determinadas ações legais e reclamações nas quais perdas são consideradas prováveis e razoavelmente avaliáveis. É razoavelmente possível que algumas reclamações, para as quais não tenham sido estabelecidos acréscimos, possam ser decididas de forma desfavorável ao grupo e possam exigir que o grupo pague indemnizações ou efetue outras despesas em montantes, ou num intervalo de montantes, que não possam ser calculados a 31 de dezembro de 2014.

O grupo não considera razoavelmente provável, com base numa análise interna, que tais questões tenham um efeito significativo nas futuras demonstrações financeiras de um determinado exercício, embora tal seja possível.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

36 COMPROMISSOS

Num número limitado de mercados, o FCE fornece facilidades de crédito comprometidas a clientes de retalho para comprar veículos novos e usados. Todas as facilidades consideradas como comprometidas totalizam um montante inferior a 1 milhão de libras (2013: totalizou menos de 1 milhão de libras).

A Sociedade fornece igualmente uma facilidade de empréstimo comprometida à sua subsidiária polaca, FCE Bank Polska S.A., de 200 milhões de zlotis (PLN) (2014: 36 milhões de libras, 2013: 40 milhões de libras). Esta facilidade não foi utilizada a 31 de dezembro de 2014 (Não utilizada a 31 de dezembro de 2013).

37 COMPROMISSOS DE LOCAÇÕES FUTURAS

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Os pagamentos futuros mínimos nos termos de locações operacionais não canceláveis são os seguintes:				
Até um ano	£ 4	£ 3	£ 4	£ 4
Entre um ano e cinco anos	7	6	7	6
Após cinco anos	3	-	3	-
Compromissos de locações futuras	£ 14	£ 9	£ 14	£ 10

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

38 RISCO DE CRÉDITO

Como fornecedor de produtos financeiros automóveis, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda devido ao incumprimento dos pagamentos, de acordo com os termos contratuais, por parte de um cliente ou do revendedor. Estes produtos encontram-se classificados como "empréstimos e adiantamentos" ao abrigo da IAS 39. A Sociedade pode igualmente incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, taxa de juro ou derivado de moedas com o FCE. Estas exposições encontram-se classificadas como "ativos financeiros ao justo valor através de resultados" ao abrigo da IAS 39.

38a) Empréstimos e adiantamentos

O montante que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito em empréstimos e adiantamentos, sem ter em conta qualquer garantia detida ou outras melhorias do risco de crédito, a 31 de dezembro de 2014 é 10 548 milhões de libras (2013: 9351 milhões de libras), sendo o valor dos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes conforme divulgado na Nota 14.

A informação de gestão relativa à qualidade creditícia dos empréstimos e adiantamentos do FCE é fornecida por segmento de produto nas secções seguintes.

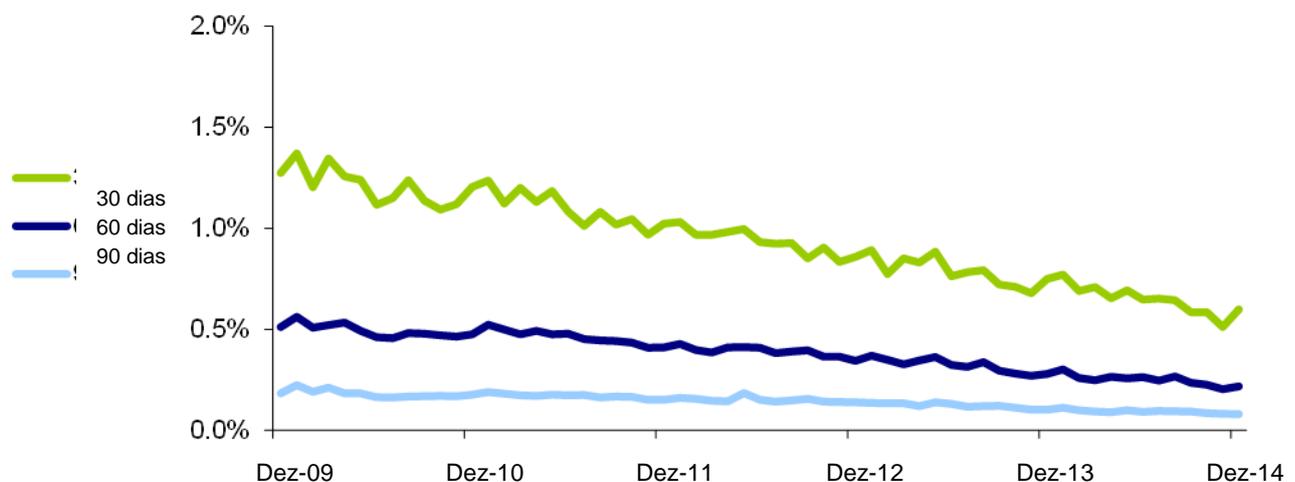
Retalho

Na concessão de empréstimos e adiantamentos a retalho, o FCE utiliza um sistema de pontuação próprio que mede a qualidade creditícia do respetivo empréstimo, utilizando diversos fatores como as informações das entidades de rating de crédito, as pontuações do risco de crédito ao consumo, as características do cliente e as características do contrato. Na geração, o processo de classificação do FCE designa a qualidade creditícia de um empréstimo como "boa" ou "marginal", onde marginal se refere a uma qualidade creditícia inferior.

Segue-se abaixo um gráfico de tendência mensal do incumprimento de retalho para os últimos cinco anos, que destaca a percentagem dos contratos de retalho que estão há 30, 60 e 90 dias vencidos. Desde um pico em incumprimento durante o ano de 2009, a tendência tem vindo a melhorar continuamente. A administração do FCE considera que esta melhoria é uma consequência da abordagem de resposta do FCE à subscrição e práticas de serviço que permitiu o bom desempenho da carteira, apesar das diferentes pressões económicas.

A 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 1,4% da carteira de clientes de retalho do FCE que não estava vencida nem com imparidade relativamente a empréstimos que, na geração, foram designados com qualidade creditícia "marginal" (2013: 1,6%).

Tendência mensal do incumprimento de retalho a 5 anos



Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

Comercialização por grosso

O FCE utiliza modelos próprios para atribuir a cada revendedor uma notação de risco. O Modelo financeiro considera informações financeiras, incluindo rentabilidade, capital e liquidez num momento no tempo, bem como outros fatores de desempenho. Este é complementado pelo Modelo de apreciação que fornece um enquadramento estruturado, no qual informações financeiras complementares são avaliadas juntamente com outros fatores-chave qualitativos e não financeiros. Estes outros fatores, que são considerados significativos na previsão da capacidade de o agente cumprir as suas obrigações atuais e futuras, incluem elementos como as tendências financeiras, a qualidade de gestão, o risco de negócio/setor e passivos

contingentes. Os modelos estão sujeitos a revisão para confirmar a importância contínua dos negócios e a previsibilidade estatística dos fatores e podem ser utilizados de modo a incorporar novos fatores ou outra informação que melhore a sua previsibilidade estatística.

Para fins de monitorização e controlo, é atribuída a cada revendedor uma classificação de Tratamento de conta (TOA) baseada no pior cenário das classificações Financeiras e de avaliação. Estas foram agrupadas na tabela abaixo para fornecer uma visão geral da mistura de risco de carteira de revendedor do FCE.

Para o exercício findo a 31 de dezembro	Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Grupo I (notação de risco 0-3)	£ 1903	£ 2351
Grupo II (notação de risco 4-5)	1577	1030
Grupo III (notação de risco 6-7)	948	390
Grupo IV (notação de risco 8-9)	54	21
Total de atividades por grosso brutas e outros empréstimos e adiantamentos	£ 4 482	£ 3 792
Análise percentual		
Grupo I (notação de risco 0-3)	42,46%	62,00%
Grupo II (notação de risco 4-5)	35,18%	27,16%
Grupo III (notação de risco 6-7)	21,15%	10,30%
Grupo IV (notação de risco 8-9)	1,21%	0,54%

Após uma análise detalhada em todos os nossos mercados, o FCE implementou alguns refinamentos ao processo relacionados com as classificações de risco de revendedor. Isto resultou numa aplicação coerente da classificação TOA em todos os mercados, que está em consonância com os processos de controlo e monitorização do risco de revendedor interno do FCE.

O impacto desta alteração é um aumento na mistura de exposições nas categorias de risco mais elevadas (ver tabela acima), pois a classificação TOA baseia-se no pior cenário dos modelos de classificação Financeiros e de avaliação exclusivos do FCE. Não houve movimentos significativos na mistura subjacente de exposições ao risco.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

Imparidades

Uma provisão por perdas por imparidade é constituída contra empréstimos e adiantamentos para cobrir imparidade em que se tenha incorrido e não separadamente identificada, mas que se conhece por experiência estar presente em carteiras de empréstimos e adiantamentos. A provisão é determinada com base num conjunto de fatores, incluindo tendências de perdas históricas, a qualidade creditícia da atual carteira e fatores económicos gerais.

Os contratos de financiamento a retalho são considerados individualmente com imparidade assim que se torne evidente e razoável concluir que ocorrerá uma perda de crédito e, no máximo, após 120 dias. Após a imparidade de um contrato de financiamento a retalho, o valor contabilístico do empréstimo é reduzido de modo a refletir o valor médio de recuperação do veículo.

Após a imparidade de um contrato por grosso, o valor contabilístico do empréstimo é reduzido, de modo a refletir o valor coletável estimado, incluindo o efeito de garantias parciais ou totais ou de outras formas de títulos (incluindo o inventário físico).

O valor dos empréstimos e adiantamentos considerados como com imparidade na data do relatório é de 65 milhões de libras (2013: 33 milhões de libras). O rendimento de juros sobre os valores financeiros a receber com imparidade é de 1 milhão de libras (2013: 1 milhão de libras)

Garantias

O valor contabilístico de empréstimos e adiantamentos a clientes é a melhor representação da nossa exposição máxima ao risco de crédito sem ter em conta quaisquer garantias ou outras reduções do risco de crédito.

O risco de crédito máximo é reduzido através das garantias detidas, que para a maioria dos planos de financiamento de retalho, locação e por grosso, inclui planos de retenção de títulos ou um juro dos títulos semelhante no veículo subjacente.

A 31 de dezembro de 2014, o valor estimado de garantia como uma percentagem do saldo pendente de empréstimos e adiantamentos líquidos é de 69% em relação ao retalho e locação e 87% por grosso.

Risco de contraparte nos empréstimos e adiantamentos

O FCE possui uma política definida de limite de contraparte por grosso com base nos níveis de exposição e nas classificações de risco. Os relatórios sobre as maiores concentrações por montantes em circulação são preparados mensalmente e revistos regularmente no Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito, bem como em cada reunião agendada do Comité de Risco da Administração.

As dez maiores exposições de contraparte por montantes em circulação do FCE totalizaram 1252 milhões de libras

(2013: 1081 milhões de libras). Os créditos recebidos da FCI (Nota 26 "Dívidas à empresa-mãe e participações associadas") e outros depósitos (Nota 25 "Depósitos") são utilizados para atenuar as concentrações de exposição.

Empréstimos renegociados

O valor dos empréstimos renegociados a serem anteriormente vencidos ou com imparidade no período atual foi de 0,2 milhões de libras a 31 de dezembro de 2014 (2013: 0,1 milhões de libras).

38b) Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados

Caixa e seus equivalentes

O montante que melhor representa a exposição do FCE a risco de crédito de contraparte é o de Caixa e seus equivalentes, que são investidos com um conjunto de contrapartes com classificação elevada, diminuiu para 1628 milhões de libras (2013: 2221 milhões de libras). As cinco maiores exposições de contraparte do FCE incluídas em Caixa e seus equivalentes totalizam 1425 milhões de libras (2013: 1985 milhões de libras) e têm notações de crédito de longo prazo de "A" (single A) ou melhor. Consulte a Nota 11 "Caixa e seus equivalentes" para mais detalhes.

Instrumentos financeiros derivados

A utilização de derivados expõe o FCE ao risco de que uma contraparte não cumpra um contrato de derivados. O FCE estabelece limites de exposição para cada contraparte, de modo a minimizar este risco e a fornecer uma diversificação de contrapartes.

O FCE transaciona com determinadas partes relacionadas da Ford, que são entidades não classificadas. De forma substancial, todas as atividades do FCE relacionadas com os derivados são transacionadas com instituições financeiras que possuam uma notação de investimento.

O justo valor agregado de instrumentos derivados em posições de ativos a 31 de dezembro de 2014 é de 163 milhões de libras (2013: 71 milhões de libras), representando a perda possível máxima nessa data se todas as contrapartes entrassem em incumprimento contratual. A perda possível máxima é reduzida através de contratos-tipo com as contrapartes, que normalmente permitiriam a compensação de determinadas exposições. Consulte a Nota 12 "Instrumentos financeiros derivados" para mais detalhes.

Para obter informações sobre a avaliação de ativos e passivos financeiros ao justo valor, consulte a Nota 42 "Ativos financeiros e passivos financeiros".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

39 VALORES RESIDUAIS DE VEÍCULOS

Grupo

A 31 de dezembro	2014			2013	
	Valores residuais de retalho	Valores residuais de locação operacional	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Exercício em que o valor residual será recuperado	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Até 1 ano	£ 286	£ 157	£ 443	£ 362	£ 362
Entre 1-2 anos	749	-	749	479	479
Entre 2-5 anos	469	-	469	432	432
Superior a 5 anos	-	-	-	-	-
Total de valores residuais	£ 1 504	£ 157	£ 1 661	£ 1 273	£ 1 273

Sociedade

A 31 de dezembro	2014			2013	
	Valores residuais de retalho	Valores residuais de locação operacional	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Exercício em que o valor residual será recuperado	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Até 1 ano	£ 286	£ 157	£ 443	£ 362	£ 362
Entre 1-2 anos	749	-	749	479	479
Entre 2-5 anos	469	-	469	432	432
Superior a 5 anos	-	-	-	-	-
Total de valores residuais	£ 1 504	£ 157	£ 1 661	£ 1 273	£ 1 273

Os valores residuais de veículos acima, para os quais o FCE detém o risco de valor residual principal, relativos a empréstimos de retalho e locações operacionais estão incluídos em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e em "Ativos fixos tangíveis", respetivamente, no balanço.

O risco do valor residual de veículos é a possibilidade de o montante que o FCE obtém pelos veículos devolvidos ser inferior à estimativa de valor residual esperado para o veículo. Conforme demonstrado nas tabelas acima, a exposição ao risco residual de veículos no FCE está predominantemente relacionada com retalho.

As provisões do valor residual são mantidas de forma a refletir o nível do risco do valor residual de veículos nas demonstrações financeiras. Para mais detalhes, consulte a Nota 16 "Provisões para perdas de valor residual de veículos".

Valores residuais de retalho

Os números referentes ao valor residual de retalho incluídos na tabela anterior presumem que todos os veículos de retalho, em que o FCE esteja sujeito ao risco do valor residual de veículos, sejam devolvidos. O FCE encontra-se sujeito ao risco do valor residual de veículos em determinados produtos de pagamento "concentrado" em locações financeiras ou a retalho nas quais o cliente pode devolver o veículo financiado ao FCE no final do contrato. Os valores residuais são estabelecidos por referência a várias fontes de conhecimento independente e exclusivo. Os Valores Futuros Mínimos Garantidos ("GMFV") nos planos a retalho são fixados abaixo do valor de mercado futuro, de modo a proteger o capital do cliente e a promover os produtos da Gestão do Ciclo de Negócio. No mercado do Reino Unido, o GMFV é referido como

"Pagamento final opcional". A política normal do FCE é a de fixar o GMFV num mínimo de 5% do preço de tabela do veículo novo abaixo do valor de mercado futuro e aumentá-lo em 8% para prazos inferiores a 24 meses. Esta política é um fator-chave por trás da taxa anual de devolução (para veículos financiados nos termos de planos de financiamento a retalho, nos quais o FCE está sujeito a um risco do valor residual), representando 0,40% (2013: 0,31%) da carteira a vencimento.

Valores residuais de locação operacional

Todos os veículos de locação operacional estão sujeitos a devolução no final do período de locação, ao contrário dos planos a retalho. A carteira de locações operacionais mais importante continua a ser a Alemanha, que é a principal fonte de risco do valor residual de locações operacionais do FCE. Decorrente de um acordo com a Ford, ao abrigo do qual a Ford recebe a maioria dos ganhos e perdas de valor de residual resultantes, o risco do valor residual de veículos da carteira de locações operacionais do FCE é bastante reduzido.

Análise de sensibilidade

Se os valores de revenda futura da carteira atual do FCE referente a veículos de locação operacional e de retalho caíssem, isto reduziria os resultados para os veículos de retalho e aumentaria a depreciação para as locações operacionais. A 31 de dezembro de 2014, se os valores de revenda futura caíssem 1% face aos atuais valores de revenda, estima-se que isto aumentaria a taxa anual de devolução dos atuais 0,40% para 0,43% da carteira a vencimento e teria um impacto adverso nos resultados da Sociedade de, aproximadamente, 85 000 libras (2013: 47 000 libras).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

40 RISCO DE MERCADO

O objetivo da gestão do risco de mercado do FCE consiste em bloquear a margem de financiamento, limitando ao mesmo tempo o impacto das alterações na taxa de juro e nas taxas de câmbio. As exposições à taxa de juro e de câmbio são monitorizadas e geridas pelo FCE como uma parte integrante do seu programa de gestão de riscos global, que reconhece a imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura reduzir os potenciais efeitos adversos nos resultados operacionais.

A tabela seguinte fornece exemplos de determinadas atividades levadas a cabo, os respetivos riscos associados a essas atividades e os tipos de derivados utilizados na gestão desses riscos.

Nota	Atividade	Risco	Tipo de Derivado
40a)	Investimento e financiamento em divisas	Sensibilidade à mudança nas taxas de câmbio de divisas	- Swaps de taxa de juro cambiais cruzados - Contratos a prazo de divisas
40b)	Financiamento de ativos de mais curto prazo ou com taxa variável com dívida de taxa fixa com prazo mais longo	Sensibilidade a mudanças nas taxas de juro decorrentes das características de fixação de novos preços de ativos que não correspondem à fixação de novos preços de passivos	- Pagamento de taxa variável e recebimento de swaps de taxa de juro fixa
	Financiamento de ativos de taxa fixa a mais longo prazo com dívida de mais curto prazo ou com taxa variável	Sensibilidade a mudanças nas taxas de juro decorrentes das características de fixação de novos preços de ativos que não correspondem à fixação de novos preços de passivos	- Pagamento de taxa fixa e recebimento de swaps de taxa de juro variável

Política de derivados

A exposição ao risco de mercado é reduzida através do uso de derivados da taxa de juro e de câmbio. A estratégia de derivados do FCE foi concebida para reduzir o risco; os derivados não são utilizados para efeitos especulativos.

As principais políticas de derivados são:

- Proibição da sua utilização para fins especulativos
- Proibição do uso de instrumentos alavancados
- Exigência para uma análise regular pormenorizada da exposição
- Estabelecer e documentar o tratamento contabilístico no início do negócio
- Estabelecer os limites de exposição (que incluem depósitos a dinheiro) com as contrapartes
- Não relacionar a remuneração dos colaboradores do Ministério das Finanças com o desempenho comercial individual

Controlo de derivados

As políticas e controlos da Sociedade foram concebidos para gerir estes riscos, incluindo os testes de eficácia dos derivados para os derivados designados num relacionamento de cobertura.

Os principais controlos dos derivados são:

- Revisões de gestão regulares de políticas, posições e ações planeadas
- Controlos transacionais, incluindo a segregação de deveres, aprovação das autoridades, cotações dos concorrentes e procedimentos de confirmação
- Revisão regular das avaliações da carteira pelo valor de mercado e as potenciais exposições futuras
- Monitorização da solvabilidade da contraparte
- Auditorias internas para avaliar os controlos e a adesão às políticas
- Relato de todos os derivados ao repositório aprovado da AEVMM
- Reconciliações de carteira regulares com todas as contrapartes
- Confirmação atempada de todos os derivados de mercado de balcão (OTC)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

40a) RISCO CAMBIAL

Para além do Reino Unido, a Sociedade tem sucursais ativas noutros dez países europeus e conta com subsidiárias na República Checa, Hungria, Polónia e Suíça, que proporcionam uma variedade de planos de financiamento de veículos por grosso, por locação e a retalho (consulte a Nota 23 "Investimento noutras entidades"). A moeda funcional utilizada nas operações do Grupo e da Sociedade fora do Reino Unido é o euro, à exceção das subsidiárias da Sociedade presentes na República Checa, Hungria, Polónia e Suíça.

As principais divisas utilizadas em operações são, por conseguinte, o euro e a libra esterlina. Dado que o FCE apresenta as suas demonstrações financeiras do Grupo e da Sociedade em libras esterlinas, estas serão afetadas pelos movimentos da taxa de câmbio entre o euro e a libra esterlina. A Sociedade não cobre investimentos estruturais expressos em moeda nas operações estrangeiras, dado que cada investimento é considerado como sendo de uma natureza de longo prazo. O efeito das alterações em moeda estrangeira sobre os investimentos é reconhecido através da reserva de transposição.

O FCE utiliza a libra esterlina como moeda de apresentação nas suas demonstrações, porque se encontra, antes de mais, registado e regulado como banco no Reino Unido e as operações da sua sede social têm lugar no mesmo país.

A política do FCE prevê a minimização da exposição a resultados operacionais decorrentes de alterações nas taxas de câmbio. Existem controlos concebidos para limitar a dimensão das exposições à moeda da transação. Para alcançar os objetivos, a Sociedade financia numa variedade de divisas. Verifica-se uma exposição às taxas de câmbio caso exista uma disparidade entre a moeda das contas a receber e a moeda da dívida que financia esses valores a receber.

Sempre que possível, o FCE financia os empréstimos e adiantamentos com dívida na mesma divisa, minimizando a exposição aos movimentos da taxa de câmbio. Quando é utilizada uma moeda diferente, a política da Sociedade prevê que os derivados de moedas sejam executados para converter substancialmente todas as obrigações de dívida em moeda para a moeda do país local do empréstimo.

Devido aos baixos níveis de exposição líquida à moeda da transação, a sensibilidade do FCE às alterações nas taxas de câmbio não é significativa em termos de ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Os ativos líquidos de operações estrangeiras que dão origem aos resultados não realizados reconhecidos nas reservas de conversão cambial do FCE encontram-se descritos abaixo com as reservas associadas.

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Ativos líquidos de operações estrangeiras				
Euro	£ 872	£ 880	£ 909	£ 923
Outras divisas que não o euro	-	-	140	146

A 31 de dezembro	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Reserva de conversão cambial				
Euro	£ 245	£ 301	£ 252	£ 313
Outras divisas que não o euro	15	15	8	17
Total	£ 260	£ 316	£ 260	£ 330

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

40b) RISCO DE TAXA DE JURO

A base do ativo do FCE consiste, principalmente, em vendas a prestações a retalho de taxa fixa, compra a prestações, venda condicionada e contratos de locação, com uma vida média de aproximadamente 2,5 anos, e empréstimos de financiamento por grosso de taxa variável com uma duração média de aproximadamente 60 dias. As fontes de financiamento consistem principalmente na titularização e na dívida não garantida. A política do FCE é executar swaps de taxa de juro para alterar as características da taxa de juro da dívida para corresponder, dentro de um limite de tolerância, às características da taxa de juro dos ativos do FCE. Esta política de correspondência tenta manter as margens e reduzir a volatilidade dos lucros.

Como resultado dos processos de gestão do risco de taxa de juro do FCE (que utiliza derivados de cobertura) e dado que alguns ativos são financiados por capital, o nível total da redefinição de preços dos ativos é superior ao nível da redefinição de preços da dívida. Verificando-se outras situações iguais, isto significa que, durante um período de subida das taxas de juro, o rendimento de juros recebido sobre os ativos do FCE irá aumentar mais rapidamente do que os gastos de juros pagos na sua dívida, aumentando, por conseguinte, o rendimento de juros líquido antes de impostos. Consequentemente, durante um período de descida das taxas de juro, o FCE preveria que o seu rendimento de juros líquido antes de impostos começasse inicialmente a descer.

O ALCO do FCE revê mensalmente as lacunas de redefinição de preços e aprova os swaps de taxas de juros necessários para manter a exposição dentro dos limites aprovados.

Para fornecer uma medida quantitativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos a alterações nas taxas de juro, o FCE utiliza cenários de taxa de juro. Estes cenários presumem um aumento ou diminuição hipotéticos e instantâneos nas taxas de juro de cem pontos base em todas as maturidades (uma "mudança paralela"), com impacto nos ativos e passivos, bem como um caso base que presume que as taxas de juro permanecem constantes aos níveis existentes. Estes cenários de taxa de juro não representam uma expectativa de movimentos futuros da taxa de juro. As diferenças no rendimento de juros líquido antes de impostos entre estes cenários e o caso base ao longo de um período de doze meses representam uma estimativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos do FCE.

A sensibilidade do rendimento de juros às alterações das taxas de juro nos 12 meses que se seguem ao exercício findo a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada abaixo.

	Grupo	
	2014	2013
Impacto no rendimento de juros líquido da mudança na taxa de cem pontos base	milhões de libras	milhões de libras
Euro	£ 6	£ 6
Libra esterlina	2	1
Outros	1	0
Aumento	£ 9	£ 7
Euro	£ (6)	£ (6)
Libra esterlina	(2)	(1)
Outros	(1)	0
Diminuição	£ (9)	£ (7)

A análise de sensibilidade apresentada anteriormente presume uma mudança na taxa de cem pontos base na curva da rentabilidade no final do exercício, que é simultaneamente instantânea e paralela e tem impacto na redefinição de preços dos ativos e passivos. Na verdade, as alterações da taxa de juro raramente são instantâneas ou paralelas, e as taxas podem mover-se mais ou menos do que o ponto percentual presumido. Além disso, a administração tem poder sobre a atribuição de preços dos novos ativos e poderá redefinir os preços para um nível superior ou inferior à redefinição de preços dos passivos. Como resultado, o impacto real sobre o rendimento de juros líquido antes de impostos poderia ser maior ou menor do que os resultados supramencionados.

Embora a análise de sensibilidade apresentada seja a melhor estimativa do FCE relativamente aos impactos dos cenários da taxa de juro presumida especificados, os resultados reais poderão diferir dos projetados.

O modelo utilizado para a realização desta análise depende bastante de pressupostos. Incorporados no modelo encontram-se pressupostos referentes ao reinvestimento de capital principal de ativos a vencimento, o refinanciamento da dívida a vencimento e o reembolso previsto dos contratos de locação e venda a prestações a retalho antes da data do fim do contrato. As projeções de reembolso antes da maturidade contratual baseiam-se em experiência histórica. Se as taxas de juro ou outros fatores sofressem alterações, a experiência real de pagamento antecipado poderia ser diferente da projetada. O FCE apresentou a sua análise de sensibilidade com base num cenário antes de impostos em vez de um cenário depois de impostos, para excluir o impacto potencialmente distorcido das taxas de juro presumidas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

41 RISCO DE LIQUIDEZ

Sociedade		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de dezembro de 2014		Meses	Meses	Anos	Anos	
		milhões de libras				
Ativo	Nota					
Caixa e seus equivalentes	A	£ 1 276	£ -	£ -	£ -	1 276
Instrumentos financeiros derivados	E	26	39	78	6	149
- Retalho/Locação	B	499	1 668	4 096	18	6 281
- Comercialização por grosso	B	489	3 841	29	-	4 359
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	988	5 509	4 125	18	10 640
Locações operacionais	B	77	125	-	-	202
Outros ativos	D	286	-	78	69	433
Total da entrada de ativos		£ 2 653	£ 5 673	£ 4 281	£ 93	12 700
Passivo						
Apagar a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 272	£ 268	£ 406	£ -	946
Depósitos	C	24	25	2	-	51
Apagar à empresa-mãe e a participações associadas	C	334	1 507	2 098	-	3 939
Títulos de dívida em emissão	C	420	579	3 673	781	5 453
Instrumentos financeiros derivados	E	4	13	46	5	68
Outros passivos	D	64	94	7	-	165
Empréstimos subordinados	D	1	3	25	214	243
Total da saída de passivos		£ 1 119	£ 2 489	£ 6 257	£ 1 000	10 865
Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo		£ 1 534	£ 3 184	£ (1 976)	£ (907)	1 835
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 1 534	£ 4 718	£ 2 742	£ 1 835	
Facilidades de crédito disponíveis para uso:						
Concedidas à sociedade por instituições financeiras		£ 560	£ -	£ (560)	-	
Concedidas pela sociedade (Nota 36)		(36)	36	-	-	
Total de facilidades de crédito disponíveis para uso		£ 524	£ 36	£ (560)	-	
Garantias com opção de compra		£ (67)				
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 1 991	£ 5 211	£ 2 675	£ 1 768	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Sociedade		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de dezembro de 2013		Meses	Meses	Anos	Anos	
	Nota	milhões de libras				
Ativo						
Caixa e seus equivalentes	A	£ 1 717	£ -	£ -	£ -	1 717
Instrumentos financeiros derivados	E	22	15	34	-	71
- Retalho/Locação	B	493	1 585	3 591	19	5 688
- Comercialização por grosso	B	472	3 219	36	-	3 727
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	965	4 804	3 627	19	9 415
Locações operacionais	B	55	96	-	-	151
Outros ativos	D	403	-	81	79	563
Total da entrada de ativos		£ 3 162	£ 4 915	£ 3 742	£ 98	11 917
Passivo						
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 239	£ 295	£ 323	£ -	857
Depósitos	C	25	26	-	-	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	C	432	1 581	2 728	-	4 741
Títulos de dívida em emissão	C	504	94	3 249	265	4 112
Instrumentos financeiros derivados	E	12	4	11	8	35
Outros passivos	D	68	118	9	1	196
Empréstimos subordinados	D	1	5	34	211	251
Total da saída de passivos		£ 1 281	£ 2 123	£ 6 354	£ 485	10 243
Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo		£ 1 881	£ 2 792	£ (2 612)	£ (387)	1 674
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 1 881	£ 4 673	£ 2 061	£ 1 674	
Facilidades de crédito disponíveis para uso:						
Concedidas à sociedade por instituições financeiras		£ 620	-50	(570)	0	
Concedidas pela sociedade (Nota 36)		(40)	40	-	-	
Total de facilidades de crédito disponíveis para uso		£ 580	(10)	(570)	-	
Garantias com opção de compra		£ (64)				
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 2 397	£ 5 179	£ 1 997	£ 1 610	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Grupo		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de dezembro de 2014		Meses	Meses	Anos	Anos	
		milhões	milhões	milhões	milhões	milhões
Ativo	Nota					
Caixa e seus equivalentes	A	£ 1 628	£ -	£ -	£ -	1 628
Instrumentos financeiros derivados	E	26	49	86	6	167
- Retalho/Locação	B	539	1 793	4 274	18	6 624
- Comercialização por grosso	B	506	4 051	32	-	4 589
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	1 045	5 844	4 306	18	11 213
Locações operacionais	B	77	125	-	-	202
Outros ativos	D	202	-	-	69	271
Total da entrada de ativos		£ 2 978	6 018	4 392	93	13 481
Passivo						
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 494	1 253	1 168	-	2 915
Depósitos	C	24	25	2	-	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	C	78	404	801	-	1 283
Títulos de dívida em emissão	C	513	846	4 588	781	6 728
Instrumentos financeiros derivados	E	6	20	52	5	83
Outros passivos	D	73	94	7	-	174
Empréstimos subordinados	D	1	3	25	214	243
Total da saída de passivos		£ 1 189	2 645	6 643	1 000	11 477
Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo		£ 1 789	3 373	(2 251)	(907)	2 004
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 1 789	£ 5 162	£ 2 911	£ 2 004	
Facilidades de crédito disponíveis para uso:						
Concedidas à sociedade por instituições financeiras		£ 565	£ (5)	£ (560)	£ -	
Concedidas pela sociedade (Nota 36)		-	-	-	-	
Total de facilidades de crédito disponíveis para uso		£ 565	£ (5)	£ (560)	£ -	
Garantias com opção de compra		£ (66)				
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 2 288	£ 5 656	£ 2 845	£ 1 938	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Grupo		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de dezembro de 2013		Meses	Meses	Anos	Anos	
		milhões de lit	milhões de	milhões de	milhões de	milhões de
Ativo	Nota					
Caixa e seus equivalentes	A	£ 2 221	£ -	£ -	£ 0	£ 2 221
Instrumentos financeiros derivados	E	21	14	37	-	72
- Retalho/Locação	B	543	1 733	3 842	19	6 137
- Comercialização por grosso	B	490	3 388	38	-	3 916
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	1 033	5 121	3 880	19	10 053
Locações operacionais	B	55	96	-	-	151
Outros ativos	D	129	-	-	79	208
Total da entrada de ativos		£ 3 459	£ 5 231	£ 3 917	£ 98	£ 12 705
Passivo						
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 467	£ 1 674	£ 1 462	£ -	£ 3 603
Depósitos	C	25	26	-	-	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	C	92	75	1 360	-	1 527
Títulos de dívida em emissão	C	596	344	3 907	265	5 112
Instrumentos financeiros derivados	E	25	23	27	8	83
Outros passivos	D	80	120	9	1	210
Empréstimos subordinados	D	1	5	34	211	251
Total da saída de passivos		£ 1 286	£ 2 267	£ 6 799	£ 485	£ 10 837
Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 2 173	£ 2 964	£ (2 882)	£ (387)	£ 1 868
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 2 173	£ 5 137	£ 2 255	£ 1 868	
Facilidades de crédito disponíveis para uso:						
Concedidas à sociedade por instituições financeiras		£ 628	(58)	(570)	-	-
Concedidas pela sociedade (Nota 36)		-	-	-	-	-
Total de facilidades de crédito disponíveis para uso		£ 628	(58)	(570)	-	-
Garantias com opção de compra		£ -62				
Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos extrapatrimoniais		£ 2 739	£ 5 645	£ 2 193	£ 1 806	

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Base de análise do risco de liquidez

As tabelas que aparecem nesta nota analisam os fluxos de caixa contratuais brutos não descontados dos ativos e passivos, à exceção de instrumentos financeiros derivados que estão liquidados, por grupos de maturidade relevantes, segundo os critérios apresentados na tabela seguinte.

Indica-se o "Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos extrapatrimoniais", excluindo os ajustes comportamentais para liquidações antecipadas por parte dos clientes.

O "Diferencial líquido em termos de liquidez incluindo os elementos extrapatrimoniais" inclui as facilidades de créditos disponíveis para uso.

Ambos os diferenciais supracitados implicam que os fluxos de entrada relacionados com os planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso relacionados com o reembolso da dívida ocorram nas datas contratuais. Por conseguinte, a posição de liquidez esperada do FCE, baseada nas entradas e saídas de caixa, é mais favorável do que a apresentada nesta nota

Nota	Os fluxos de caixa a partir do ativo e do passivo são atribuídos aos intervalos de tempo adequados, da seguinte forma:
A	Baseados na disponibilidade de "caixa e seus equivalentes" da seguinte forma (Nota 11):
B	<ul style="list-style-type: none"> "Caixa e seus equivalentes" classificada por data de maturidade contratual.
	<p>Presume-se que os pagamentos a clientes ocorrem na data contratual mais tardia e que não são efetuados quaisquer ajustes comportamentais para as liquidações antecipadas dos clientes:</p> <p>De um modo geral, o financiamento a retalho, os contratos de locação e os veículos de locação operacional (indicados na Nota 18 "Ativos fixos tangíveis") requerem que os clientes paguem prestações mensais iguais ao longo da duração do contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> Financiamento por grosso para veículos novos e usados levado a cabo no inventário dos agentes – utiliza-se um calendário de reembolso "bullet", dado que o capital principal é, normalmente, reembolsado num pagamento único no final do período de financiamento.
C	Classificado com base na data contratual mais precoce possível.
D	Classificado de acordo com o período remanescente para a maturidade, incluindo "Caixa de utilização limitada", que se presume serem montantes normalmente indisponíveis para utilização em operações quotidianas classificadas com base na data de reembolso mais tardia possível.
E	Os contratos a prazo sobre moedas e os swaps de taxas de juros em várias moedas são apresentados conforme liquidados numa base líquida.

Facilidades de crédito disponíveis para uso

"Facilidades de crédito não garantidas concedidas ao Grupo e à Sociedade por instituições financeiras" A 31 de dezembro de 2014 a Sociedade tinha 760 milhões de libras (2013: 770 milhões de libras) em facilidades de crédito não garantidas comprometidas de forma contratual com as instituições financeiras, dos quais 200 milhões de libras (2013: 150 milhões de libras) foram utilizados. Os montantes não utilizados remanescentes num total de 560 milhões de libras (2013: 620 milhões de libras) estão disponíveis para uso e foram registados nas tabelas de Risco de liquidez como "Facilidades de crédito disponíveis para uso – concedidas ao Grupo por instituições financeiras". O Grupo inclui também 12,4 milhões de libras de facilidades de crédito não garantidas comprometidas de forma contratual nas subsidiárias do FCE (dos quais 7,4 milhões de libras foram utilizados até 31 de dezembro de 2014).

"Facilidades de crédito não garantidas concedidas ao Grupo e à Sociedade pela FMCC" Uma facilidade renovável a curto prazo de 1,5 mil milhões de euros (2013: 1,5 mil milhões de euros) foi fornecida ao Grupo pela FMCC, vencendo a 1 de dezembro de 2015 ou antes, mediante um pré-aviso de 45 dias por parte da FMCC. A 31 de dezembro de 2014, não foram extraídos quaisquer montantes relativos a este instrumento (2013: nulo). Não apresentados na tabela

de Risco de liquidez.

"Capacidade de titularização comprometida disponível para o Grupo" O FCE mantém uma capacidade de titularização comprometida que consiste em acordos com bancos e veículos de papel comercial garantido por ativos ao abrigo dos quais estas partes estão contratualmente obrigadas, por opção do FCE, a adquirir valores a receber elegíveis ou a efetuar adiantamentos no âmbito de títulos garantidos por ativos. Consulte a secção Capital e financiamento do Relatório estratégico e a Nota 17 "Titularização e financiamento relacionado" para mais detalhes. Não apresentados na tabela de Risco de liquidez.

"Facilidade não garantida concedida pela Sociedade" O FCE fornece uma facilidade à sua subsidiária polaca. Este valor é eliminado numa base de grupo.

Ativos de liquidez

Incluídos em "Caixa e seus equivalentes" estão 1217 milhões de libras (2013: 1596 milhões de libras) de caixa e seus equivalentes detidos centralmente, em particular como depósitos elegíveis de acordo com a definição da PRA de Amortecedor de ativos líquidos (1190 milhões de libras), ambos para cumprir requisitos regulamentares e fornecer liquidez para necessidades de financiamento de curto prazo e flexibilidade na utilização de outros programas de financiamento.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

42 ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Na página seguinte, é apresentada uma comparação por categorias dos valores escriturados e justos valores dos ativos financeiros e dos passivos financeiros.

O justo valor obtém-se calculando o montante a que um ativo ou passivo se pode converter numa transação com isenção de interesses, entre partes informadas e interessadas, e não numa liquidação forçada.

O FCE avalia o justo valor dos seus ativos e passivos com base na hierarquia de justos valores que reflete a importância das informações utilizadas na realização das avaliações. A hierarquia de justos valores inclui as seguintes avaliações:

- Nível 1: as informações incluem cotações para instrumentos idênticos e são as mais observáveis.
- Nível 2: as informações incluem cotações para ativos semelhantes e informações observáveis, como taxas de juro, taxas de câmbio e curvas de rentabilidade.
- Nível 3: as informações não são observáveis no mercado e incluem os pareceres da gestão sobre os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam para atribuir preços ao ativo ou ao passivo.

Instrumentos financeiros derivados

Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de avaliação aplicados no setor. Todos os derivados são incluídos no ativo quando o justo valor é positivo, e no passivo quando o justo valor é negativo.

Ativos financeiros

"Caixa e seus equivalentes" incluem as aplicações interbancárias e os elementos em processo de cobrança. O justo valor das aplicações de taxa variável e os depósitos "overnight" são o seu valor contabilizado. O justo valor estimado dos depósitos remunerados fixos baseia-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando as taxas de juro prevalentes no mercado monetário para as dívidas com

um risco de crédito e uma maturidade remanescente semelhantes.

"Valores a receber a curto prazo e empréstimos a receber" O valor contabilístico dos valores a receber a curto prazo e dos empréstimos a receber aproxima-se do justo valor devido às curtas maturidades destes ativos.

"Empréstimos e adiantamentos a clientes" O justo valor é calculado descontando os fluxos de caixa futuros antecipados utilizando uma taxa de desconto estimada que reflita o seguinte:

- Perdas de crédito esperadas
- Pré-pagamentos de clientes esperados
- Taxas de juro futuras esperadas
- Custos operacionais esperados

O FCE utiliza métodos estatísticos que dividem os valores a receber em segmentos por tipo e por termo contratual.

Passivos financeiros

Os justos valores agregados dos passivos financeiros calculam-se da seguinte forma:

- O valor contabilístico da dívida a curto prazo, os valores comerciais a pagar e as contas a pagar a subsidiárias e a participações associadas aproxima-se do justo valor devido à curta maturidade destes passivos
- O justo valor de qualquer outra dívida é estimado segundo as cotações de mercado, as taxas atuais do mercado para dívidas semelhantes, com aproximadamente a mesma maturidade remanescente, ou os modelos de fluxo de caixa descontado que utilizam as taxas atuais de mercado

Por conseguinte, as informações apresentadas não pretendem representar, nem deveriam ser interpretadas como representando, o valor subjacente do negócio em continuidade.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

42 ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

A 31 de dezembro	Notas	Valor contabilístico		Justo valor	
		2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
ATIVOS FINANCEIROS DA SOCIEDADE					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Caixa e seus equivalentes	11	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 276	£ 1 717
Instrumentos financeiros derivados	12	147	70	147	70
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Contas a receber	13	£ 132	£ 331	£ 132	£ 331
Empréstimos a receber	13	128	127	128	127
Caixa de utilização limitada	13	69	79	69	79
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14				
Retalho		5 165	4 604	5 228	4 697
Locação financeira		585	542	585	542
Por grosso/outros		4 255	3 605	4 255	3 605
PASSIVOS FINANCEIROS DA SOCIEDADE					
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Instrumentos financeiros derivados	12	£ 46	£ 33	£ 46	£ 33
Passivos financeiros pelo custo amortizado					
-Dívidas Incluídas:					
Títulos de dívida em emissão (a)	27	£ 4 806	£ 3 465	£ 4 924	£ 3 572
-Dívida não cotada:					
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	24	945	856	944	861
Depósitos de empresas	25	51	51	51	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	26	3 883	4 614	3 881	4 605
Títulos de dívida em emissão	27	315	289	318	292
Valores comerciais a pagar	29	64	69	64	69
Empréstimos subordinados	30	214	211	204	211
ATIVOS FINANCEIROS DO GRUPO					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Caixa e seus equivalentes	11	£ 1 628	£ 2 221	£ 1 628	£ 2 221
Instrumentos financeiros derivados	12	163	71	163	71
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Contas a receber	13	£ 97	£ 102	£ 97	£ 102
Caixa de utilização limitada	13	69	79	69	79
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14				
Retalho		5 215	4 662,070 142	5 280	4 757
Locação financeira		855	903	855	903
Por grosso/outros		4 478	3 786	4 478	3 786
PASSIVOS FINANCEIROS DO GRUPO					
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Instrumentos financeiros derivados	12	£ 61	£ 82	£ 61	£ 82
Passivos financeiros pelo custo amortizado					
-Dívidas Incluídas:					
Títulos de dívida em emissão (a)	27	£ 6 078	£ 4 462	£ 6 193	£ 4 566
-Dívida não cotada:					
A pagar a bancos e a outras instituições financeiras	24	2 912	3 595	2 913	3 594
Depósitos de empresas	25	51	51	51	51
A pagar à empresa-mãe e a participações associadas	26	1 231	1 404	1 231	1 404
Títulos de dívida em emissão	27	315	289	318	292
Valores comerciais a pagar	29	72	81	72	81
Empréstimos subordinados	30	214	211	204	211

(a) Valor inclui um ajuste de 79 milhões de libras (2013: 0 milhões de libras) sobre coberturas designadas pelo justo valor e sobre dívida não garantida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

42 ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

SOCIEDADE		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
A 31 de dezembro de 2014		milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Caixa e seus equivalentes	£	1 276	£	-	£	1 276
Instrumentos financeiros derivados		-		147	-	147
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Instrumentos financeiros derivados	£	-	£	46	£	46
A 31 de dezembro de 2013						
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
		milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Caixa e seus equivalentes	£	1 717	£	-	£	1 717
Instrumentos financeiros derivados		-		70	-	70
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Instrumentos financeiros derivados	£	-	£	33	£	33
GRUPO		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
A 31 de dezembro de 2014		milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Caixa e seus equivalentes	£	1 628	£	-	£	1 628
Instrumentos financeiros derivados		-		163	-	163
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Instrumentos financeiros derivados	£	-	£	61	£	61
A 31 de dezembro de 2013						
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
		milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Caixa e seus equivalentes	£	2 221	£	-	£	2 221
Instrumentos financeiros derivados		-		71	-	71
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Instrumentos financeiros derivados	£	-	£	82	£	82

A tabela acima representa o ativo e o passivo da Sociedade e do Grupo, avaliados pelo justo valor, a 31 de dezembro de 2014. A política do FCE consiste em reconhecer as transferências de entrada e as transferências de saída no valor no final do período em análise. Não foram reconhecidas transferências em 2014.

Método de mensuração do justo valor de ativos financeiros a custo amortizado

"Empréstimos e adiantamentos a clientes", medimos empréstimos e adiantamentos ao justo valor para fins de divulgação utilizando modelos de avaliação interna. Estes modelos projetam fluxos de caixa futuros de contratos de financiamento baseados em pagamentos contratuais agendados (incluindo capital e juros). Os fluxos de caixa projetados são descontados ao valor presente com base em pressupostos relativos a perdas de crédito, velocidade de pré-pagamento e spreads aplicáveis a taxas atuais aproximadas. Os nossos pressupostos relativos à velocidade

de pré-pagamento e perdas de crédito baseiam-se em desempenho histórico. O justo valor de créditos é categorizado no Nível 3 da hierarquia.

Método de mensuração do justo valor de passivos financeiros a custo amortizado

"Dívida", medimos a dívida ao justo valor para fins de divulgação utilizando cotações para a nossa dívida própria aproximadamente com as mesmas maturidades, quando possível. Caso não existam cotações, estimamos o justo valor utilizando fluxos de caixa descontados e expectativas de mercado para taxas de juro, risco de crédito e para os termos contratuais dos instrumentos de dívida. Para determinada dívida a curto prazo com uma data de maturidade original de um ano ou inferior, assumimos que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do justo valor da dívida. O justo valor de dívida é categorizado no Nível 2 da hierarquia.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

43 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas relacionadas se estiverem sob controlo comum e se uma parte tiver capacidade para controlar a outra parte ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais.

Várias operações são celebradas com partes relacionadas no decurso normal dos negócios. A Sociedade e respetivas subsidiárias são empresas separadas e legalmente distintas da Ford e das filiais de automóveis da Ford, e as transações são realizadas em termos comerciais e às taxas de mercado e praticadas pelo FCE de modo comercialmente razoável. Além da participação em planos de benefícios de reforma patrocinados pelas subsidiárias da Ford (abordados na Nota 34 "Obrigações de benefícios de reforma"), a Sociedade tem um contrato de assistência com a Ford Credit relativamente ao capital próprio (descrito na Nota 31 "Ações ordinárias e prémios de ações"), bem como um conjunto de contratos de assistência líquidos.

Não existiram alterações significativas em transações com partes relacionadas no período até 31 de dezembro de 2014.

Partes relacionadas

O FCE tem operações com partes relacionadas nas seguintes categorias, descritas abaixo:

Empresa-mãe - esta inclui a FCSH, a Ford Credit e a Ford. Para obter mais informações, consulte a Nota 46 "Informação sobre o FCE e outras partes relacionadas".

Joint venture - a única joint venture do FCE é a Forso, cujas informações são divulgadas na Nota 22 "Investimento numa joint venture".

Administradores e diretores - descrito na Nota 6 "Transações com administradores e diretores".

Entidades sob controlo comum - que inclui todas as subsidiárias da Ford, exceto as entidades já referidas em "Subsidiárias da sociedade" e em "Empresa-mãe". As transações relatadas nesta categoria incluem:

- Provisão de linhas de crédito aprovadas, hipotecas, capital circulante e outros tipos de empréstimos a agentes nos quais a Ford mantém uma participação maioritária;
- A receção de rendimento de juros da Ford e das suas empresas associadas decorrentes de empréstimos, suplementos de juros e outros custos de assistência relativamente a uma variedade de planos de financiamento a retalho, locação e por grosso;
- Garantias fornecidas em nome de outras partes relacionadas sobre as quais mais pormenores podem ser encontrados na Nota 35 "Passivos contingentes";
- Garantias recebidas de outras partes relacionadas inclui principalmente garantias por ganhos ou perdas de valor residual futuro relacionados com determinados veículos de locação operacional e inclui também garantias para determinados planos de financiamento de veículos por grosso.

Decorrente de um acordo com a Ford relativo à carteira de locação operacional do FCE, ao abrigo do qual a Ford indemniza o FCE pela maioria das perdas de valor residual e recebe o benefício da maioria dos ganhos de valor de residual, no período foi recebida pela Ford uma receção líquida de 0,4 milhões de libras. (2013: pagamento líquido de 12 milhões de libras à Ford).

Determinados montantes relativos a impostos do Reino Unido, incluindo juros quando aplicável, são pagáveis à Ford Motor Company UK ao abrigo de regimes de isenção do grupo. Os montantes pagáveis são registados em "Impostos sobre o rendimento a pagar". Para mais informações, consulte a Nota 19, Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

43 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (continuação)

Sociedade	Subsidiárias da Sociedade		Empresa-mãe		Entidades sob controlo comum		Joint venture	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Contas a receber								
Contas a receber a 1 de janeiro	£ 232	£ 122	£ 1	£ 1	£ 65	£ 100	£ -	£ -
Acréscimos a contas a receber durante o exercício	18 348	20 872	5	3	2 636	3 127	4	138
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(18 542)	(20 752)	(5)	(2)	(2 642)	(3 222)	(4)	(138)
Contas a receber a 31 de dezembro	£ 38	£ 232	£ 1	£ 1	£ 59	£ 65	£ -	£ -
Empréstimos								
Empréstimos pendentes a 1 de janeiro	£ 127	£ 315	£ -	£ -	£ 263	£ 227	£ -	£ -
Créditos emitidos durante o ano	3 608	5 418	-	-	2 957	2 738	-	-
Reembolso de créditos durante o ano (Nota de rodapé 4)	(3 607)	(5 606)	-	-	(2 892)	(2 702)	-	-
Empréstimos pendentes a 31 de dezembro	£ 128	£ 127	£ -	£ -	£ 328	£ 263	£ -	£ -
Investimento noutras entidades (Nota 23)								
Custos a 1 de janeiro	£ 100	£ 339	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Investimentos adicionais durante o exercício	-	84	-	-	-	-	-	-
Redução dos investimentos durante o exercício	-	(323)	-	-	-	-	-	-
Custos a 31 de dezembro	£ 100	£ 100	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Contas a pagar e juros acumulados								
Contas a pagar a 1 de janeiro	£ 31	£ 65	£ 5	£ 6	£ 50	£ 58	£ -	£ -
Acréscimos a contas a pagar durante o exercício	3 015	5 119	72	81	38 791	34 444	-	5
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(3 027)	(5 153)	(71)	(82)	(38 806)	(34 452)	-	(5)
Contas a pagar a 31 de dezembro	£ 19	£ 31	£ 6	£ 5	£ 35	£ 50	£ -	£ -
Dívida sénior e empréstimos subordinados								
Dívida sénior e empréstimos subordinados a 1 de janeiro	£ -	£ 679	£ 1 527	£ 1 350	£ 11	£ 26	£ -	£ -
Recebidos durante o exercício	-	-	30	835	6	46	-	-
Reembolsados durante o exercício (Nota de rodapé 4)	-	(679)	(1 361)	(658)	(61)	(61)	-	-
Dívida sénior e empréstimos subordinados a 31 de dezembro	£ -	£ -	£ 1 361	£ 1 527	£ 13	£ 11	£ -	£ -
Recebimentos de caixa líquidos procedentes da venda de valores a receber								
Recebimentos de caixa líquidos procedentes da venda de valores a receber a 1 de janeiro	£ 3 201	£ 3 552	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Adições durante o exercício	29 578	26 907	-	0	-	0	-	0
Reembolsos durante o exercício	(30 116)	(27 258)	-	-	-	-	-	-
Recebimentos de caixa líquidos procedentes da venda de valores a receber a 31 de dezembro	£ 2 663	£ 3 201	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Receita								
Suplementos de juros relativos a empréstimos e adiantamentos	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 279	£ 316	£ -	£ -
Rendimento de juros relativo a partes relacionadas	2	1	-	-	4	3	-	-
Suplementos relativos a locações operacionais	-	-	-	-	151	167	-	-
Gastos								
Gasto de juros	£ -	£ 1	£ 26	£ 29	£ -	£ 2	£ -	£ -
Honorários por serviços pagos/(recebidos) (Nota de rodapé 1)	(5)	(3)	12	14	7	14	(2)	(3)
Garantias								
Garantias fornecidas (Nota 35)	£ 1	£ 2	£ -	£ -	£ 65	£ 61	£ -	£ -
Compromissos de empréstimos (Nota de rodapé 3)	36	40	-	-	-	-	-	-
Garantias recebidas	-	-	-	-	118	124	-	-
Benefício fiscal do grupo (Nota de rodapé 2)	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 135	£ 95	£ -	£ -
Dividendos pagos (Nota 32)	£ -	£ -	£ -	£ 485	£ -	£ -	£ -	£ -
Dividendos recebidos	£ 11	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Derivados								
Justo valor positivo dos derivados no final do exercício	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 5	£ -	£ -	£ -
Justo valor negativo dos derivados no final do exercício	-	-	-	-	-	6	-	-

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

43 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (continuação)

Grupo	Empresa-mãe		Entidades sob controlo comum		Joint venture	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Contas a receber						
Contas a receber a 1 de janeiro	£ 1	£ -	£ 66	£ 163	£ -	£ -
Acréscimos a contas a receber durante o exercício	5	3	2 636	3 154	4	142
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(5)	(2)	(2 641)	(3 251)	(4)	(142)
Contas a receber a 31 de dezembro	£ 1	£ 1	£ 61	£ 66	£ -	£ -
Empréstimos						
Empréstimos a receber a 1 de janeiro	£ -	£ -	£ 263	£ 227	£ -	£ -
Créditos emitidos durante o ano	-	-	2 957	2 738	-	-
Reembolso de créditos durante o ano (Nota de rodapé 4)	-	-	(2 892)	(2 702)	-	-
Empréstimos pendentes a 31 de dezembro	£ -	£ -	£ 328	£ 263	£ -	£ -
Investimento numa entidade controlada conjuntamente						
Investimento a 1 de janeiro	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 43	£ 44
Dividendos recebidos durante o exercício	-	-	-	-	-	(5)
Participação no resultado líquido durante o exercício	-	-	-	-	3	3
Ajuste da conversão cambial	-	-	-	-	(3)	1
Investimento a 31 de dezembro	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 43	£ 43
Contas a pagar e juros acumulados						
Contas a pagar a 1 de janeiro	£ 5	£ 6	£ 58	£ 66	£ -	£ -
Adições durante o exercício	73	81	40 974	35 912	-	5
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(72)	(82)	(40 985)	(35 920)	-	(5)
Contas a pagar a 31 de dezembro	£ 6	£ 5	£ 47	£ 58	£ -	£ -
Dívida sénior e empréstimos subordinados						
Dívida sénior e empréstimos subordinados a 1 de janeiro	£ 1 527	£ 1 350	£ 24	£ 40	£ -	£ -
Recebidos durante o exercício	30	835	12	91	-	-
Reembolsados durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(196)	(658)	(5)	(107)	-	-
Dívida sénior e empréstimos subordinados a 31 de dezembro	£ 1 361	£ 1 527	£ 31	£ 24	£ -	£ -
Receita						
Suplementos de juros auferidos por empréstimos e adiantamentos	£ -	£ -	£ 298	£ 331	£ -	£ -
Rendimento de juros de partes associadas	-	-	3	4	-	-
Suplementos relativos a locações operacionais	-	-	151	167	-	-
Gastos						
Gasto de juros	£ 26	£ 29	£ -	£ 1	£ -	£ -
Honorários por serviços pagos/(recebidos) (Nota de rodapé 1)	12	14	8	15	(2)	(3)
Garantias						
Garantias fornecidas (Nota 35)	£ -	£ -	£ 65	£ 61	£ -	£ -
Garantias recebidas	-	-	118	124	-	-
Benefício fiscal do grupo (Nota de rodapé 2)	£ -	£ -	£ 135	£ 95	£ -	£ -
Dividendos pagos (Nota 32)	£ -	£ 485	£ -	£ -	£ -	£ -
Dividendos recebidos	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 5
Derivados						
Justo valor dos ativos dos derivados no final do exercício	£ -	£ -	£ 5	£ -	£ -	£ -
Justo valor dos passivos dos derivados no final do exercício	-	-	-	6	-	-

Notas de rodapé:

- Honorários por serviços recebidos ou pagos** - O FCE recebe aconselhamento e serviços técnicos e administrativos da Ford e respetivas empresas associadas, ocupa espaço de escritório mobilado e fornecido por estas e pelas suas empresas associadas e utiliza instrumentos de processamento de dados por estas mantidos. Os custos destes serviços são cobrados em "Gastos operacionais".
- Benefício fiscal do grupo** são perdas reclamadas de empresas associadas britânicas para proteger os benefícios fiscais do FCE no Reino Unido.
- Compromissos de empréstimos:** a Sociedade estendeu as facilidades de empréstimo às suas subsidiárias polacas, FCE Bank Polska S.A. e FCE Credit Poland S.A. Para obter mais informações, consulte a Nota 36 "Compromissos".
- Reembolsos** inclui tanto reembolsos como o efeito das alterações das taxas de câmbio durante o exercício.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

44a) Valores da avaliação do

	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014
	milhões de dólares						
Rendimentos do mercado	\$ 381	\$ 289	\$ 101	\$ 49	\$ 73	\$ 181	\$ 1074
Custos de empréstimo	(144)	(88)	(30)	(11)	(24)	(60)	(357)
Gastos operacionais	(83)	(90)	(32)	(25)	(24)	(70)	(324)
Perdas por imparidade	(1)	(2)	(7)	(3)	0	(1)	(14)
Outras receitas / (gastos)	(2)	(47)	0	(1)	(1)	1	(50)
Resultados antes de impostos (PBT)	\$ 151	\$ 62	\$ 32	\$ 9	\$ 24	\$ 51	\$ 329
Valores a receber líquidos	\$ 6452	\$ 4900	\$ 1300	\$ 680	\$ 1092	\$ 2611	\$ 17035

	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013
	milhões de dólares						
Rendimentos do mercado	\$ 345	\$ 389	\$ 115	\$ 46	\$ 82	\$ 171	\$ 1148
Custos de empréstimo	(162)	(133)	(52)	(17)	(35)	(67)	(466)
Gastos operacionais	(68)	(102)	(33)	(31)	(23)	(99)	(356)
Perdas por imparidade	(8)	(6)	(9)	(6)	0	0	(29)
Outras receitas / (gastos)	1	(51)	0,01	0	0	0	(50)
Resultados antes de impostos (PBT)	\$ 108	\$ 97	\$ 21	\$ (8)	\$ 24	\$ 4	\$ 246
Valores a receber líquidos	\$ 5637	\$ 4861	\$ 1286	\$ 516	\$ 1102	\$ 2633	\$ 16035

Em linha com o ponto central da análise de gestão e os requisitos da IFRS 8 "Segmentos operacionais", o desempenho dos cinco principais mercados geográficos (Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha e França) é apresentado separadamente. O desempenho dos cinco principais mercados ("Segmentos relatáveis") constitui mais de 75% da receita externa e foi analisado como segmentos relatáveis separados nas páginas 112 e 113, com todos os outros mercados e operações, combinados na rubrica "Outros/sede", conforme se descreve abaixo. "Sede" inclui várias operações que apoiam as subsidiárias e sucursais da Sociedade, cujos gastos são atribuídos ao estabelecimento que beneficia do serviço.

"Sede/outros" representa as operações que contribuem individualmente em menos de 10% para as receitas externas, e inclui as sucursais da Sociedade na Áustria, Bélgica, Grécia, Irlanda, Países Baixos e Portugal, bem como as subsidiárias do FCE sediadas na República Checa, Hungria, Polónia e Suíça. Além disso, "Sede/Outros" inclui WWTF e eliminações de transações intra e intersociedade.

Os dados relativos a segmentos baseiam-se na demonstração consolidada dos resultados e outro rendimento integral e na demonstração da posição financeira conforme relatadas ao Comité Executivo ("CE") em dólares dos Estados Unidos, em conformidade com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) dos EUA, partindo de uma abordagem de Capital Baseado em Risco (RBE), excluindo os ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e os ajustes cambiais (consulte a rubrica "Definições", conforme detalhado na página 2, para ler a definição de "RBE").

A CE avalia o desempenho das subsidiárias e das sucursais do FCE, de uma perspetiva geográfica, e afeta os recursos com base nestas informações. Os valores de medição do desempenho incluem o seguinte:

"Rendimentos do mercado" representa rendimento de

juros de valores a receber de financiamento a retalho e por grosso, rendas recebidas por veículos de locação operacionais deduzindo a depreciação de veículos a motor detidos para utilização nos termos de locações operacionais e resultado líquido de serviços e comissões.

"Custos de empréstimo" representa os custos associados a financiamento não garantido de fontes locais e centrais e re financiamento baseada em titularização de créditos de fontes locais e são apresentados numa abordagem de Capital Baseado em Risco (RBE). O processo RBE atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente na carteira de cada estabelecimento, e o custo de empréstimo é ajustado contra o valor registado nos termos das IFRS, de forma a refletir o impacto do custo das alterações no nível da dívida que seria necessário para cumprir os requisitos de capital revistos. O financiamento a nível central e os custos derivados, incluindo os custos de manutenção de um amortecedor de liquidez, são atribuídos aos respetivos estabelecimentos.

Os valores de "Gastos operacionais" e "Perdas por imparidade" são, geralmente, iguais aos apresentados na avaliação do desempenho e nas IFRS.

"Outras receitas/(gastos)" representa vários outros rendimentos/gastos não incluídos acima.

"Resultados antes de impostos" são apresentados nos termos dos PCGA dos EUA, partindo de uma abordagem de RBE, excluindo os ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e os ajustes cambiais.

"Valores líquidos a receber" são apresentados com base nos PCGA dos EUA, excluindo a "provisão para perdas incorridas" e os "suplementos de juros não recebidos de partes relacionadas" e incluindo o investimento líquido do FCE em veículos a motor detidos para uso pelo FCE, na qualidade de locador, sob locações operacionais.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (continuação)

44b) Com base nas IFRS

	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014
	milhões de libras						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
Receitas de comercialização a retalho	£ 146	£ 86	£ 33	£ 11	£ 16	£ 38	£ 330
Receitas de comercialização por grosso	79	47	22	17	24	62	251
Outro rendimento de juros	1	1	0	1	0	2	5
Rendimentos de honorários e comissões	7	12	6	1	8	9	43
Rendimento de locações operacionais	0	178	0	0	0	3	181
Total da receita externa	£ 233	£ 324	£ 61	£ 30	£ 48	£ 114	£ 810
Receitas intersegmentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de Receitas	£ 233	£ 324	£ 61	£ 30	£ 48	£ 114	£ 810
Depreciação de ativos fixos tangíveis	0	(171)	0	0	0	(4)	(175)
Amortização de outros intangíveis	0	0	0	0	0	(2)	(2)
Resultados antes de impostos	£ 93	£ 15	£ 11	£ 3	£ 6	£ 69	£ 197
ATIVO							
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£ 4095	£ 2857	£ 820	£ 434	£ 689	£ 1653	£ 10548
Ativos fixos tangíveis	1	200	0	1	0	5	207
Investimento numa entidade controlada conjuntamente	0	0	0	0	0	43	43
Total do ativo	£ 4302	£ 4078	£ 867	£ 471	£ 754	£ 2577	£ 13049

	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013
	milhões de libras						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
Receitas de comercialização a retalho	£ 130	£ 137	£ 40	£ 12	£ 22	£ 33	£ 374
Receitas de comercialização por grosso	88	50	30	17	27	64	276
Outro rendimento de juros	2	2	0	1	0	3	8
Rendimentos de honorários e comissões	6	9	4	1	8	9	37
Rendimento de locações operacionais	0	200	0	0	0	4	204
Total da receita externa	£ 226	£ 398	£ 74	£ 31	£ 57	£ 113	£ 899
Receitas intersegmentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de Receitas	£ 226	£ 398	£ 74	£ 31	£ 57	£ 113	£ 899
Depreciação de ativos fixos tangíveis	18	0	(178)	0	0	(5)	(183)
Amortização de outros intangíveis	21	0	0	0	0	(2)	(2)
Resultados antes de impostos	£ 69	£ 37	£ 13	£ 2	£ 12	£ 81	£ 214
Memo - incluindo rubricas extraordinárias	9	(22)	0	(5)	0	0	(27)
ATIVO							
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	£ 3368	£ 2692	£ 762	£ 306	£ 655	£ 1568	£ 9351
Ativos fixos tangíveis	18	149	0	1	0	4	155
Investimento numa entidade controlada conjuntamente	22	0	0	0	0	43	43
Total do ativo	£ 3406	£ 3930	£ 840	£ 344	£ 749	£ 3003	£ 12272

Com base nas IFRS

A tabela supra fornece informação por segmentos adicional com base nas IFRS, que inclui ajustes ao justo valor de instrumentos financeiros e ajustes cambiais e exclui ajustes analíticos. As informações incluídas na secção 44 b) seguem a base descrita, pois não são consideradas passíveis de produzir informações complementares de acordo com a IFRS 8, em concordância com os resultados da avaliação do desempenho divulgados à CE.

Preços de transferência

A Sociedade utiliza a sua metodologia de atribuição de preços de transferência de acordo com as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Isto não afeta os lucros antes de impostos globais da Sociedade e encontra-se excluída dos resultados da avaliação de desempenho. Os lucros antes de impostos de segmentos operacionais individuais, conforme apresentado de acordo com as IFRS na secção 44 b), refletem o método de atribuição de preços de transferência.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (continuação)

44c) Reconciliação entre os valores da avaliação do desempenho e os valores

	Rendimentos do Mercado 2014		Custos de Empréstimo 2014		Gastos Operacionais 2014		Perdas por imparidade 2014		PBT 2014		Valores a receber líquidos 2014	
	milhões		milhões		milhões		milhões		milhões		milhões	
Segmentos relatáveis	\$	893	\$	(297)	\$	(254)	\$	(13)	\$	278	\$	14424
Operações centrais/outras		181		(60)		(70)		(1)		51		2611
Total	\$	1074	\$	(357)	\$	(324)	\$	(14)	\$	329	\$	17035
Convertido para GBP	£	652	£	(217)	£	(197)	£	(9)	£	198	£	10928
IFRS vs PCGA dos EUA		7		12		(13)		0		4		(4)
Diferenças de apresentação												
Locações operacionais		145		0		0		0		0		(203)
Suplementos de juros não recebidos		0		0		0		0		0		(138)
Provisão para perdas incorridas		0		0		0		0		0		(33)
Gastos com honorários e comissões		10		0		0		0		0		0
Ganhos / perdas residuais / reserva		2		0		0		0		0		(3)
Outras diferenças de apresentação		(6)		-6		6		(0,32)		2		1
Ajustes												
Ajuste do capital próprio baseado em risco		0		15		0		0		15		0
Outros ajustes do desempenho		0		5		0		0		(22)		0
Total de reconciliação com as IFRS	£	810	£	(191)	£	(204)	£	(9)	£	197	£	10548

	Rendimentos do Mercado 2013		Custos de Empréstimo 2013		Gastos Operacionais 2013		Perdas por imparidade 2013		PBT 2013		Valores a receber líquidos 2013	
	milhões		milhões		milhões		milhões		milhões		milhões	
Valores da avaliação do desempenho	\$	977	\$	(399)	\$	(257)	\$	(29)	\$	242	\$	9047
Segmentos relatáveis		171		(67)		(99)		0		4		6988
Operações centrais/outras	\$	1148	\$	(466)	\$	(356)	\$	(29)	\$	246	\$	16035
Total	£	735	£	(299)	£	(228)	£	(19)	£	158	£	9700
Convertido para GBP												
IFRS vs PCGA dos EUA		11		12		(14)		0		7		(6)
Diferenças de apresentação												
Locações operacionais		149		0		0		0		0		(151)
Suplementos de juros não recebidos		0		0		0		0		0		(148)
Provisão para perdas incorridas		0		0		0		0		0		(42)
Gastos com honorários e comissões		14		0		0		0		0		0
Ganhos / perdas residuais / reserva		4		0		0		0		0		(2)
Outras diferenças de apresentação		(14)		2		9		1		2		(3)
Ajustes												
Ajuste do capital próprio baseado em risco		0		34		0		0		34		0
Outros ajustes do desempenho		0		0		0		0		10		0
Ajustes da tempestividade		1		(1)		1		0		3		3
Total de reconciliação com as IFRS	£	900	£	(252)	£	(232)	£	(18)	£	214	£	9351

Esta secção começa com os valores da avaliação do desempenho para os Segmentos relatáveis do FCE mais as operações de "Sede/outras" detalhadas em 44a) e converte os valores apresentados em dólares dos Estados Unidos para libras esterlinas, com base nas taxas de câmbio, conforme incorridas, e "Valores a receber líquidos" à taxa de câmbio em vigor na data do relatório. Em seguida, fornece uma reconciliação dos valores de medição do desempenho para a vista de Declaração nos termos das IFRS, apresentada em 44b).

Resumo das diferenças principais

"**Rendimentos do mercado**" representa o Total de receitas, incluindo o rendimento de juros, o rendimento de serviços e comissões e o rendimento de locações operacionais.

"**Valores a receber líquidos**" representa os empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes.

"**Custos de empréstimo**" representa o gasto de juros nos termos das IFRS.

"**Perdas por imparidade**" representa as Perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos.

"**Diferenças de apresentação**" níveis de análises do EC de "valores a receber líquidos" como uma medida-chave de desempenho. Isto inclui locações operacionais (relatadas no

balanço em termos das IFRS na rubrica "Ativos fixos tangíveis"), excluindo os custos de geração de empréstimos diferidos, o rendimento de financiamento não recebido, os suplementos de juros de partes relacionadas, as provisões para perdas incorridas e as perdas do valor residual do veículo. Outras divergências nesta categoria representam diferenças de apresentação menores entre a avaliação do desempenho e o relatório elaborado de acordo com as IFRS.

"**Ajustes**", o ajuste do desempenho, partindo de uma abordagem de RBE, atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente em cada carteira de estabelecimento. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para refletir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital revistos. O ajuste, partindo de uma abordagem de RBE, permite a avaliação, de uma perspectiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento.

"**Outros ajustes de desempenho**" inclui o impacto nos resultados dos ajustes do justo valor em instrumentos financeiros e dos ajustes cambiais. Relacionados essencialmente com os movimentos das taxas de mercado, encontram-se excluídos da avaliação do desempenho da CE, pois as atividades de gestão do risco do FCE são administradas de forma central.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Resultados antes de impostos	£ 195	£ 230	£ 197	£ 214
Ajustes para:				
Gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis	1	1	1	1
Gastos de depreciação dos veículos de locação operacional	174	182	174	182
Efeitos da conversão cambial	(23)	(3)	(3)	(11)
Ajuste de pagamento baseado em ações	0	0	0	-1
Perdas brutas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos	32	44	33	44
Participação no rendimento líquido de uma joint venture	-	-	(3)	(3)
Amortização de outros intangíveis	2	2	2	2
Ajustes do justo valor em instrumentos financeiros	47	26	24	1
Gasto de juros	187	255	192	252
Juros e rendimentos similares	(552)	(639)	(587)	(658)
Outro rendimento operacional	(183)	(205)	(181)	(205)
Alterações nos passivos e ativos operacionais:				
Aumento/(diminuição) líquido dos passivos acrescidos e do rendimento diferido	3	4	(2)	8
(Aumento)/diminuição líquido dos débitos diferidos e gastos pagos antecipadamente	23	(1)	26	(9)
(Aumento)/diminuição líquido dos valores a receber resultantes de planos de financiamento	(1 629)	(129)	(1 608)	(88)
Aquisição de veículos para locações operacionais	(539)	(498)	(539)	(498)
Recebimentos de venda de veículos em locação operacional	300	345	300	346
(Aumento)/diminuição líquido em veículos a aguardar venda	24	(5)	24	(5)
(Aumento)/diminuição líquido dos valores a receber de contas	3	33	3	33
Aumento/(diminuição) líquido das contas a pagar	-	(9)	(3)	(9)
(Aumento)/diminuição líquido dos valores a receber de contas de participações associadas	(20)	254	(4)	99
Aumento/(diminuição) líquido das contas a pagar a participações associadas	(22)	(39)	(6)	(9)
Caixa de/(utilizada em) atividades operacionais	£ (1 977)	£ (152)	£ (1 960)	£ (314)

Transações não em numerário excluídas da demonstração de fluxos de caixa

Durante o ano de 2013, a Sociedade tomou ações de reestruturação de capital relativamente a determinadas subsidiárias no Reino Unido. Para informação adicional, consulte a Nota 23 "Investimentos noutras entidades". O FCE também pagou um dividendo de 485 milhões de libras em 2013. A contrapartida em numerário para este dividendo foi liquidada com a contrapartida de um empréstimo intersociedade recebido do FCSH. Para informação adicional, consulte a Nota 26 "Dívidas à empresa-mãe e participações associadas".

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (continuação)

	Sociedade		Grupo	
	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras	2014 milhões de libras	2013 milhões de libras
No início do período:				
Caixa e seus equivalentes	£ 1 717	£ 1 947	£ 2 221	£ 2 477
Menos: Descobertos bancários	(10)	-	(12)	(2)
Saldo a 1 de janeiro de 2014 e 2013	£ 1 707	£ 1 947	£ 2 209	£ 2 475
No final do período:				
Caixa e seus equivalentes	£ 1 276	£ 1 717	£ 1 628	£ 2 221
Menos: Descobertos bancários	(3)	(10)	(3)	(12)
Saldo a 31 de dezembro de 2014 e 2013	£ 1 273	£ 1 707	£ 1 625	£ 2 209
Aumento(diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes				
Caixa e seus equivalentes no início do período	£ 1 707	£ 1 947	£ 2 209	£ 2 475
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 273	1 707	1 625	2 209
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	£ (434)	£ (240)	£ (584)	£ (266)

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes compreendem os saldos detidos com menos de 90 dias de maturidade desde a data de aquisição, incluindo títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis, bem como montantes a receber de bancos, líquidos de descobertos bancários. No balanço, os descobertos bancários são incluídos em "Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras".

"Depósitos em banco central e outros depósitos", que se encontram incluídos em "Caixa e seus equivalentes a bancos", não estão disponíveis para uso nas operações diárias do FCE e, como tal, estão excluídas da rubrica "Caixa e seus equivalentes" para efeitos da demonstração de fluxos de caixa.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014

46 INFORMAÇÃO SOBRE O FCE E OUTRAS PARTES RELACIONADAS

Domicílio: Reino Unido (UK).

Natureza jurídica: A Sociedade é um banco regulado, autorizada como um banco que aceita depósitos, efetua crédito ao consumo e atua como intermediário de seguros nos termos da lei de 2000 relativa aos serviços e mercados financeiros (Financial Services and Markets Act 2000) e em conformidade com a lei de 2012 relativa a serviços financeiros (Financial Services Act 2012) e está autorizada pela PRA e é regulada pela FCA e pela PRA. A Sociedade também detém licenças de passaporte para realizar negócios de financiamento em outros locais na Europa. Além do Reino Unido, a Sociedade detém sucursais noutros 10 países europeus, que exerceram os direitos de passaporte para realizar atividades reguladas nesses países segundo as Diretivas de mediação de seguros e consolidação bancária.

País de registo: A Sociedade é uma sociedade anónima constituída e registada na Inglaterra e no País de Gales.

Sede social: Central Office - Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR. Registada em Inglaterra e no País de Gales, sob o n.º 772784.

A Sociedade tem duas subsidiárias no Reino Unido (consulte a Nota 23 "Investimentos noutras entidades"), sendo que todas partilham a mesma sede social que a Sociedade.

Além destas, a Sociedade tem subsidiárias na República Checa, Hungria, Polónia Suécia e Suíça. A subsidiária na Suécia é a sociedade holding de uma joint venture na região nórdica - consulte "Locais de operações na Europa", na página 118, para saber quais os endereços das subsidiárias e sucursais da Sociedade na Europa.

Natureza das operações e principais atividades: O principal negócio do FCE consiste em apoiar a venda dos veículos da Ford na Europa através das respetivas redes de agentes. É fornecida uma variedade de planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso nos mercados em que o FCE opera.

Nos mercados europeus, o FCE oferece a maioria dos seus produtos e serviços em nome das marcas Ford Credit ou Ford Bank – consulte "Locais de operações na Europa", na página 118, para obter mais informações. A Sociedade, através da sua divisão Worldwide Trade Finance (WWTF), financia importadores e distribuidores em países onde, geralmente, não há qualquer presença local estabelecida da Ford. Atualmente, a WWTF fornece planos de financiamento em aproximadamente 60 países. Além disso, existem operações de marca privada em alguns mercados europeus.

Empresa-mãe: Antes de 26 de novembro de 2013, a empresa-mãe da Sociedade era a Ford Credit International Inc. (FCI). Desde 26 de novembro de 2013, todas menos uma das 614 384 050 ações ordinárias de 1 libra do FCE eram detidas pelo FCSH GmbH (FCSH") e desde 9 de outubro de 2000 uma ação do FCE é detida pela Ford Motor Credit Company LLC ("FMCC LLC") como fideicomisso pela FCI. Nem a FCI, nem o FCSH elaboram contas consolidadas, visto serem detidos a 100% pela, e consolidadas nas contas de, FMCC LLC. Para obter mais informações, consulte a Nota 31 "Ações ordinárias e prémio de emissão de ações".

Empresa-mãe global: A empresa-mãe global e participante maioritária é a Ford Motor Company (Ford). A Ford, a FCI e a Ford Credit estão constituídas nos Estados Unidos da América. O FCSH está constituído na Suíça.

As cópias das contas consolidadas da Ford Credit e da Ford podem ser obtidas junto da Ford Motor Company (US), sediada em: One American Road, Dearborn, Michigan 48126, Estados Unidos da América.

47 FACTOS POSTERIORES AO BALANÇO

Não existiram factos relatáveis posteriores ao balanço.

Principais rácios e termos financeiros

A tabela abaixo resume o cálculo dos principais rácios financeiros indicados na secção "Resumo do desempenho" do "Relatório estratégico de 2014".

Os rácios de custos, margem e perda de crédito excluem rubricas extraordinárias de modo a apresentarem o desempenho subjacente ou "normalizado". As rubricas extraordinárias estão resumidas na Nota 9.

		2014		2013	
		milhões de libras		milhões de libras	
		Notas			
DADOS COMPLEMENTARES:					
A [i]	Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes médios	£	10 281	£	9 487
A [ii]	Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	14	10 548		9 351
A [iii]	Provisão para imparidade coletiva	15	33		40
B [i]	Capital próprio anual médio		1 753		1 870
B [ii]	Capital Common equity tier (CET1) / Capital Tier 1 de Basileia II	33	1 756		1 711
RESULTADO:					
	- Total do rendimento		609		634
	- Rubricas extraordinárias deduzidas	9	-		-
	- Depreciação dos veículos de locação operacional	18	(175)		(183)
C	Resultado normalizado (margem)		434		451
CUSTOS OPERACIONAIS:					
	- Gastos operacionais	5	(204)		(232)
	- Equipamento de escritório e amortização do arrendamento	18	-		-
	- Gastos/(rendimentos) extraordinários	9	-		22
D	Custos operacionais normalizados		(204)		(210)
PERDA DE CRÉDITO:					
	Perdas líquidas	15	(16)		(21)
	Rubricas extraordinárias	9	-		5
E	Perdas líquidas normalizadas		(16)		(16)
F	Lucros depois de impostos		147		152
PRINCIPAIS RÁCIOS FINANCEIROS					
Rendibilidade do capital próprio (F/B[i])			8,4%		8,1%
Margem (C/A [i])			4,2%		4,8%
Rácio custo-eficiência (D/A [i])			2,0%		2,2%
Rácio de acessibilidade do custo (D/C)			47,0%		46,6%
Rácio de perda de crédito, excluindo perdas extraordinárias (E/A [i])			0,16%		0,17%
Cobertura da perda de crédito (A [v]/A [i])			0,3%		0,4%
Capital Common equity tier (CET1) / Posições ponderadas pelo risco			16,3%		18,5%

Termos financeiros	Significado
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes médios	O saldo de empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes no final de cada mês, dividido pelo número de meses que constituem o período em análise.
Rubricas extraordinárias	Eventos que não costumam repetir-se ou transações cuja divulgação ajuda a interpretar o desempenho em comparação com exercícios anteriores.
Empréstimos e adiantamentos a clientes por grosso	Total de pagamentos a haver relativos a empréstimos e a adiantamentos a clientes (consulte a Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes").
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentados no balanço, representando os "Empréstimos e adiantamentos a clientes por grosso", incluindo quaisquer honorários/custos diferidos, menos provisões, rendimento de financiamento não recebido e suplementos de juros de partes relacionadas (consulte a Nota 15 "Empréstimos e adiantamentos a clientes").
Normalizado	Excluindo rubricas extraordinárias (consulte a Nota 9 "Rubricas extraordinárias").
Fundos próprios principais Tier 1 (CET1)	Capital social, prémio de ação, lucros não distribuídos auditados, líquidos de ativos intangíveis, goodwill e outros ajustes para cumprir os requisitos regulamentares.

Locais de operações na Europa

Ao longo do tempo, as subsidiárias e sucursais do FCE forneceram planos de financiamento a retalho e por grosso para veículos da Ford e fabricantes europeus afiliados à Ford, de acordo com vários estilos comerciais, conforme se indica abaixo. O FCE encontra-se neste momento concentrado no financiamento de veículos da Ford. A Jaguar, Land Rover, Mazda e Volvo têm

transferiram os seus negócios de serviços financeiros para outros prestadores de financiamento. As subsidiárias e as sucursais do FCE sediadas nos locais abaixo deixaram de comprar novos negócios da Volvo, da Jaguar, da Land Rover e da Mazda, embora continuem a gerir carteiras em liquidação existentes em muitos dos mercados.

Localização	Endereço	Estilos comerciais
Localização das sucursais da Sociedade		
ÁUSTRIA	Ford Bank Austria Zweigniederlassung der FCE Bank plc, Fuerbergstrasse 51, Postfach 2, A-5020 Salzburgo	F, JFS, LRFS, M, VCF
BÉLGICA	FCE Bank plc, Hunderenveldlaan 10, B-1082 Bruxelas (também gere negócios no Luxemburgo)	F, JFS, LRFS, VCF, M
GRÃ-BRETANHA	FCE Bank plc, Central Office, Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR (para obter uma lista completa das subsidiárias no Reino Unido, consulte a Nota 24)	F, VCF
FRANÇA	FCE Bank plc, Succursale France, 34 Rue de la Croix de Fer, Saint-Germain-en-Laye, 78174	F, JFS, LRFS, M, P, VCF
ALEMANHA	Ford Bank Niederlassung der FCE Bank plc, Josef-Lammerting-Allee 24-34, 50933 Colónia	F, M, JFS, LRFS
GRÉCIA	FCE Bank plc, Akakion 39 and Monemvasias, 15125 Marousi, Atenas	F, VCF
IRLANDA	FCE Bank plc, Elm Court, Boreenmanna Road, Cork 999937 IE	F, LRFS, VCF, HFS, M
ITÁLIA	FCE Bank plc, Via Andrea Argoli 54, 00143 Roma	F, JFS, LRFS, P, M, VCF
PAÍSES BAIXOS	FCE Bank plc, Amsteldijk 216/217, Postbus 795, 1000 AT, Amesterdão	F, JFS, LRFS, M, VCF
PORTUGAL	FCE Bank plc, Av. Liberdade, nº 249 - 5º Andar, 1250-143 Lisboa, freguesia de Coração de Jesus	F, VCF
ESPAÑHA	FCE Bank plc filial en España, Calle Caléndula, 13, 28109 Alcobendas, Madrid	F, P, VCF
O Grupo: Subsidiárias europeias do FCE		
REPÚBLICA CHECA	FCE Credit, s.r.o., Nile House, Karolinská 654/2, 186 00 Praga 8	F, VCF
HUNGRIA	FCE Credit Hungária Zrt/FCE Services Szolgáltató Kft, Galamb József u. 3., Szentendre 2000	F, VCF
POLÓNIA	FCE Credit Polska S.A./FCE Bank Polska S.A., Marynarska Business Park, Tasmowa 7, 02-677 Varsóvia	F, VCF
SUIÇA	Ford Credit (Switzerland) GmbH, Geerenstrasse 10, 8304 Wallisellen	F, VCF
O Grupo: Joint venture do FCE na região nórdica (participação do FCE na Saracen Holdco AB)		
DINAMARCA	Forso Danmark, filial af Forso Nordic Ab, Borupvang 5 D-E, 2750 Ballerup	VCF, R, M
FINLÂNDIA	Forso Finance Oy, Taivaltie 1B, 01610 Vantaa	P, VCF
NORUEGA	Forso Nordic, Branch of Forso Nordic Ab, Pb 573, 1410 Kolbotn	LRFS, P, VCF, M
SUÉCIA	Forso Nordic Ab, Torpavallsgatan 9, 416 73 Göteborg	M, JFS, LRFS

Locais de operações na Europa

A tabela seguinte é divulgada para captar os requisitos do artigo 89.º relativo à transmissão de informações por país (CBCR) da Diretiva de requisitos de capital IV (CRDIV), que foi promulgada no seguimento do Regulamento sobre transmissão de informações (por país) de requisitos de capital de 2013 (Instrumento Estatutário n.º 3118 de 2013).

Nome da Sucursal ou Subsidiária	Atividade principal	Número médio de colaboradores a tempo inteiro	Volume de negócios (milhões de libras)	Resultados antes de impostos* (milhões de libras)	Impostos sobre as Sociedades pagos (milhões de libras)
FCE Bank plc Austria	Banco	24	£ 7	£ 2	£ 0,1
FCE Bank plc Belgium	Banco	30	£ 12	£ 3	£ 0,6
FCE Bank plc France	Banco	92	£ 31	£ 3	£ 3,1
FCE Bank plc Germany	Banco	389	£ 266	£ 15	£ 15,2
FCE Bank plc Greece	Banco	21	£ -	£ -	£ -
FCE Bank plc Ireland	Banco	4	£ 4	£ 1	£ -
FCE Bank plc Italy	Banco	105	£ 45	£ 14	£ 2,1
FCE Bank plc Netherlands	Banco	23	£ 12	£ 1	£ 0,2
FCE Bank plc Norway	Banco	-	£ -	£ -	£ 1,3
FCE Bank plc Portugal	Banco	15	£ 3	£ -	£ 0,2
FCE Bank plc Spain	Banco	101	£ 23	£ 3	£ 0,4
FCE Bank plc UK	Banco	697	£ 187	£ 153	£ - **
FCE Credit s.r.o	Sociedade financeira	22	£ 3	£ 1	£ 0,7
FCE Credit Hungary Zrt	Sociedade financeira	-	£ 3	£ 2	£ 0,2
FCE Services Kft	Sociedade financeira	9	£ -	£ -	£ -
FCE Bank Polska S.A	Banco	-	£ 3	£ 1	£ 0,1
FCE Credit Polska S.A	Sociedade financeira	34	£ 4	£ 2	£ -
Ford Credit Switzerland GmbH	Sociedade financeira	41	£ 18	£ 9	£ 4,2
Saracen Holdco Ab	Sociedade holding	-	£ -	£ -	£ -

* Os resultados antes de impostos são apresentados acima nos termos das IFRS ao nível da sociedade e não incluem os lucros ou perdas das Entidades estruturadas.

** O FCE Bank plc é membro de um grupo fiscal no Reino Unido e, como tal, essas perdas e outras isenções podem ser partilhadas entre sociedades associadas dentro do grupo. Os pedidos de dedução dentro do grupo efetuados pelo FCE em 2014 reduziram o seu passivo associado aos impostos sobre sociedades no Reino Unido para um valor nulo. Foram efetuados pagamentos pela isenção do grupo equivalentes ao imposto no Reino Unido à sociedade que ceder as perdas.

Relatório dos auditores independentes para os membros do FCE Bank plc - por país

Relatório dos auditores independentes aos administradores da FCE Bank plc

Auditámos o anexo de acompanhamento da FCE Bank Plc para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014 ("o anexo"). O anexo foi elaborado pelos administradores com base nos requisitos do Regulamento sobre requisitos de capital (transmissão de informações por país) de 2013.

Responsabilidade dos administradores pelo anexo

Os administradores são responsáveis pela elaboração do anexo em conformidade com o Regulamento sobre requisitos de capital (transmissão de informações por país) de 2013, pela adequação da base de preparação e pela interpretação do Regulamento, pois afetam a preparação do anexo, e pelo controlo interno que os administradores determinem ser necessário para permitir a preparação do anexo sem declarações indevidas relevantes, quer devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades dos auditores

A nossa responsabilidade consiste em expressar um parecer sobre o anexo com base na nossa auditoria. Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditorias. Estas Normas requerem que cumpramos os requisitos éticos e que a auditoria seja planificada e levada a cabo, de forma a obter uma garantia razoável de que o anexo está isento de erros significativos.

A auditoria envolve procedimentos de elaboração de provas auditadas sobre os montantes e sobre a informação que consta no anexo. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de erros significativos no anexo, quer devido a fraude ou erro. Ao elaborar estas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação do anexo por parte da entidade, de modo a que os procedimentos de auditoria sejam adequados às circunstâncias, para não de modo a expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral do anexo.

Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer de auditoria.

Opinião

Na nossa opinião, a informação por país no anexo a 19 de março de 2015 foi elaborada, em todos os aspetos relevantes, em conformidade com os requisitos do Regulamento sobre requisitos de capital (transmissão de informações por país) de 2013.

Base de preparação e restrição à distribuição

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o anexo, que descreve a base de preparação. O anexo é elaborado para ajudar os administradores a cumprir os requisitos do Regulamento sobre requisitos de capital (transmissão de informações por país) de 2013. Consequentemente, o anexo pode não ser adequado para outra finalidade.

O nosso relatório visa unicamente o benefício dos administradores do FCE Bank Plc. Não aceitamos, nem assumimos qualquer responsabilidade para com qualquer outra parte, salvo caso o tenhamos acordado por escrito.

PricewaterhouseCoopers LLP
Técnicos Oficiais de Contas
20 de março de 2015
Londres

Glossário de termos definidos

Termos Financeiros	Significado dos termos financeiros
IAS	Normas contabilísticas internacionais.
IFRIC	Comité de interpretação das normas internacionais de relato financeiro.
IFRS	Normas internacionais de relato financeiro.
Capital baseado em risco (RBE)	A base a partir da qual o FCE avalia o desempenho dos seus estabelecimentos. O gasto de juros, partindo de uma abordagem de RBE, é ajustado a partir do valor apresentado nos termos das IFRS, de forma a atribuir ao estabelecimento os custos do capital com base na contribuição dos estabelecimentos para o risco total do FCE, e permite a avaliação, de uma perspetiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento. Os lucros antes de impostos, partindo de uma abordagem RBE, incluem um ajuste do gasto de juros e excluem os ganhos e as perdas relativos aos ajustes do justo valor dos derivados e dos ajustes cambiais. O impacto nos resultados dos ajustes do justo valor dos derivados e dos ajustes cambiais está, essencialmente, relacionado com os movimentos das taxas de juro e encontra-se excluído da avaliação do desempenho, pois as atividades de gestão do risco do FCE são administradas de forma central.

Termos Regulamentares	Significado dos termos regulamentares
	Para obter mais informações, consulte o documento de divulgação do Pilar 3 do acordo de Basileia – o endereço da página de Internet é fornecido na página 122.
Basileia II	Uma norma internacional de negócios utilizada pelos bancos reguladores ao criarem regulamentos e o ambiente de supervisão para as instituições financeiras da União Europeia, de modo a que estas mantenham reservas de caixa suficientes para cobrir riscos financeiros e operacionais incorridos pelas suas operações. Emitida pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, com a estrutura descrita na Diretiva sobre os requisitos de capital da UE, e implementada pela legislação nacional.
Basileia III	A 3.ª prestação do Acordo de Basileia
Fully loaded	Quando uma medida é apresentada ou descrita como estando numa base <i>fully loaded</i> , é calculada sem aplicar as disposições transitórias dispostas na parte dez do regulamento CRIV.
ICAAP	Processo de avaliação da adequação de capital interno.
Pilar 1	A parte do quadro de Basileia que define os requisitos de capital mínimos para instituições a deter.
Pilar 2	Processo de análise da supervisão, quando os reguladores avaliam as atividades e os perfis de risco de instituições individuais para determinar se deveriam deter níveis superiores de Fundos próprios, para além dos requisitos de capital mínimos do Pilar 1
Pilar 3	O pilar do quadro de Basileia que se centra nas divulgações públicas de instituições com o objetivo de aumentar a transparência para todas as partes interessadas.
Fundos próprios	Os fundos próprios de uma instituição são a soma do respetivo capital Tier 2 e Tier 1, estando ambos definidos abaixo
Capital CET1	Capital Common Equity Tier 1 conforme definido no Regulamento sobre requisitos de capital (575/2013). Este é o nível de capital com a qualidade mais elevada em Fundos próprios e substitui o Capital Core Tier 1, existente nos termos do Basileia II (consulte a Nota 33 "Componentes do capital").
Capital Tier 1	O capital Tier 1 do FCE é constituído pelo capital próprio, líquido de ativos intangíveis, e goodwill (consulte a Nota 33 "Componentes do capital").
Rácio de capital Common Equity Tier 1	O capital Common Equity Tier 1, conforme apresentado na Nota 33 "Componentes do capital", dividido pelo montante da exposição ao risco no final do período, de acordo com o definido na secção "Principais rácios e termos financeiros", na página 117.
Capital Tier 2	O capital Tier 2 é um elemento de Fundos próprios conforme definido acima. O capital Tier 2 do FCE engloba a dívida subordinada e perdas por imparidade coletiva
Total de rácio de capital	O total do capital regulamentar (agora denominado Fundos próprios) do FCE, conforme apresentado na Nota 33 "Componentes do capital", dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção "Principais rácios e termos financeiros", na página 117.

Outros termos	Significado de outros termos
Revendedor ou concessionário	Um grossista franchisado diretamente pela Ford, ou por uma das suas filiais, para o fornecimento de vendas, serviços, reparações de veículos e financiamento. Consulte "Por grosso", adiante.
EMTN	Programa de emissão de obrigações europeias a médio prazo de 1993 lançado pelo FCE para a emissão de Obrigações, incluindo títulos de retalho, tanto a investidores institucionais como a retalho. A dimensão máxima do programa é de 12 mil milhões de dólares dos Estados Unidos.
Foveruka	Um plano de pensões da Ford Alemanha cujos ativos incluem contratos de anuidade diferida e imediata com a companhia de seguros Alte Leipziger. O Foveruka cobre os colaboradores assalariados horários e alguns colaboradores do setor automóvel e do FCE (dependendo do cargo) contratados após 1 de janeiro de 1993.
Full Service Leasing ou FSL	Aluguer mensal fixo do veículo para clientes, incluindo manutenção contínua e alienação do veículo no final do período contratado. Geralmente, o FCE detém responsabilidade pelo marketing e pelas vendas, pelos quais recebe um honorário, e subcontrata serviços de financiamento, locação, manutenção e reparação para as carteiras atuais e futuras de locações operacionais comerciais para um preferível parceiro sob a designação "Parceiro comercial".
Locação operacional	Os contratos nos quais os ativos não são totalmente amortizados durante o período principal e nos quais o locador poderá não confiar nos alugueres para seu lucro, mas pode procurar a recuperação do saldo dos seus custos e dos seus lucros através da venda do ativo recuperado no final da locação. O contrato de aluguer é uma variante da locação operacional.
Titularização pública/privada	As transações públicas estão relacionadas com títulos garantidos por ativos que são negociados publicamente e as transações privadas estão relacionadas com vendas diretas a um investidor individual ou a um conjunto de investidores.
Retalho	A parte do negócio do FCE que oferece produtos e serviços de locação e financiamento de veículos a consumidores individuais, negociantes únicos e negócios, mediada por um Revendedor ou Concessionário que tem uma relação estabelecida com o FCE.
Titularização	Uma técnica para angariar financiamento de ativos geradores de rendimento, tais como empréstimos, através do redirecionamento do seu fluxo de

Outras informações

	<p>caixa para suportar os pagamentos dos títulos garantidos por esses ativos subjacentes. Do ponto de vista legal, os ativos titularizados são, geralmente, transferidos para (e detidos por) uma SPE não suscetível de falência. Habitualmente, o FCE envolver-se-ia como um agente de serviços para cobrar e gerir os ativos titularizados. O FCE também participa noutras transações de "factoring" e financiamento estruturado com características semelhantes à titularização e que são igualmente referidas como "titularização" neste relatório.</p>
Comercialização por grosso	<p>A parte do negócio do FCE que oferece financiamento para o inventário do grossista de veículos novos e usados, peças e acessórios. Também pode ser designado plano ao nível do revendedor ou financiamento de existências. Também pode incluir outras formas de financiamento fornecido a um grossista pelo FCE, tais como empréstimos de capital ou de propriedade, melhorias nas instalações do concessionário e descobertos de capital circulante.</p>

Endereços de páginas de Internet

Os dados complementares e recursos na Internet, incluindo os que estão listados abaixo, podem ser obtidos através dos seguintes endereços de Internet:

Dados complementares	Endereços de páginas de Internet
<p>FCE Bank plc.</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório Anual "Interim Report" (Relatório e contas intercalar) "Basel Pillar 3 Report" (Relatório do pilar 3 do acordo de Basileia) "Management Statement" (Declaração da administração) 	<p>http://www.fcebank.com/investor-center</p>
<p>Ford Motor Company (Empresa-mãe global) incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> "Financial Results" (Resultados financeiros) "Annual Reports" (Relatórios anuais) "US SEC EDGAR filings" (Arquivo da EDGAR do SEC dos EUA) - Notas de rodapé 1 e 2 	<p>http://www.ford.com/about-ford/investor-relations</p> <p>Para aceder através da hiperligação acima, clique em "Company Reports" (Relatórios da Sociedade).</p>
<p>Ford Motor Credit Company incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> "Company Reports" (Relatórios da Sociedade) - Nota de rodapé 2 "Press Releases" (Comunicados à imprensa) "Ford Credit public asset-backed securities transactions" (Transações públicas de títulos garantidos por ativos da Ford Credit) - Nota de rodapé 3 	<p>http://credit.ford.com/investor-center/company-reports</p>
<p>Bolsa de Valores do Luxemburgo que inclui</p> <ul style="list-style-type: none"> Prospeto Euro Medium Term Note Base (consulte a Nota 27 "Títulos de dívida em emissão"). 	<p>www.bourse.lu</p> <p>Para aceder, pesquise por "FCE"</p>
<p>Financial Reporting Council</p> <ul style="list-style-type: none"> O Código combinado do governo da sociedade 	<p>https://www.frc.org.uk/Our-Work/Codes-Standards/Corporate-governance.aspx</p>

Informações adicionais

Nota de rodapé 1: Securities and Exchange Commission (SEC) Electronic Data Gathering and Retrieval (EDGAR)

Nota de rodapé 2: Os arquivos do SEC incluem o Formulário 10-K para relatórios anuais e o Formulário 10-Q para relatórios trimestrais.

Nota de rodapé 3: "Ford Credit public asset-backed securities transactions" (Transações públicas de títulos garantidos por ativos da Ford Credit). Inclui dados relativos à titularização a retalho pública europeia, contendo os seguintes tipos de relatório:

- Circulares de oferta
- Relatório mensal de agências de notação
- Notificação de pagamentos mensais
- Demonstração mensal a obrigacionistas